

Editorial

AS TAREFAS REVOLUCIONÁRIAS FACE AO ATAQUE DA REACÇÃO

1 O País atravessa uma crise de extrema gravidade. Assiste-se a uma ofensiva da reacção que nesta fase apresenta a sua verdadeira face. Durante algum tempo, as forças da contra-revolução acobertaram-se por detrás de certos partidos democráticos, que, inclusivamente, se afirmavam socialistas. No presente momento, a reacção abandonou tais máscaras e tais capas e surge claramente comandando uma feroz ofensiva contra-revolucionária.

A grande responsabilidade dos partidos que durante muito tempo serviram de cobertura à reacção é a de terem conduzido uma política que favoreceu objectivamente o desencadear da presente ofensiva reacção. Através da política anticomunista e anti-MFA conduzida por esses partidos, foram dadas possibilidades de acção às forças fascistas para a sua acção presente.

A reacção não sente já a necessidade de uma máscara democrática e passou a recorrer a actuações caracteristicamente fascistas; a criação de situações contra a ordem democrática e a criação de um clima de violência e intimidação que, começando nas provocações verbais, cresceu com os assaltos e incêndios aos Centros de Trabalho do PCP e, finalmente, atingiu já o atentado bomboista como ontem se verificou em Évora.

Embora os dirigentes do Partido Socialista polarizem no presente momento grande parte da responsabilidade da actividade contra-revolucionária, os métodos utilizados (agressões, assaltos, ataques terroristas), os objectivos visados (paralisação das estruturas democráticas, sua divisão, criação de um clima de intimidação) e os inimigos (os partidos políticos verdadeiramente revolucionários e nomeadamente o Partido Comunista Português) denunciam a presença e acção do inimigo real: a reacção fascista.

2 Assiste-se presentemente em Portugal e no estrangeiro a uma sistemática campanha de desinformação. Os objectivos visados por essa campanha são a falsificação da realidade que se vive em Portugal para dela extrair conclusões igualmente falsas sobre os objectivos reais das forças revolucionárias portuguesas.

Afirma-se que em Portugal as liberdades democráticas foram liquidadas, quando sucede efectivamente o contrário. Em Portugal todas as liberdades democráticas — a liberdade de imprensa, a liberdade de constituição e acção dos partidos políticos, a liberdade de associação — continuam a exercer-se e manifestar-se diariamente.

Como foi já declarado por jornalistas europeus que se encontram no nosso País — embora, apenas alguns jornalistas alemães — a imprensa em Portugal, liberta do «contrôle» dos monopólios e dos bancos, tem hoje em Portugal uma liberdade que não conhece nos países capitalistas da Europa.

Os partidos em Portugal não só usam a liberdade, que ninguém nem nada lhes coarctia, como inclusivamente — demonstra-o a actual situação — dela abusam para porem em causa o próprio processo revolucionário.

A acusação dirigida contra o Partido Comunista Português de que visa liquidar as liberdades é uma mentira. Os comunistas lutam hoje — como sempre lutaram — para defenderem as liberdades que estão de facto a ser atacadas pela reacção fascista. As únicas forças políticas que vêem hoje a sua liberdade coarctada são exactamente as forças democráticas, que vêem os seus centros assaltados, os seus militantes perseguidos, os seus materiais de informação e propaganda queimados e destruídos pelos provocadores fascistas. Esta situação torna extremamente claro quem defende e quem ataca as liberdades democráticas.

(CONTINUAÇÃO NA 2.ª PÁGINA)



Congresso dos Sindicatos

GRANDE JORNADA DE UNIDADE DOS TRABALHADORES

O Congresso dos Sindicatos Portugueses, realizado nos passados dias 25, 26 e 27 de Julho, com a participação de dirigentes de 200 organizações sindicais, representando 90 por cento dos trabalhadores, marca uma nova etapa histórica no desenvolvimento e no reforço da consciência revolucionária das massas trabalhadoras.

Os sindicatos que, como dizia Lenine, «Não são apenas a organização historicamente necessária mas também a organização historicamente inevitável do proletariado», têm tarefas inalienáveis a cumprir no aceleramento da derrocada do capitalismo e na construção de um novo tipo de sociedade. Sob o fascismo e ainda nas condições de firme domínio do capitalismo, os sindicatos são simultaneamente uma arma de defesa e ataque. Hoje, em que Portugal num momento de transição para o socialismo, num momento em que já raízes malditas da opressão foram arrancadas da terra portuguesa e as que subsistem estão condenadas, aos sindicatos acrescenta-se uma outra tarefa: a de abrir, com segurança, o caminho

da democracia e do socialismo. As alavancas, os martelos, as gruas, os guindastes, os tornos, as bigornas, os arados, as foices e enxadas, todos os meios de trabalho tem de ser agora postos em movimento não jamais para enriquecimento dos capitalistas e servidão dos trabalhadores, mas para a criação de riqueza social para a edificação de uma sociedade de bem-estar e felicidade do povo trabalhador.

Esta é a tarefa das massas trabalhadoras, este o sentido da própria revolução em que o povo trabalhador está empenhado em estreita aliança com o Movimento das Forças Armadas. Como acentuou o Primeiro-Ministro general Vasco Gonçalves, na sessão de encerramento do Congresso, perante uma multidão que já não teme exprimir a incontida emoção do momento histórico vivido: «A revolução é uma vereda aberta na exploração do capitalismo, uma vereda que nos há-de levar à clareira, ao sol do socialismo onde não há exploração do homem pelo homem.»

Entoando o hino nacional e o hino da Intersindical, os

(Continuação na 6.ª página)

NÃO À REACÇÃO



O estado em que ficou o quarto atesta bem a violência da explosão. Em cima da cama os blocos do tecto que caíram em cima dos locatários e que naquela altura estavam a dormir

ATENTADO À BOMBA EM ÉVORA

Poderia ter-se revestido das mais trágicas consequências mais um atentado perpetrado pelas forças reacçãoárias.

Com efeito, na madrugada de ontem, em Évora, cerca das 3 e 45, uma bomba foi arremessada para o interior de uma casa precisamente ao lado daquela em que reside o nosso camarada Dinis Miranda, membro do Comité Central do nosso Partido.

A explosão provocou a destruição total do interior da casa e ferimentos graves nas pessoas que ali se encontravam a dormir. O engenheiro foi introduzido na residência depois de os elementos reacçãoários terem partido a vidraça de uma das janelas.

Embora do exterior a moradia não apresente estragos visíveis, para além de alguns vidros partidos, no interior a destruição é completa. Devido à onda do choque da explosão, toda a placa do tecto desabou, caindo grande parte em cima das pessoas que se encontravam a dormir. Todo o mobiliário

ficou praticamente destruído. No quarto, a cama de casal está coberta por grandes blocos de tijolo e cimento, e foi com grande dificuldade que os moradores conseguiram sair.

As manchas de sangue que se vêem por todo o local atestam bem os ferimentos provocados em José Nobre, de 46 anos, e sua mulher, Feliciano Maria Ferreira, de 41, a qual ainda se encontra internada no Hospital Distrital de Évora devido aos ferimentos sofridos.

Entretanto, a filha do casal, Maria Antonieta Ferreira Nobre, de 18 anos, que dormia no mesmo quarto, apenas sofreu ligeiras escoriações, provenientes principalmente dos fragmentos de vidro que saltaram em todas as direcções, e ainda queimaduras nos pés resultantes da explosão.

Joaquim Nobre é leitor-cobrador da Federação dos Municípios de Évora e Portalegre. Depois de ter sido tratado no hospital a feridas na cabeça e no braço e per-

(Continuação na 3.ª página)



A sua chegada ao aeroporto de Lisboa, vindo de Cuba, o general Otelo Saraiva de Carvalho foi entusiasticamente recebido pela multidão que o aguardava no exterior do edifício e que manifestava a sua esperança na defesa do processo revolucionário em curso no nosso País rumo ao socialismo. O general Otelo Saraiva de Carvalho foi convidado do Governo Cubano para assistir às comemorações do aniversário do assalto ao quartel de Moncada e durante mais de uma semana, tempo que esteve naquele país, contactou directamente com os mais diversos aspectos da Revolução cubana para além das trocas de impressões que manteve com Fidel Castro e Raul Castro. Significativo foi também o facto de Otelo Saraiva de Carvalho ter sido o primeiro estrangeiro a proferir um discurso durante as comemorações de Moncada

REUNIUNO A ASSEMBLEIA DO MFA

Realizou-se, na passada sexta-feira, a Assembleia do MFA. No final dos trabalhos foi tornado público o seguinte comunicado:

A Assembleia do Movimento das Forças Armadas, reunida extraordinariamente, no dia 25 de Julho de 1975, iniciou-se com uma exposição do Presidente da República, que apresentou questões e pontos de reflexão sobre a actual crise política.

Iniciando-se a ordem de trabalhos pelo momento político nacional, o Primeiro-Ministro fez uma análise sobre a situação política.

A Assembleia pronunciou-se sobre autoridade e segurança da

Revolução, tendo concluído pela necessidade de uma forte direcção política. Neste sentido, foi aprovado o seguinte:

1.º — Concentração do poder político-militar nos seguintes membros do Conselho da Revolução: Presidente da República, general Costa Gomes; Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves; comandante do COPCON, general Otelo Saraiva de Carvalho.

2.º — O plenário do Conselho da Revolução passa a constituir um órgão de conselho dos três elementos referidos no número anterior.

3.º — Qualquer eventual alteração à composição do Conselho

da Revolução far-se-á nos termos da Lei n.º 5/75, por decisão da Assembleia do Movimento das Forças Armadas.

A Assembleia debateu, democraticamente, a questão da disciplina revolucionária em toda a sua amplitude e no próprio seio do Movimento das Forças Armadas. Decidiu pela actuação, com firmeza, contra elementos que, com intenção contra-revolucionária, criem um clima de agitação popular e dificultem as tarefas de construção do socialismo.

Por último, foram feitas exposições sobre a situação nos Açores e apreciadas as recentes medidas tomadas e em curso para a solução dos respectivos problemas no arquipélago.



(CONTINUADO DA 1.ª PÁGINA)

3 As forças progressistas portuguesas manifestaram-se claramente para execução de profundas reformas económicas e sociais que conduzam ao socialismo.

Trata-se de uma opção que foi feita e cuja execução foi iniciada sem que ninguém a contestasse. A verdade, porém, é que na prática ela é contestada por alguns que antes em palavras a aceitaram.

Não basta efectivamente que tais reformas se limitem às medidas tomadas. Não basta nacionalizar a banca — é necessário tomar novas medidas e alargar o seu campo de acção de forma a colocá-la ao serviço do povo trabalhador e dos interesses do País. Não basta nacionalizar amplos sectores da economia — é indispensável criar condições para que eles assegurem uma produção que durante o tempo do fascismo nunca atingiram. Não basta decretar a Reforma Agrária, é necessário tomar medidas concretas para melhorar a exploração agrícola, para melhorar os sistemas de cultivo.

No geral, é necessário melhorar as condições de vida dos trabalhadores e defender as medidas tomadas para o seu alargamento de forma a assegurar a efectivação real das potencialidades que elas comportam.

4 A presente situação coloca tarefas imediatas no campo político e no campo económico.

A primeira tarefa política urgente é a da constituição de um Governo operativo, na medida do possível de carácter unitário. O carácter unitário do Governo não poderá ser assegurado, nas condições concretas que se vivem, por um sistema de coligação, mas é urgente a constituição de um Governo que assegure imediatamente a gestão do Estado e que não deixe atrasar a regulamentação e aplicação de certas medidas de urgência, que, a serem protegidas por mais algumas semanas, podem pôr ainda mais em perigo o equilíbrio financeiro e económico do nosso País.

A segunda tarefa política urgente é a defesa da ordem democrática. É urgente dar uma resposta firme à vaga de assaltos, de incêndios, de atentados que visa criar um clima de insubordinação social-fascista e fascizante.

Ligado à defesa da ordem democrática é igualmente urgente o reforço do Estado democrático, o reforço de todas as estruturas democráticas, tendo em conta que uma Revolução tem de se defender dos inimigos e nomeadamente dos seus inimigos principais, que são, no presente momento, todas as forças reaccionárias de direita movidas pelos interesses dos monopolistas e latifundiários que se encontram por detrás da presente ofensiva fascista.

A terceira tarefa política urgente é a criação de um

ambiente de tranquilidade social e política. O Povo Português vive um clima de inquietação e conspiração provocado pelos actos reaccionários das últimas semanas, mas também por um clima de insegurança, cuja eliminação exige medidas de defesa da ordem democrática e de reforço do Estado democrático.

No campo económico existem igualmente tarefas urgentes.

É necessário estabelecer o equilíbrio económico do nosso País.

Verificam-se desequilíbrios graves na balança de pagamentos, na balança comercial, mas igualmente um desequilíbrio geral entre a produção e o consumo.

Há que tomar medidas urgentes no que se refere aos consumos sumptuários. Torna-se inadmissível que se continue a verificar nas camadas capitalistas uma vida de ostentação enquanto numerosos sectores das classes trabalhadoras passam dificuldades.

Há que tomar medidas urgentes relativamente aos sectores, em crise, como é o caso da construção civil, da cortiça, da hotelaria e outros.

Há que criar uma nova dinâmica produtiva nos sectores nacionalizados e no sector agrário, integrados na Reforma Agrária, de maneira a criar bases para vencer os desequilíbrios existentes.

Há que elaborar e executar uma política extremamente operativa e eficaz no domínio do comércio externo e da cooperação económica internacional aproveitando todas as potencialidades que existem nas relações com os países do Terceiro Mundo e com os países socialistas. Tal política não significa de forma alguma — ao contrário do que se tem afirmado — o afastamento relativamente às relações com os países capitalistas da Europa. Há que reforçar tais relações que são de interesse mútuo com a firme defesa dos interesses próprios de Portugal e dos outros países.

Todas estas medidas de emergência têm de se enquadrar inequivocamente na opção definida de amplas reformas sociais e económicas dentro da via socialista, que ainda não está completamente definida mas que visa a definitiva libertação do nosso povo da exploração capitalista.

Tal via comporta a existência de um determinado sector privado, que será até necessário estimular, no sentido de que a pequena burguesia no seu conjunto — seja agrícola, industrial ou comercial — não se sinta abandonada e desinteressada do processo revolucionário, mas, bem pelo contrário sinta que a curto, médio e mesmo talvez longo prazo a solução dos seus problemas reside na via socialista e não na dominação monopolista que durante

cinquenta anos sofreram e que sabem conduzir à sua aniquilação em benefício dos monopólios.

A criação de um amplo sector estatal na agricultura, na indústria e mesmo no comércio externo e interno não exclui de forma alguma a participação da pequena e mesmo de certas camadas da média burguesia.

Todas as medidas económicas tomadas têm de ter em conta as necessidades e os interesses dos trabalhadores. É indispensável que as classes trabalhadoras — a quem cabe o contributo decisivo na construção da nova economia — saibam e sintam que os esforços que lhe são pedidos se destinam à construção de uma sociedade para os trabalhadores e para os seus filhos.

5 A defesa e fortalecimento da unidade assumem hoje uma importância decisiva. É possível hoje constituir em Portugal dois tipos de unidade: a unidade para a defesa da democracia contra o regresso ao fascismo e a unidade para o desenvolvimento do processo revolucionário. Ambas têm de ser fortalecidas e simultaneamente.

Ambas se baseiam na unidade da classe operária, das classes trabalhadoras, na unidade operária com os camponeses e na política de alianças da classe operária, com a pequena burguesia e camadas da média burguesia.

A construção do socialismo exige a direcção da classe operária e das classes trabalhadoras e a sua unidade. A defesa da democracia — hoje urgente perante a ofensiva reaccionária — exige uma ampla unidade das forças verdadeiramente revolucionárias e verdadeiramente empenhadas na construção de uma democracia rumo ao socialismo.

O Partido Comunista Português aponta a necessidade de fortalecer e alargar esta unidade de acção para a defesa das liberdades e tudo fará para encontrar com todas as forças e sectores plataformas de acção que oponham uma resposta decisiva aos ataques da contra-revolução.

O Partido Comunista Português aponta a necessidade absoluta de defesa e fortalecimento da unidade do Movimento das Forças Armadas, elemento componente fundamental do processo revolucionário.

A aliança entre o movimento popular de massas e o MFA continua a ser o elemento motor decisivo do processo revolucionário português e exige o fortalecimento e unidade no seio de cada uma das suas componentes.

A defesa do processo revolucionário contra a ofensiva da reacção exige, imediatamente, a unidade de todos os democratas, de todos os portugueses realmente interessados em impedir o regresso de Portugal ao fascismo.

O processo revolucionário exige a unidade de todos os democratas, de todos os portugueses interessados em construir em Portugal uma democracia rumo ao socialismo.

As tarefas revolucionárias face ao ataque da reacção

ASSALTOS A CENTROS DE TRABALHO E PROVOCAÇÕES REACCIONÁRIAS

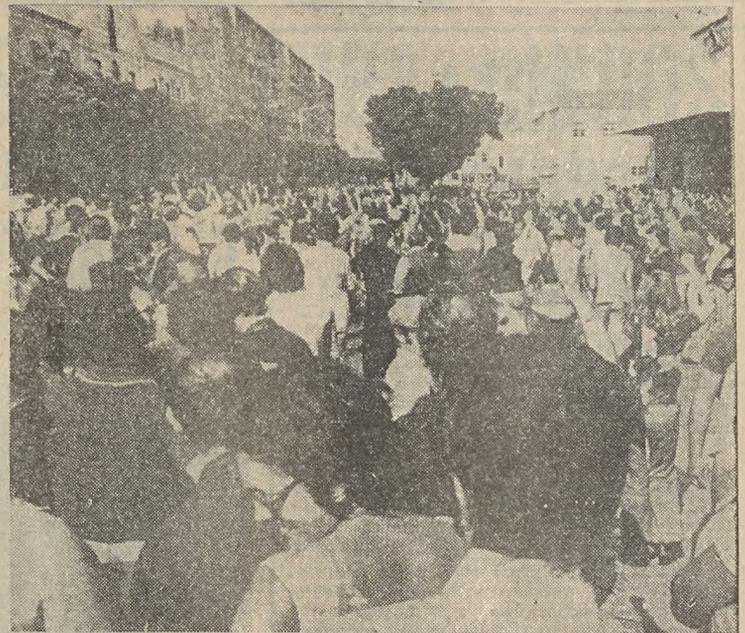
O Partido Comunista Português e outras forças democráticas e revolucionárias estão a ser vítimas de uma vaga de violência sem precedentes desde o 25 de Abril, e que em muitos casos faz lembrar as cenas de feroz guilhotina e ódio político da luta de Mussolini, da Alemanha de Hitler, do Chile de Pinochet.

Nos últimos dias foram assaltados e destruídos os Centros de Trabalho do PCP em Valença, Santa Cruz (Santo Tirso), Esmoriz, Oliveira de Azeméis, Águeda, Estarreja, Alcobaça, Lourinhã, Cadaval, Mindelo, Ansião e Rio Maior. Foram cercados, apedrejados ou assaltados os Centros de Trabalho do PCP em Aveiro, Ilhavo, Alcanena, Figueiró dos Vinhos e Castelo Branco. Os Centros de Trabalho de Fafe, Freixo e Vale de Cambra foram atacados a bomba. Algumas sedes da Intersindical, do MDP/CDE, do MES e da FSP e da FEC sofreram igualmente ataques e atentados. Militantes comunistas, sindicalistas e revolucionários são perseguidos, impedidos de ocupar os seus postos de trabalho, espancados, casas de militantes comunistas são atacadas a bomba. Forças reaccionárias, entre as quais se incluem o CDS, o PSD e alguns elementos do PS procuram expulsar os comunistas e outros progressistas das Câmaras Municipais e até dos seus empregos. Generalizando-se os boatos e ameaças de novos assaltos a Centros de Trabalho, em algumas localidades, instalou-se já um clima de terror que se procura generalizar.

Nas paredes ficou escrita a sigla do ELP. No dia seguinte, sábado, entre as 10 e 30 e as 14 horas, um grupo de provocadores, na sua maioria vindos de localidades dos arredores de Águeda, após arrombamento e apedrejamento assaltaram o Centro de Trabalho daquela vila destruindo todo o recheio.

Aproveitando-se da aglomeração de milhares de pessoas de todo o concelho ao mercado semanal de Águeda, junto do qual fica a sede do nosso Partido, pequenos grupos de indivíduos começaram a incitar a população a tomar de assalto as instalações.

Desde os dias anteriores que circulavam em Águeda fortes rumores do que se iria passar. Solicitadas as forças da ordem, compareceram no local elementos da G.N.R. e da Escola Central de Sargentos. Estas forças foram impotentes perante o violento impacto do grupo de provocadores que dificultaram e insultaram mesmo a acção dos bombeiros.



Em Torres Vedras as forças progressistas manifestaram a sua unidade para afirmarem que ali a reacção não passará

Tomar o País pela violência

Mas o que hoje se está a passar mostra bem que o que os fascistas pretendem é criar ambiente propício para uma caça ao homem, uma explosão de barbárie que esmague as grandes conquistas alcançadas pelo nosso Povo. O que temos pela frente é a pior reacção fascista, organizada para tomar o País pela violência.

Mas o nosso povo não permitirá que o crime e o terror, o ódio e a perseguição se instalem no nosso país. Os terroristas e conspiradores serão decobertos, e os seus crimes serão julgados.

Salientando que é imperioso usar da máxima firmeza para com os terroristas e apontando a necessidade de impedir a generalização da violência, o comunicado da DORN termina com uma saudação a todos os camaradas que têm participado activamente na defesa das instalações do Partido, e em especial aqueles que foram vítimas de ataques e violências.

Os comunistas não confundem os verdadeiros criminosos que, na sombra, organizam os actos de violência, com sectores da população que os terroristas por vezes conseguem manipular. A DORN do PCP apela por isso para todos os camaradas para que, prosseguindo com coragem o seu esforço heróico de defesa das instalações do Partido, intensifiquem o trabalho político de esclarecimento, com vista a isolar os terroristas e a quebrar a sua ofensiva.

Por último, a DORN do PCP apela igualmente para todo o Povo do Norte para que se oponha à escalada de violência, para que reforce a sua vigilância em relação aos conspiradores e terroristas que eles atacam e põem em causa não só a liberdade dos comunistas, mas a liberdade de todos quantos querem viver livres, numa Pátria livre.

Assalto a C. T. na Trofa

Na sequência da escalada de violência desencadeada pelas forças reaccionárias, foi assaltado, na noite de 23 para 26, o Centro de Trabalho do PCP na Trofa, através de arrombamento de duas portas, tendo sido roubados e queimados alguns livros. Os prejuízos são avaliados em cerca de 6000\$00.

A propósito deste acto de vandalismo, a Comissão da Freguesia da Trofa do PCP distribuiu um comunicado em que, a terminar, se aponta:

O intuito desta provocação na Trofa é claro: criar um clima propício a actos de violência, de que os fascistas e reaccionários colheriam proveitos. Neste momento, a Comissão da Freguesia da Trofa do Partido Comunista Português, apela para a vigilância revolucionária da população trabalhadora desta freguesia no sentido de desmascarar e detectar os autores desta covarde provocação. A vigilância popular torna-se cada vez mais importante para impedir a reorganização dos fascistas e de todos aqueles que estão interessados em travar o processo revolucionário em curso, rumo ao Socialismo.

Tentativa de assalto em S. João da Madeira

Mais duas horas de violência, desta vez em São João da Madeira. Os militantes do nosso Partido e de outras forças progressistas, seja atacados diariamente a própria Revolução e a via democrática para a construção do socialismo no nosso país.

Em São João da Madeira, como noutras localidades, repetiram-se as calúnias e provocações contra o MFA. A reacção parece acreditar ter força para levantar a cabeça e mantê-la erguida. É necessário tirar-lhe de vez essa ilusão.

Os sacrifícios que qualquer situação revolucionária implicam, as prioridades a que é forçoso atender, os tempos de espera inevitáveis na satisfação de algumas reivindicações justas e urgentes continuam a ser aproveitados para desencadear a violência, lançando-se constantemente os alarmes mais injustificados, a fim de criar artificialmente uma vaga de conflitos que pode degenerar em graves confrontações.

Impedir isso não será pacífico com a benevolência perante a provocação declarada, perante a violência sem freio. Impedir isso não será pacífico com os directamente interessados nas desordens e na agitação diária para quem queremos impor novamente ao Povo Português.

Assalto a C. T. na Trofa

A aliança do grupelho provocatório MRPP com a reacção nacional e internacional é coisa já por de mais evidente e que se tem revelado ao longo de toda a acção da qual o agrupamento de marginais e verbalistas.

Ontem à noite, em plena campanha reaccionária que faz do PCP o seu principal objectivo e em que tem desempenhado importante papel os assaltos aos Centros de Trabalho do nosso Partido, os elementos do MRPP entederam dar mais uma prova cabal da sua absoluta concordância com as acções da contra-revolução.

Com efeito, após um comício do grupelho realizado no Estádio do Atlético, em Mos-

A reacção em Gaia

A semelhança do acontecido noutras localidades do País, a reacção desencadeou uma campanha contra a comissão administrativa do Município de Vila Nova de Gaia.

Anteontem, a pretexto de uma reunião da comissão, os reaccionários tentaram uma manobra provocatória que a comissão concebeu de Vila Nova de Gaia do PCP denunciando num comunicado do seguinte teor:

«Tal como a comissão concebeu de Vila Nova de Gaia do Partido Comunista Português, tinha alertado a população deste concelho, ontem, indivíduos reaccionários e fascistas que encabeçam a actual ofensiva contra o vice-presidente da comissão administrativa e demais trabalhadores progressistas da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, tentaram aproveitar, novamente, a reunião pública semanal da CA com os municípios, no sentido de repetirem a acção contra a revolucionária que desde o dia 21 de Julho e sobretudo neste último fim-de-semana vêm praticando.»

«Apesar da reunião ter sido adiada por falta de quorum da comissão administrativa, os reaccionários e fascistas, cujos cabeceiras são bem conhecidos da população progressista deste concelho, tentaram invadir o edifício da Câmara Municipal. Só a presença de populares empenhados no prosseguimento do processo revolucionário e de militares do RASP impediu que tal se verificasse. O facto de os promotores de toda esta actividade reaccionária aparecerem de megafone e carro com instalação sonora mostra bem o seu grau de organização, bem como os seus reais intentos: manipular a população contra o processo revolucionário, provocar confrontos com as Forças Armadas. Apedrejando a população presente e insultando as Forças Armadas, contra-revolucionários arrancaram em passeata até ao Regimento de Artilharia da Serra do Pilar. O facto de o seu número não ultrapassar a centena e meia, e a seriedade das Forças Armadas e dos populares impediu que algo de muito grave se concretizasse.»

«Apesar de não terem conseguido os seus objectivos, os fascistas vão continuar as suas manobras.»

«Apesar de não terem conseguido os seus objectivos, os fascistas vão continuar as suas manobras.»

«Apesar de não terem conseguido os seus objectivos, os fascistas vão continuar as suas manobras.»

«Apesar de não terem conseguido os seus objectivos, os fascistas vão continuar as suas manobras.»

O povo de Aveiro não é reaccionário

Aproveitando a política aventureirista e demagógica de certas cúpulas políticas que não hesitam nos meios a seguir para alcançarem os seus fins, a reacção apanhou o combato e passou declaradamente ao ataque acobertando-se atrás de bandeiras que no momento presente lhes servem de mil maravilhas.

Isto passou-se na região de Aveiro e na região de Leiria conforme noticiámos no último número do «Avante!». Em Aveiro, habitualmente aproveitado e fomentado por todas as forças do capital, o clima de violência e insegurança depressa se generalizou a todo o distrito. Depois dos acontecimentos de Aveiro, Estarreja, Vale de Cambra e Ilhavo, as forças reaccionárias destruíram ainda os Centros de Trabalho do nosso Partido em Esmoriz e Águeda.

No entanto, o povo da região de Aveiro não é reaccionário e os fascistas sabem disso e enfurecem-se, utilizando o caciquismo e a demagogia e aproveitando-se dos sentimentos dos trabalhadores e das suas justas aspirações para os virarem contra os seus próprios interesses.

Referindo-se aos acontecimentos do último fim-de-semana, um camarada da Comissão Distrital de Aveiro afirmava:

«O que hoje se vive em Aveiro não é inesperado. Basta lembrar a maneira como decorreu a campanha eleitoral com boicotes a comícios e agressões a comunistas. Na presente conjuntura os provocadores e desordeiros foram encorajados por até agora não terem encontrado uma resposta pronta e enérgica e por não terem sido efectuadas imediatamente prisões de cabeceiras sobre cuja acção existem provas mais do que suficientes.»

Num comunicado emitido pela Pró-UNEP refere-se que aquela acção criminosa, que só não teve consequências graves devido à vigilância revolucionária dos estudantes progressistas, surge no seguimento de uma série de cartas anónimas com ameaças àquela organização estudantil. Salienta ainda o comunicado que também nos últimos tempos a Rádio Estudantil tem recebido o mais variado tipo de ameaças.

Bombas explodem em Fife

O MRPP em Moscaide

A aliança do grupelho provocatório MRPP com a reacção nacional e internacional é coisa já por de mais evidente e que se tem revelado ao longo de toda a acção da qual o agrupamento de marginais e verbalistas.

Ontem à noite, em plena campanha reaccionária que faz do PCP o seu principal objectivo e em que tem desempenhado importante papel os assaltos aos Centros de Trabalho do nosso Partido, os elementos do MRPP entederam dar mais uma prova cabal da sua absoluta concordância com as acções da contra-revolução.

Com efeito, após um comício do grupelho realizado no Estádio do Atlético, em Mos-

ATENTADO À BOMBA EM ÉVORA

(Continuado da 1.ª página)

mim, levantei-me e fui encontrá-la na cozinha completamente atordada: Regressei então ao quarto para tirar a minha mulher daquela situação, pois ela encontrava-se praticamente submersa debaixo do entulho que tinha caído. Quem nos levou ao hospital foi uma patrulha da Polícia Militar

que se encontrava próxima e que mal ouviu a explosão compareceu no local. Pouco depois do atentado se ter verificado, toda a população do Bairro do Poço dos Clérigos, aquele onde vivo, e de outros próximos, convergiu para junto da minha casa.

Valentina Rebocho Nobre, que mora perto, esclarece: «Tinha-me levantado pouco tempo antes. Por essa altura ouvi um carro a acelerar, e depois foi a explosão. Quando saí cá para fora já não conseguia ver nenhum carro.

O camarada, cuja casa ficou destruída pelo criminoso

durante o dia de ontem, as muitas pessoas aglomeradas no local comentavam a sorte dos locatários, visto que a queda da placa do tecto, em princípio, deveria ter-lhes provocado a morte. As portas interiores de madeira estão destruídas. Copos, garrafas, cadeiras e outros utensílios ficaram completamente destruídos. O chão encontra-se juncado de pedras partidas, bem como de tijolos e blocos de cimento.

Entretanto, até agora, não foram encontrados vestígios do explosivo utilizado, sendo opinião do 1.º subchefe da Polícia que as cargas po-

deriam ser de trotil ou plástico.

Quem promove esta vaga de terrorismo?

Analisando a escalada de violência que se faz sentir, a Direcção da Organização Regional do Norte do nosso Partido, num documento que tornou público, afirma que estão já detectados e são já conhecidos muitos dos elementos que clandestinamente prepararam e estão a executar a vaga de violência a que assistimos. Um lugar de destaque cabe ao ELP e a grupos de choque do CDS. Estes bandos são formados por fascistas e cabiques reaccionários...

Em mais adiante: São aqueles que sentem os seus privilégios ameaçados com o avanço da Revolução. São aqueles que no tempo da ditadura chamavam a PIDE para prender os trabalhadores e os democratas. São aqueles que exploravam e oprimiam o Povo e que sentem agora o seu reinado a



Na sala, para onde foi atirada a bomba, quase nada resistiu à explosão e os destroços amontoam-se no chão

Anteontem, na própria noite em que se deu o atentado bombista em Évora, apareceu escrita numa parede da Rua da Azaruja, nesta cidade, a seguinte frase: «Abriu a caça aos comunistas.» Pelos vistos, as mesmas forças reaccionárias que noutras partes do país desencadearam a escalada de violência já conhecida, pretendem estendê-la ao sul. Aqui como noutras regiões, as forças progressistas saberão dar a resposta devida àqueles que, através de um clima de violência, pretendem deter o processo revolucionário e fazer voltar o fascismo.

Segundo tudo indica, os criminosos ter-se-iam engastado na casa a atingir, pois aquela onde reside o camarada Dinis Miranda fica exactamente ao lado da atingida. Como se trata de casas térreas cujos limites não estão bem definidos, o engano no alvo é perfeitamente possível.

O «AVANTE!» É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

BAIXA DA BANHEIRA

DEDICAÇÃO REVOLUCIONÁRIA E ESPÍRITO DE INICIATIVA

Fruto da iniciativa e da dedicação dos camaradas da Baixa da Banheira, do apoio e do trabalho de muitos simpatizantes do PCP, entrará em breve em funcionamento um novo Centro de Trabalho do nosso partido naquela localidade.

A Baixa da Banheira, na margem sul do Tejo, é um centro de densa concentração operária e, naturalmente, de grande implantação do Partido Comunista. A existência de uma sede do PCP na localidade, com as indispensáveis condições de trabalho, mais do que uma aspiração legítima, tornou-se em verdadeira necessidade.

Uma casa desabitada há mais de oito anos, praticamente em ruínas, poderia satisfazer as necessidades, se reconstruída. Os camaradas da Baixa da Banheira não se assustaram com o trabalho — esse velho companheiro de toda a vida — e meteram mãos à obra.

Ocupada a casa (ou melhor, o que restava dela) com o aval da Câmara — o proprietário morrera sem deixar qualquer descendente —, logo a população aderiu à iniciativa de construir o novo centro, uns contribuindo com o seu trabalho, outros com materiais indispensáveis às obras ou ainda com apoio monetário.

Também a iniciativa criadora dos nossos camaradas contribuiu para a angariação de fundos: uma festa organizada durante o fim-de-semana de 5 e 6 de Julho, com bancas de livros, teatro, comes e bebes, etc., e que na opinião de muitos dos 30 000 participantes «soube a pouco».

Onde ontem existia uma casa em ruínas começa hoje a desabrochar um novo local de trabalho. Um exemplo a seguir, um exemplo de dedicação revolucionária e de espírito de iniciativa.



Os camaradas da Baixa da Banheira falando ao «Avante!»



Os camaradas cubanos com a delegação do PCP

MILITARES CUBANOS NA SEDE DO PCP

Os camaradas comandante Semaena Casa Requeiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Revolucionárias de Cuba, vice-primeiro-ministro e comandante Fernando Alegret, chefe da Direcção Política das FAR, vice-ministro, membros da delegação militar cubana que se deslocou a Portugal para participar nas comemorações do 26 de Julho, estiveram no Centro de Trabalho do Partido Comunista Português, numa visita de amizade.

A delegação militar cubana, que era acompanhada pelo embaixador de Cuba, foi recebida por uma delegação do CC do PCP da qual faziam parte os camaradas Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido; Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política; Fernando Blanqui Teixeira e José Vitoriano, membros da Comissão Política; e Aurélio Santos, membro suplente do CC. O encontro dos camaradas cubanos com os dirigentes do PCP decorreu num caloroso espírito de

camaradagem, tendo sido sublinhados os fortes laços de amizade e solidariedade que unem o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba, o povo português e o povo cubano, a Revolução portuguesa e a Revolução cubana.

HOMENAGEM A UM CAMARADA

O operário agrícola comunista Salvador Joaquim do Pomar, que morreu há dois anos, vai ser homenageado pela população de Santiago do Escoural, terra da sua naturalidade.

Salvador do Pomar, que deu toda a sua vida à causa da luta do povo português pelo fim da exploração do homem pelo homem, foi preso, em Agosto de 1956, na herdade da Torre por um agente da PIDE e por um cabo da GNR. Salvador do Pomar foi um lutador que nunca vergou perante os carrascos do povo português e que, com o seu exemplo, contribuiu para a libertação desse mesmo povo a que pertencia.

A Comissão de Freguesia de Santiago do Escoural do Partido Comunista Português leva a efeito, no dia 2 de Agosto, uma jornada de homenagem a este nosso camarada, que será simultaneamente uma grande jornada de luta pelo prosseguimento do processo revolucionário rumo ao socialismo.

As 16 horas, realiza-se um grande comício no Estádio 25 de Abril, que terá a participação do camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português. Este comício será antecedido de uma romagem ao cemitério local.

FALECEU IRENE DE CASTRO

Faleceu no passado domingo, no Porto, a nossa camarada Irene de Castro, figura exemplar da mulher na luta. Militante antifascista desde nova, participou activamente em várias organizações democráticas e pacifistas, tendo estado sempre ligada às lutas que se travaram durante os longos anos de ditadura.

Irene de Castro participou também em todas as campanhas eleitorais a partir de 1945, e em todos os movimentos unitários — Movimento de Unidade Democrática, Movimento das Mulheres Democráticas, Movimento Nacional Democrático. Em 1958 fez parte da comissão distrital de apoio à candidatura do dr. Arlindo Vicente à presidência da República. Foi ainda a última presidente da Associação Feminina Portuguesa para a Paz, organização que a PIDE encerrou como represália contra a sua contribuição para uma resposta portuguesa às necessidades do desarmamento da política internacional na Europa e do fim da «guerra fria». Actualmente, a nossa camarada pertencia ao Secretariado do Conselho Português para a Paz e Cooperação, bem como às associações de Amizade Portugal-URSS e Portugal-Cuba.

Irene de Castro era membro do Partido Comunista Português há mais de 30 anos.

Esta mulher extraordinária agora desaparecida era viúva do advogado Amílcar de Castro, combatente antifascista onze vezes preso pela polícia de Salazar, e que no 1.º de Maio de 1931 participou num movimento que visava assaltar os quartéis na cidade do Porto, mas que, falhando, provocou grande repressão por parte das autoridades fascistas.

Irene de Castro era mãe de Armando de Castro, advogado e historiador da economia portuguesa e director da Faculdade de Economia do Porto; de Raul Castro, advogado e membro da Comissão Central do Movimento Democrático Português; de Irene de Castro Guedes, que foi candidata pelo Porto, nas últimas eleições, daquele Partido; e de Amílcar Castro, comerciante.

O funeral, que se realizou na passada segunda-feira, pelas 11 horas, constituiu uma grandiosa manifestação de pesar. No cortejo fúnebre, que saiu para o cemitério do Prado do Repouso, incorporaram-se destacadas figuras portuenses e representantes de diversas organizações políticas, nomeadamente do PCP; MDP/UCDE; PS; MES; UJC e UEC; bem como o governador civil, dr. Mário Cal Brandão; o reitor da universidade, prof. Rui Luís Gomes; eng.ª Virgínia de Moura; prof. Amândio Silva, do Conselho Português para a Paz e Cooperação; e outros. Em representação do CC do PCP estava presente o camarada José Carlos de Almeida.

Junto ao jazigo da família, onde o corpo ficou depositado, a eng.ª Virgínia de Moura proferiu algumas palavras, tendo recordado que Irene de Castro «foi uma mulher que soube criar amigos e encontrar sempre palavras que a todos ajudavam. E que as suas palavras constituíam um incentivo para a luta prosseguir com toda a coragem e todo o ânimo».

Ujou também da palavra o camarada António Abreu, em nome da DORN e da CD do PCP que, entre outras coisas, afirmou: «Aqui fica a certeza de que levaremos o barco da revolução a bom porto, a caminho do socialismo, porque Irene de Castro tanto se bateu. Para a frente amigos.» Filou ainda uma representante do Sindicato dos Professores da Zona Norte, que apontou Irene de Castro como um exemplo a seguir, a Horácio Guimarães, da CC do MDP/UCDE.

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

1. A grande ofensiva reaccionária desencadeada nos últimos tempos não conseguiu alcançar o seu objectivo imediato fundamental: pôr em causa o processo revolucionário e as vitórias alcançadas e conduzir à formação de um Governo de direita, que seria o princípio do fim da revolução portuguesa.

As forças populares, em aliança com o MFA, têm feito frente com sucesso à ofensiva reaccionária, designadamente em 18/19 de Julho, mostrando que o povo e as Forças Armadas estão em condições de assegurar o prosseguimento do processo revolucionário.

A situação actual põe à revolução a tarefa de criar um Poder e um Governo operativos, com autoridade, assegurando a iniciativa, o dinamismo e a disciplina dos departamentos do Estado e expressando a aliança Povo-MFA.

As decisões orgânicas da Assembleia do MFA de 26 de Julho poderão facilitar a realização dessa tarefa de primordial importância no momento presente.

2. A solução para a crise tem de encontrar-se no quadro da defesa e da consolidação das conquistas até hoje alcançadas pela revolução portuguesa e não no seu abandono.

As medidas de transformação económica e social até hoje tomadas (designadamente, as nacionalizações e as medidas da reforma agrária) representam um importante avanço do processo revolucionário.

A criação de um amplo sector estatal da economia, a entrega da terra dos latifundiários a quem a trabalha são grandes passos que abrem caminho para o socialismo. É tarefa do momento a consolidação do sector estatal e uma nova dinâmica da produção com a intervenção activa dos trabalhadores e o seu «controlo».

Uma política económica de emergência, indispensável para superar a gravidade da situação económica e financeira, tem de inserir-se numa firme política antimonopolista e antifundista, uma política de defesa dos interesses dos trabalhadores, uma política de reformas profundas e revolucionárias, rumo ao socialismo.

3. Em defesa da revolução, são indispensáveis medidas severas para fazer respeitar a ordem democrática e punir os bandos fascistas e provocadores responsáveis por desordens e violências.

A contra-revolução, dirigida já em alguns casos abertamente por fascistas notórios, mostra a sua verdadeira cara, provoca assaltos, incêndios e agressões de tipo nazi, está impedindo o exercício das liberdades em regiões onde as forças progressistas estão menos implantadas. Em algumas localidades, a reacção instala um ambiente de intimidação e perseguição fascistas.

Os contra-revolucionários não só organizam assaltos e incêndios contra centros de trabalho do PCP, de outros partidos progressistas, de organizações sindicais e de autarquias, como põem directamente em causa e provocam o MFA e as Forças Armadas.

A ofensiva da reacção e o desenvolvimento de algumas das suas provocações violentas mostram um comando centralizado, a existência de organizações fascistas clandestinas e um plano definido de criar uma situação geral favorável à eclosão de um novo 11 de Março, numa maior escala, que mergulharia o País no terror e na opressão de uma nova ditadura fascista.

A violência contra-revolucionária, a tolerar-se e a desenvolver-se, poria em perigo a própria liberdade.

Urge impedir no imediato as violações da legalidade democrática, reinstaurar em toda a parte a situação democrática e assegurar o exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

4. O inimigo principal continua a ser o fascismo e a reacção da direita, o grande capital monopolista e os grandes agrários.

É contra o inimigo principal que se devem concentrar esforços e energias, que se devem unir todos aqueles que querem salvaguardar as liberdades, construir um regime democrático e realizar reformas de fundo, abrindo caminho para o socialismo.

Nesta luta estão interessadas as classes trabalhadoras e as classes médias antimonopolistas. Urge consolidar a larga frente social e política das forças que participam activamente na revolução. Urge combater com determinação todas as actividades e manobras divisionistas daqueles que, dizendo-se democratas e reforçar a unidade da classe operária e das massas socialistas, abrem caminho com a sua acção à ofensiva dos inimigos da liberdade e do socialismo. Urge trabalhar, a unidade de todos os verdadeiros democratas, designadamente de comunistas e socialistas, de católicos e não católicos. Urge estabelecer a unidade das forças revolucionárias. Urge reforçar a coesão revolucionária no seio das Forças Armadas. Urge reforçar tanto nas grandes linhas de acção política como na luta diária contra a reacção e pelos objectivos da revolução portuguesa, a aliança Povo-MFA, força motora da revolução e garante da sua vitória final e definitiva.

27 de Julho de 1975.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

MEMBRO DO CC DO PC DO CHILE NA SEDE DO PCP

A convite do PCP, esteve no nosso país, o camarada Luis Guastavino, membro do Comité Central do Partido Comunista do Chile.

Durante a sua estadia em Portugal, o camarada L. Guastavino teve conversações com os camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Aurélio Santos, suplente do Comité Central do Partido Comunista Português. Foram apreciadas possibilidades e formas concretas de desenvolvimento da solidariedade mútua entre os dois partidos.

Como membro do Comité «Chile Democrático», o camarada L. Guastavino tomou igualmente contacto com outras forças políticas portuguesas solidárias da luta do povo chileno contra a opressão fascista.

Visita

de um camarada polaco Visitou o Centro de Trabalho do Partido Comunista Português em Lisboa, o camarada Janusz W. Golebowski, vice-reitor da Escola Superior do Partido Operário Unificado

Polaco, O camarada Janusz W. Golebowski teve conversações com o camarada Aboim Inglês, do Comité Central do nosso Partido.

VISITA A PORTUGAL DE UMA DELEGAÇÃO DO PC MEXICANO

De 24 a 27 de Julho, permaneceu em Portugal uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Mexicano, constituída pelos camaradas Valentim Campa e Arturo Martínez, membros da Comissão Executiva do Comité Central, e ainda pelo camarada Evaristo Perez, colaborador do CC. Esta delegação teve uma reunião informativa com uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português, da qual faziam parte os camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, Aurélio Santos, do Comité Central e Helena Costa, da Secção Internacional.

No decorrer da reunião, a delegação do Partido Comunista Mexicano expressou o seu apoio aos comunistas e ao povo de Portugal, bem como a todas as forças revolucionárias e progressistas portuguesas empenhadas no actual processo revolucionário, e manifestou o desejo de reforçar e desenvolver, no México, as acções solidárias para com a Revolução Portuguesa.

A delegação do PCP expressou o seu apreço pela atenção com que os camaradas mexicanos têm seguido a evolução da situação portuguesa e pela acção desenvolvida pelo PCM na luta pela democracia, a independência nacional e a paz.

As duas delegações afirmam

SOLIDARIEDADE VIETNAMITA

A Comissão Vietnamita da Paz tornou público o seu apoio caloroso aos esforços do Conselho da Revolução para conter e derrotar todas as tentativas da reacção em Portugal e reafirmou a sua solidariedade inquebrantável com as forças revolucionárias, a classe operária e o PCP na sua luta por um regime democrático e progressista.

POIO DO PARTIDO CONGOLÉS DO TRABALHO

Em telegrama, datado de Brazzaville, capital da República Popular do Congo, recebemos a seguinte mensagem de apoio do Partido Congolés de Trabalho, dirigido ao Comité Central do PCP:

Seguimos com atenção particular a situação em Portugal. Congratulamo-nos com as incessantes vitórias do PCP sobre as forças reaccionárias. Reafirmamos o nosso apoio e solidariedade inderestrutíveis ao povo e ao Partido Comunista português, na sua luta por uma vitória final.

Em entrevista recentemente concedida ao programa «A Semaana», transmitido pela televisão húngara, o camarada Roland Leroy afirmou: O Partido Comunista Francês declarou-se solidário com o Partido Comunista Português. E acrescentou: A imprensa burguesa de França está feliz por publicar os ataques de Mário Soares à unidade da esquerda. O PCF concorda com a grande importância dada pelo partido irmão de Portugal à unidade entre as forças populares e o Movimento das Forças Armadas, pois ela tem uma importância decisiva do ponto de vista da democracia e do futuro da Revolução Portuguesa. Mário Soares torna-se uma arma da contra-revolução e da reacção em Portugal.

Entretanto, num comício do Partido Comunista Britânico, em Londres, o camarada Rueben Falber, secretário assistente, manifestou a sua solidariedade para com o nosso Partido agora sob forte ataque da reacção. A Revolução Portuguesa, ao radicalizar e, consequentemente, clarificar posições, tem

SEARA NOVA N.º DE JULHO Sobre o Controlo Operário da Produção — Algumas Questões Caudantes no Processo Revolucionário Português — A Ideologia e o Escriitor — Proposta para Uma Acção Musical Através da Televisão — Colocar o Aparelho de Estado ao Serviço da Revolução — Etc. Colaboradores de Alexandre Ribeiro, Luis de Carvalho e Oliveira, Octávio Almeida, Augusto Costa Dias, Luís de Sousa Rebelo, Mário Vieira de Carvalho, António Teodoro, Angélio Bravo, C. A. Gonçalves, etc.

LÊ • ASSINA • DIVULGA UMA VOZ DEMOCRÁTICA a opinião REDACÇÃO: AV. DA BOAVISTA, 601 — PORTO — TEL. 64418

Proletários de todos os países: UNI-VOS! O Militante BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

O «NEW YORK TIMES» SUGERE E ANUNCIA PORTUGAL E CUBA UNIDOS O BLOQUEIO IMPERIALISTA A PORTUGAL NA LUTA REVOLUCIONÁRIA

A escalada reaccionária e anticomunista tem vindo a redobrar de vigor, nos últimos tempos, nas poderosas cadeias de imprensa e televisão dos círculos imperialistas dos Estados Unidos da América. O processo revolucionário português tem sido, naturalmente, um dos alvos privilegiados desta viciosa campanha. Em particular, o «New York Times», eminente porta-voz da classe dirigente e monopólios americanos, tem revelado inextinguível devoção, em inúmeros artigos e editoriais, a um renovado espírito de cruzada ferocemente anticomunista que é digno dos tempos de guerra fria de famigerado senador Joseph McCarthy.

Nas suas páginas, sucedem-se os ataques abertos ou velados ao desanuviamento nas relações com os países socialistas, de par com a ampla divulgação de declarações e escritos de conhecidos adversários da política de coexistência pacífica. Neste contexto, o aproveitamento da situação portuguesa como instrumento de chantagem política visando prejudicar a consagração em Helsinquia do processo de desanuviamento entre os países europeus, tem sido evidente. A propósito de Portugal, e, em especial, do MFA e do PCP, adensa-se a malha de falsidades, deturpações e calúnias infamantes. Tudo isto se desenrola com tal intensidade e amplitude que não podem restar dúvidas de que se trama uma verdadeira conspiração imperialista contra a Revolução Portuguesa.

Em termos descarados e arrogantes, o «New York Times» recomenda a intervenção da NATO em Portugal. No seu número de 13 de Julho, surge um reaccionário e fraudulento «Apelo para a Democracia em Portugal», publicado ostensivamente sob a forma de dispêndio anúncio-manifesto pela organização de direita «Social Democratas, EUA», no qual destacados sionistas, sociais-democratas, apologistas da guerra fria, liberais e traidores da central sindical AFL-CIO, alguns deles suspeitos de ligações à CIA, perpetraram um desprezível atentado desinformativo sobre Portugal e se aliciam numa plataforma de apoio às forças da contra-revolução em Portugal. Como seria de esperar, o fulcro dos insidiosos ataques desta frente conspirativa é o PCP.

Seguem-se algumas das muitas citações possíveis de artigos de fundo e editoriais do «New York Times», que ilustram a sociedade os desígnios intervencionistas do imperialismo americano relativamente a Portugal, através da pena dos seus dedicados servidores naquele gigantesco jornal diário.

NYT, 25/6/75: «...Eles (os europeus) insistiram em que, embora o pior pudesse acontecer, as forças moderadas em Portugal ainda tinham «chances» e deviam ser apoiadas... Portugal já não constitua apenas uma história lisboeta ou mesmo uma história nacional, estando sim a transformar-se num teste para a NATO e para o significado do desanuviamento entre o Leste europeu e o Ocidente» (cf. James Reston, prémio Pulitzer, no artigo «Portugal e o Desanuviamento»).

NYT, 27/6/75: «...Talvez os funcionários em Washington deveriam parar aqui (Açores) no seu caminho para a Europa. Os Açores são muito importantes para a próxima guerra no mar, e são também espantosamente belos» (cf. James Reston em «Vista aos Açores»).

NYT, 15/7/75: «Seria loucura se os Estados Unidos não se opusessem à realização da Conferência de Segurança Europeia, nem bloqueassem a cimeira prevista... a menos que seja precedida de promessa soviética de absoluta não interferência em Portugal... A Embaixada dos Estados Unidos, chefiada por enérgico embaixador... foi colocada em desnecessária posição defensiva por um Governo americano relutante em aparecer como se estivesse a imiscuir-se em assuntos locais, deste modo abertamente ao campo totalmente aberto aos seus adversários declarados... Trata-se de evitar que um minoria, patrocinada pela União Soviética, venha rotular este pequeno país da sua orientação ocidental... De resto, já Talleyrand argumentava que não interferência equivale a interferência. Não estamos só perante uma questão de justiça ou popularidade, mas também de geopolítica» (cf. C. L. Sulzberger em «Tempo para Clarificação»).

NYT, 17/7/75: «...O esforço dos socialistas e de outros moderados, quer militares, quer civis, para preservar os ganhos democráticos alcançados pela revolta de Abril de 1974... merece mais apoio dos democratas da Europa Ocidental e dos Estados Unidos do que tem estado a receber. A Comissão da Comunidade Económica Europeia deveria frisar bem que a sua proposta de empréstimo de 840 milhões de dólares a Portugal e outros laços mais estreitos serão condicionados à manutenção da liberdade em Portugal. Mais importante ainda, os Estados Unidos e os seus aliados da NATO têm de fazer saber

Portugal. Consideramos — e declara — essa atitude incompatível com o espírito de afrouxamento de tensões, e levaremos isto à atenção, dos dirigentes soviéticos quando nos reunirmos em eles.

O sr. Kissinger sempre gostou de trocar o significado das palavras. O que é incompatível com o espírito de desanuviamento e o desejo de paz da Humanidade são as ameaças dos Estados Unidos à Revolução Portuguesa a sua ingerência nos nossos assuntos internos, as suas arrogantes e descabidas advertências à União Soviética. Como é do conhecimento público, a URSS não colocou qualquer tipo de condições à continuidade

e reforço das suas relações económicas e culturais com o nosso país. Tem prestado ao Portugal livre e democrático uma ajuda fraternal e desinteressada. Os EUA não só não ajudaram em coisa alguma a Revolução Portuguesa, como procuram boicotar o possível auxílio de outros países. Esforçam-se por montar contra Portugal um bloqueio semelhante àquele que impuseram a Cuba e que foi derrotado pela coragem do povo cubano e está a ser neste preciso momento destruído e ridicularizado pela América Latina.

Quem intervém, afinal, nos assuntos portugueses, senhores imperialistas?

NOS AÇORES E NA MADEIRA A REACÇÃO CONSPIRA E ACTUA

- No Funchal, uma «marcha» organizada pelo PPD foi desmantelada pelas forças militares e progressistas

- Nos Açores, a FLA agride revolucionários

Recentemente, as forças conservadoras pretendem reeditar no Funchal a tática utilizada já no continente: marcharem sobre a capital. Neste arquipélago, a iniciativa pertence ao PPD, mas saiu-se um verdadeiro fracasso, pois à tal marcha não aderiram mais de 2000 pessoas. Para que tal se verificasse, muito contribuiu a firme posição do COPMAD, cujo comandante fez pela Rádio dois comunicados desencorajando os manifestantes. Foram montadas barragens à entrada da cidade, nas quais foram descobertas algumas armas, pistolas e caçadeiras, além de inúmeros varrapes, enxadas, etc., que bem ilustram os propósitos dos «marchantes». Os nossos camaradas desenvolveram, nas barreiras, intensa actividade, tentando dissuadir os populares que tinham

ido manipulados pelas forças contra-revolucionárias. Muitos dos manifestantes, apercebendo-se do logro em que tinham caído, regressaram aos seus locais de origem, não querendo pactuar com mais um ataque ao MFA e ao processo revolucionário. Dan-do pelo fracasso dos seus intentos, os militantes do serviço de ordem do PPD atiraram-se, odiosamente, aos progressistas que fizeram gorar mais uma manobra reaccionária, chegando a registar-se feridos. Mas o comício que o PPD se propunha realizar não se chegou a efectuar.

Na véspera desta «marcha» frustrada, o COPMAD teve de intervir num confronto entre militantes do PPD e militantes da FEC, disparando sobre um carro de indivíduos do PPD que pretendia avançar sobre a multidão. A firmeza revolucionária das autoridades militares do Funchal, aliada à constante actividade de esclarecimento dos partidos progressistas, entre os quais o Partido Comunista, fez recuar, uma vez mais, a reacção e a contra-revolução.

Nos Açores: Agressões da FLA e comunicado do PCP

Entretanto, a situação nos Açores continua a ser, de certo modo, grave. Ainda recentemente, dois carros, um com camaradas nossos, outro com militantes do MES, foram interceptados durante a noite, em plena estrada, por um bando da FLA. Seguiu-se uma cena de espancamento, tendo um militante comunista, professor do liceu, ficado bastante maltratado. Os agressores foram identificados, sendo um deles filho do conhecido separatista Reis Índio, que chegou a estar preso e que, posteriormente foi libertado por ordem do general Altino de Magalhães.

Entretanto, a Direcção da Organização Regional das Ilhas Açoreanas do nosso Partido (DORIA) divulgou um comunicado no qual se refere a um outro, este emanado do grupo de trabalho do Ministério da Comunicação Social que permaneceu nos Açores durante uma semana, a fim de estudar a situação da imprensa açoriana. É o seguinte o texto do comunicado do nosso Partido:

«Julgou necessário, e dentro das suas atribuições, o grupo de trabalho criado pelo Ministério da Comunicação Social para estudar a situação dos órgãos de Informação dos Açores, reunido em Angra do Heroísmo, publicar no dia 25 de Julho uma nota sobre a actual situação no arquipélago.

Mas o conteúdo do seu pronunciamento, o ataque generalizado à imprensa progressista do continente, o silêncio sobre a imprensa reaccionária e separatista dos Açores (o que estaria no âmbito da sua competência e dos seus deveres) e as contradições e erros de apreciação em que caiu ao longo dos seis pontos da sua nota, obrigam a algumas observações:

1. — Se se pode falar, aqui e ali, de algum «empolamento» dado à situação actual nos Açores, muito mais de lamentar é a actividade diária, reaccionária e separatista, da maioria esmagadora dos órgãos de Informação dos Açores, e que é em parte responsável pela presente e difícil situação. Sobre este aspecto (esse sim da total responsabilidade e competência da referida comissão) está nada d'iz. O que não pode deixar de encorajar a reacção e o separatismo.
2. — Apenas uma semana após o seu contacto com a realidade açoriana, julgam-se os membros da referida comissão em posição para fazer um julgamento de conjunto sobre essa mesma realidade. O mais grave, no entanto,

No momento em que o imperialismo intensifica os seus ataques à Revolução Portuguesa e desenvolve as suas manobras de cerco, os países socialistas multiplicam as suas manifestações de solidariedade com o nosso povo e as suas conquistas. A linha divisória entre os amigos e os inimigos de Portugal livre e democrático tornou-se muito clara.

O que se passou em Cuba é significativo. A presença da Revolução Portuguesa foi uma constante durante as comemorações do 22.º aniversário ao quartel Moncada, que marcou o início do processo revolucionário cubano.

A delegação portuguesa, presidida pelo general Otelto Saraiva de Carvalho, recebeu durante toda a sua permanência na ilha as mais calorosas demonstrações de solidariedade fraterna do povo cubano.

Otelto: «Somos irmãos no combate»

Pela sua importância publicamos abaixo o discurso pronunciado em Santa Clara, Las Villas, no dia 26 de Julho, pelo general Otelto Saraiva de Carvalho, e largos trechos da longa intervenção do camarada Fidel Castro, primeiro-ministro da República Socialista de Cuba.

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

Eis, na íntegra, as palavras do comandante do COPCON. Seria acaso possível imaginar no início da década de cinquenta, quando o bloco capitalista mundial se mostrava mais forte, que um grande povo de um pequeno país se ergueria contra tudo e contra todos, desafiando o mais feroz dos imperialismos?

Seria acaso possível imaginar que o início da década de cinquenta, numa ilha situada no lago americano, longe de todo o apoio possível, separada por milhares e milhares de quilómetros de possíveis amigos, se desencadearia uma guerra de libertação nacional?

Seria acaso possível imaginar que ela se iniciava na década de cinquenta, quando todo o enorme continente americano era propriedade privada dos Estados Unidos da América do Norte, quando a United Fruit Company ou a Weste Indian tinham em seu poder a maior parte das terras de Cuba e oprimiam directamente, através do ditador Batista, o povo cubano exercendo sobre este um colonialismo, cruel?

Seria acaso possível imaginar que Cuba retesaria os seus músculos, mobilizaria todas as suas energias e se libertaria do jugo da maior potência mundial?

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

«...que se pode encontrar a solução adequada para aquele sector. A mesa-redonda radiofónica que membros da comissão fizeram no dia 23 deste mês na ERA, mostra bem tais limitações. Fornecer, com os fundos do Estado Democrático, um novo parque técnico, telex, etc. — a jornais que não servem o processo revolucionário — é solução com a qual não podemos estar de acordo desde que se não tomem medidas de carácter político progressistas.

Temos, no entanto, confiança em que as forças verdadeiramente democráticas e progressistas dos Açores, o progressivo esclarecimento das massas exploradas das zonas rurais, as medidas a tomar para atender as suas aspirações justas, a firmeza e objectividade da análise dos órgãos superiores da nossa Revolução — poderão encontrar, mais comissão menos comissão, mais tarde ou mais cedo, a solução para o problema da informação e muitos outros que assolam os Açores, de acordo com os verdadeiros interesses da sua população trabalhadora e com o carácter progressista e revolucionário do processo político que vivemos em todo o território nacional.»

o rastilho da Revolução das Américas, assim como exemplo para os povos oprimidos de todo o Mundo.

Na madrugada do 26 de Julho, quando um punhado de jovens armados sumariamente e de modo deficiente, eram quase todos estudantes universitários e operários, atacaram o hospital civil, o palácio de Justiça e, em particular, o quartel Moncada. Inicia-se desta forma um movimento irresistível de libertação que conduziria à total independência e descolonização do povo cubano.

O movimento do 26 de Julho foi um movimento de libertação para Cuba como para Portugal é o Movimento das Forças Armadas.

Assim como o movimento do 26 de Julho foi a vanguarda do povo trabalhador cubano, também o Movimento das Forças Armadas Portuguesas está ao lado das classes mais desfavorecidas de Portugal na sua justa luta, que terminará com a vitória total.

E assim que o dia da nação verdadeiramente independente de Cuba é o dia 26 de Julho, aurora de uma pátria libertada e próspera. E também assim que o dia 25 de Abril é para Portugal o início de uma Revolução que conduzirá o nosso país à sua verdadeira independência.

A luta heróica do povo cubano é um exemplo magnífico para o Povo Português. Irmãos na humilhação, somos irmãos no combate e seremos irmãos na liberdade. «Pátria ou morte, venceremos.»

Fidel: «A Revolução, carne do povo, da classe operária»

O camarada Fidel Castro iniciou o seu discurso agradecendo as vibrantes e fraternais palavras do general Otelto Saraiva de Carvalho, herói da Revolução de Abril de 1974 e dirigente destacado das Forças Armadas Portuguesas.

Salientou que Portugal e Cuba caminham unidos na luta e estarão unidos na liberdade e na vitória. Destacando o significado histórico da presença da delegação portuguesa, lembrou que Portugal viveu durante mais de 40 anos sob um regime fascista e o seu povo se viu envolvido em guerras coloniais que lhe foram impostas pelos exploradores. Os militares portugueses — acrescentou — tomaram consciência disso e derubaram o fascismo, dando início ao caminho da libertação.

Apontando uma diferença fundamental entre os dois processos, o camarada Fidel Castro disse: «Nós não tínhamos militares no verdadeiro sentido da palavra. Tínhamos esbirros, e foi necessário que o povo desarmasse o exército e pegasse nas armas. Mas em Portugal os militares derrubaram o fascismo e uniram-se ao povo.

Prosseguindo, manifestou a certeza de que o povo português saberá suportar os grandes sacrifícios necessários para levar a Revolução à sua vitória completa, ao socialismo, lado a lado com o MFA. A Revolução Portuguesa, disse, não será mais fácil do que a cubana que foi difícil e teve de vencer grandes obstáculos, mas, apoiada na força do povo, das massas, no movimento internacional, pode alcançar a vitória e consolidar-se. A Revolução em Portugal — sublinhou — enfrenta já a oposição cerrada dos reaccionários e será difícil, mas estamos certos de que os verdadeiros representantes do movimento revolucionário português seguirão em frente, sem medo dos grandes obstáculos. Quando os homens falam e actuam assim, sem medo, sem vacilações, pode dizer-se que o movimento revolucionário está assegurado. A Revolução torna-se carne do povo, da classe operária.

Analisando as dificuldades que a nossa Revolução enfrenta, Fidel aludiu ao cerco imperialista já em marcha.

Ao evocar, mais adiante, o assalto ao quartel Moncada, prestou homenagem ao espírito revolucionário do povo da província de Las Villas, salientando que mais de um terço da população se reuniu em Santa Clara para comemorar mais um 26 de Julho.

A grande lição do 26 de Julho, disse, é a importância do povo na luta revolucionária e a sua tenacidade. Os cubanos nunca perderam a esperança e souberam vencer todos os revesses e dificuldades. Essas tradições de luta permitiram ao povo enfrentar e bater o colonialismo espanhol no passado e o poderoso imperialismo «yankee» na actualidade. O colonialismo — lembrou — passa, o imperialismo passa e o povo cubano perdura e perdurará sempre. A concluir o camarada Fidel Castro afirmou que o Partido Comunista de Cuba é o mais formidável instrumento da Revolução e a sua direcção a garantia da sua solidez e continuidade histórica.

Congresso dos Sindicatos

GRANDE JORNADA DE UNIDADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

(Continuação da 1.ª página)
representantes dos trabalhadores portugueses mostravam já, no início do congresso, qual a disposição dominante, símbolo de uma consciencialização política que não cessa de progredir. A vibração posta no refrão «Unidade, unidade do trabalho contra o capital»; Camaradas, lutemos nós porque é nossa a vitória final», foi, desde logo, prenúncio de que as intrínsecas reacções no sentido de dividir as fileiras das massas trabalhadoras não têm tido qualquer significado. Aliás, o evoluir do congresso comprovaria que a firmeza dos trabalhadores é de facto uma muralha de aço na qual se desmoronaram os intentos criminosos da reacção.

Presidindo a primeira parte dos trabalhos, o ministro do Trabalho, major Costa Martins, em representação do Presidente da República e do Conselho Superior da Revolução, seria calorosamente aplaudido pelos trabalhadores que nele vitoriam, também, a aliança do Povo/MFA.

A mesa dos trabalhos do congresso, enquadrada num gigantesco painel no qual avultavam as palavras de ordem, guias do congresso, «Pela unidade dos trabalhadores e do povo; pelas liberdades, pela democracia e pela paz; pelas transformações económicas e sociais; pela construção da sociedade socialista», era constituída por Alvaro Rana, António dos Santos Alberto Andrade, António dos Santos Silva de Cerqueira Pinto, Américo Costa Pereira, Carlos António de Carvalho, Hélder José Brás Martins, João Maria Pacheco Gonçalves, José António Aires Sequeira Nunes, João Carlos Barreiro Cruzeiro, José Augusto Costa, José Carlos Canelas Marques, dos Santos, José Clemente Gomes, Manuel Lopes — que presidia os trabalhos durante o primeiro dia do congresso —, e Raul José Marques Nunes Manquinho.

As grandes batalhas pela unidade sindical
Manuel Lopes, abrindo em nome do Secretariado da Intersindical Nacional, o Congresso dos Sindicatos Portugueses, saudaria todos os operários e trabalhadores portugueses e os trabalhadores de todo o Mundo e em especial os das ex-colónias, hoje países livres e independentes, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e os trabalhadores angolanos ainda em luta contra o imperialismo; as delegações representativas das organizações sindicais nacionais e as camaradas das Centrais Sindicais Internacionais amigas e comissões sindicais e todas as comissões de trabalhadores presentes a título de observadores, e ainda o ministro do Trabalho e, em nome dos milhares de trabalhadores integrados na organização sindical portuguesa, todos os soldados, marinheiros e oficiais revolucionários dos três ramos das Forças Armadas, que hoje, lado a lado com a classe operária e o povo trabalhador se empenham na luta pela vitória da Revolução Socialista a caminho da sociedade sem exploradores nem explorados.

Após ter recordado a experiência do movimento sindical na dura luta contra o fascismo, Manuel Lopes passou a abordar alguns aspectos directamente ligados com «a nossa capacidade de construir um movimento sindical que se define efectivamente na prática como movimento unitário de massas trabalhadoras portuguesas contra a exploração capitalista», dizendo a determinação altura:

«Como se constató, como se mantém e fortalece a unidade de todos os explorados no seio do movimento sindical? Com a nossa luta já conquistámos uma condição da máxima importância, a «unidade da organização sindical». Esta é com efeito condição «necessária», mas convém não esquecer, não é condição «suficiente».

Sem «unidades» dificilmente se alcança a «unidade». Porém, só com unidade também não se alcança a «unidade».

Vencemos a batalha da «unidade», temos de vencer outras batalhas para garantir um indispensável «unidade» do «movimento sindical» e afinal do movimento operário português.

Quais são essas batalhas, camaradas?

Essas batalhas são as batalhas em que temos de vencer os vícios que a burguesia tenta infiltrar no nosso seio para depois nos atacar e dividir.

Todos nós sabemos que a sociedade se divide em classes e que entre as classes fundamentais proletariado e bur-

guesia o antagonismo é irredutível.

Porém, a burguesia flude esta efectiva divisão da sociedade, forjando uma outra divisão assente na multiplicação dos partidos, que mais não visa que garantir a divisão no seio do povo trabalhador.

Se queremos que o movimento sindical seja realmente uma importante componente do movimento de massas anticapitalista, que há de varrer para sempre da face da Terra a exploração do homem pelo homem, então temos de impedir que critérios secundários nos dividam e consigamos unir-nos à volta do essencial dos nossos interesses de classe.

Para tal temos de garantir o efectivo «apartidarismo da organização sindical».

Em Portugal onde a vanguarda política revolucionária está dividida e é urgente unificá-la. Este princípio do apartidarismo ganha especial importância e temos de o seguir escrupulosamente sob pena de jamais conseguirmos a unidade do movimento sindical e contribuirmos desse modo para a derrota do processo revolucionário.

Mas, camaradas, dizer «apartidarismo» não quer dizer «apartidismo». Todos sabemos que nada é neutro numa sociedade de classes. Todos sabemos que todos os actos sobretudo os actos colectivos são políticos, por isso não nos devemos convencer que não devemos misturar política com sindicatos, pois esses apenas pretendem que sigamos a política da burguesia.

Como já disse, não devemos misturar política partidária com Sindicatos. Mas os Sindicatos têm de fazer assentar toda a sua acção numa clara definição política de «defesa intransigente dos interesses de classe do proletariado e dos exploradores e oprimidos».

Outra batalha que temos de travar é a batalha de democracia, a batalha pela efectiva democracia interna de toda a organização sindical.

Esta é também uma batalha vital para garantir e consolidar a nossa unidade. Só garantindo a democracia interna efectiva dos Sindicatos podemos garantir que ninguém possa defender o vício burguês do pluralismo. Pois na medida em que estejam garantidas as condições de livre expressão e discussão no seio dos Sindicatos, ninguém a não ser que seja antidemocrático poderá defender a existência de vários sindicatos.

Por outro lado a unidade é sobre tudo fundamental na acção e a unidade na acção só pode ser garantida pela «democraticidade» na decisão, pois só assim poderemos impor democraticamente a todos a decisão da maioria, sem que ninguém possa inventar desculpas para se furtar ao cumprimento destas decisões.

Estas são duas batalhas nas quais temos de nos empenhar com todas as nossas forças se não as venceremos perderemos todas as outras batalhas.

Finalmente, eu queria chamar a atenção que não basta estarmos unidos para vencermos é necessário sabermos perfeitamente o caminho a percorrer.

Esse caminho só pode ser o que conduza à emancipação total e, portanto, tem de combater os grandes obstáculos a essa emancipação, daí derivam outros dois princípios fundamentais que teremos de ter sempre presentes: o anticapitalismo e anti-imperialismo.

Interrompido, várias vezes por entusiásticos aplausos, Manuel Lopes, a terminar, disse:

«Se conseguirmos, de uma forma militante, levar estes princípios à prática — reforçaremos a nossa unidade e a nossa organização, contribuiremos para a unificação da classe operária e de todos os explorados e oprimidos e daremos o contributo decisivo para levar a bom termo as tarefas centrais da Revolução Portuguesa construindo o Poder Popular rumo ao socialismo e à sociedade sem classes!»

Que todos os trabalhadores participem na construção de um Portugal justo
Em primeiro lugar, em nome do sr. Presidente da República, do Conselho da Revolução e em meu nome pessoal, quero saudar todos os trabalhadores através dos organismos seus representantes que são os sindicatos. Quero dizer-vos que o Movimento das Forças Armadas está com os trabalhadores e está firmemente decidido a defender os interesses desses mesmos trabalhadores.

Iniciando, a sua intervenção deste modo, o major Costa Martins prosseguiu perante os representantes daqueles a quem cabem, em primeiro lugar, as grandiosas tarefas de construção do socialismo:

Há várias batalhas que se põem neste momento e, compete fundamentalmente aos trabalhadores empenharem-se directamente nelas, conduzindo-as para que possamos construir o verdadeiro socialismo.

Não há dúvida de que, no tempo dos grandes monopólios e latifúndios, das estruturas monopolistas e capitalistas, a orientação da vida sindical era desenvolvida no sentido da destruição dessas mesmas estruturas. A dinâmica da vida sindical orientava-se fundamentalmente, neste sentido, através da reivindicação salarial, através da reivindicação de horário reduzido, através da reivindicação do aumento do número de dias de férias, do aumento do número de dias feriadoss.

As estruturas monopolistas estão praticamente destruídas em Portugal. Enquanto, toda esta dinâmica foi orientada no sentido da destruição das estruturas, pois ela tem sido fácil: isto depois do 25 de Abril, porque, antes do 25 de Abril, todos sabem que era extraordinariamente difícil, em função das estruturas políticas existentes e das organizações repressivas que contrariavam toda a luta dos trabalhadores. Depois do 25 de Abril tem sido realmente fácil orientar e desenvolver essa luta com o apoio do MFA — que, abrindo, no dia 25 de Abril, as liberdades para o movimento dos trabalhadores, permitiu que a luta laboral fosse conduzida em liberdade. No entanto, põe-se, a partir de agora, o problema da construção do socialismo. Destruição é fácil, construir é extraordinariamente difícil, principalmente quando isso implica determinados sacrifícios.

Há que ter em atenção, portanto, que é necessário, a partir de agora, começarmos a construção das estruturas que levarão o país ao socialismo. Nesta construção política, fundamentalmente, a batalha da produção. Essa batalha envolve não só o momento da produção como também a reestruturação da própria economia. Envolve a criação

de uma estrutura económica capaz de se adaptar, neste momento, às verdadeiras realidades nacionais e de acompanhar as várias transformações que se vão processando ao longo do desenvolvimento do processo político. Isso passa por uma participação directa e activa dos trabalhadores não só na construção da economia como no seu próprio planeamento. Portanto, as liberdades conferidas, as maiores liberdades, corresponde uma maior responsabilidade que os trabalhadores nunca enjairam, e não enjairarão certamente, na construção de um novo Portugal.

Abordando, depois, o problema do horário de trabalho e do desemprego e afirman-

do onde haja uma justiça efectiva para todos, onde acabe a exploração do homem pelo homem.

Uma proposta de adiamento do Congresso para Outubro seria rejeitada, por maioria, antes de se entrar na discussão de uma proposta de aumento de quotas dos Sindicatos, para a Intersindical e Unões. Os trabalhadores compreendemam que, apesar das dificuldades com que se debatem muitos dos sindicatos portugueses para enfrentarem um novo tipo de intervenção em todos os aspectos da vida nacional, a questão das quotas é mais do que «uma questão meramente financeira é uma questão vital para o avanço

da Direcção do Sindicato dos Ourives apresentaria ao Congresso, como ponto prévio, um esclarecimento, desvinculando-se, enquanto representante oficial, da acção provocatória do seu colega de direcção sindical. Ficaria assim acalmada a indignação contra os representantes deste sindicato, traduzida em algumas propostas de expulsão cujo aparecimento dá a medida da reacção dos trabalhadores firmemente alicerçada numa posição de classe cuja unidade é a melhor garantia de organização revolucionária.

Do primeiro dia de Congresso, brotaria ainda mais uma manifestação do apoio de massas ao MFA e ao Con-

da República e do Conselho da Revolução, foi lido o Informe da Actividade da Intersindical o qual revela o trabalho de organização e a força de mobilização, conduzidos pela central nacional dos trabalhadores portugueses. A encerrar as intervenções e antes de se proceder à discussão do Documento de Acção para um Portugal Novo, apresentaram comunicações ao Congresso elementos do Secretariado cessante: Costa Pereira (organização); Raul Manquinho (Contratação Colectiva); Alvaro Rana (relações internacionais) e Manuel Lopes (Poder Popular), das quais destacamos algumas passagens:

Cada vez que alterações profundas acontecem na estrutura social e económica de qualquer país, o movimento sindical deve, necessariamente, transformar as suas formas de organização de modo a estar apto a conduzir a luta dos trabalhadores para a defesa dos seus interesses e para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho.

A evolução da estrutura sindical herdada do fascismo tem correspondido, na generalidade, a linhas de força amplamente discutidas e aprovadas logo nos «Primeiros Plenários da Intersindical Nacional após o 25 de Abril de 1974.

Num documento aprovado em Plenário realizado em Maio de 1974 definiram-se alguns princípios fundamentais que viriam a orientar a Reestruturação e Organização Sindical. Nele pode ler-se, nomeadamente:

«Onde está a democracia. Será democracia ir deltar o voto na urna de 4 em 4 anos para depois termos de ouvir os intermináveis discursos eruditos e reacconários dos senhores doutores?

Ou será nas Assembleias Populares nos nossos bairros, onde comissões de moradores, de trabalhador e militantes, revolucionários, decidimos sobre os assuntos que nos dizem respeito?

Manuel Lopes — (Comunicação sobre poder popular)

Intervenção do 1.º tenente Judas do Conselho da Revolução

Após caracterizar a natureza da luta política, neste momento, que, corresponde ao confronto entre a burguesia e as classes trabalhadoras o 1.º tenente Judas, do CSR, disse:

«A preocupação fundamental a ter em vista, na estrutura sindical a adoptar, deverá ser a necessidade que se reconhece «da luta dos trabalhadores ser unitária».

Costa Pereira — (Comunicação sobre organização)

A crise política, a não correspondência efectiva entre o programa revolucionário e o poder encarregado de o pôr em prática têm impedido a mobilização, efectiva dos trabalhadores para a Batalha Política e para a Batalha da Economia.

No entanto, os resultados já conseguidos, após o 11 de Março são animadores. Há que avançar nesse sentido, tendo sempre presente:

«Que não pode continuar a exigir sacrifícios só aos trabalhadores;

«Que há que combater a sabotagem económica e limitar drasticamente os altos rendimentos;

«Que há que instituir e na prática fazer o controle operário;

«Que, a luta reivindicativa passará a segundo plano à medida que se avance na direcção do socialismo, criando-se um poder revolucionário o qual deverá pôr em prática medidas de melhoria de vida dos trabalhadores mais desfavorecidos (reformas, saúde, educação, equipamentos colectivos, habitação, etc.) que conquistem a grande massa para o processo, permitindo assim actual para aplicar uma política de austeridade.

Aos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores (em ligação com a vanguarda política) compete um papel novo e adaptado à fase actual do processo revolucionário. Trata-se de conquistar os trabalhadores para a Batalha económica e para o controle operário.

No plano da defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, o caminho é o de lutar pela melhoria da segurança social, da saúde, da educação, do equipamento colectivo, fazendo passar a segundo plano a luta pelos salários directos.

A Contratação Colectiva persistirá como uma das ta-

refas mais importantes dos Sindicatos e Comissões de trabalhadores, durante a construção do socialismo e, seguramente, na fase que se atravessa (de um regime democrático revolucionário a caminho do socialismo). É necessário discipliná-la, ligá-la à planificação da economia.

Numa primeira fase, porém, será necessário proibir totalmente a possibilidade de, directamente e sem controlo do poder revolucionário a criar os salários e condições de trabalho podem ser efectuados através da contratação.

Raul Manquinho — (Comunicação sobre contratação colectiva)

Consideramos extremamente necessário incrementar a informação e actividade a desenvolver pelo departamento de Relações Internacionais, em moldes que possibilitem sempre um correcto e verdadeiro conhecimento sobre todos os acontecimentos que se registem no nosso país e muito particularmente sobre as conquistas e as realizações efectuadas pelos trabalhadores portugueses. A evolução e classificação do processo português e o desenvolvimento da cooperação e intercâmbio bilateral a nível internacional entre a Intersindical e os sindicatos com base nos princípios já definidos, constituem o elemento chave para o estreitamento das relações e unidade de acção entre todos os trabalhadores do mundo e para uma correcta compreensão no estrangeiro da luta do povo português para construir uma sociedade justa e livre da exploração do homem pelo homem — a sociedade socialista.

Alvaro Rana — (Comunicação sobre relações internacionais)

«Mas o que é, no fundo, o Poder Popular?»

CAMARADAS: A construção do Poder Popular representa afinal o objectivo pelo qual se propõem lutar todos os revolucionários consequentes, lutando para derrubar o poder da burguesia e instaurar o poder dos trabalhadores, o poder das massas.

Dizem os inimigos do Povo que o Poder Popular é uma ditadura. Mas uma ditadura sobre quem camaradas? Será uma ditadura sobre o Povo, a quem é agora dada a possibilidade de decidir a todos os níveis sobre os assuntos que lhe dizem respeito?

Constituirá uma ditadura sobre o povo, estas formas que o próprio povo e as massas trabalhadoras foram encontrando na sua luta diária nas fábricas, nos bairros e nos quartéis para combater a subida do custo de vida, para lutar pelo direito à habitação para combater a disciplina patronal reacconária, para acabar com a cega disciplina militarista?

A esta ampla liberdade que o Povo tem de se organizar e de discutir democraticamente os seus problemas chamam os chefes burgueses, uma ditadura, camaradas...

Para eles a democracia não é popular nem burguesa, mas sim democracia em abstracto...

O Movimento Sindical Português é uma das componentes mais fortes do Movimento Popular de Massas em Portugal. Esse movimento popular de massas precisa de ser unido; a ele precisam de ser trazidos todos os trabalhadores na sua posição de classe, bem diferenciados dos que ficam do outro lado da barricada, isto é, os capitalistas. Na fase que hoje estamos a viver, de luta muito intensa pelo poder político, pelo poder económico, pela conquista do poder político e do poder económico para as massas trabalhadoras, de intensa luta de classes, recal sobre o Congresso uma grande responsabilidade. A táctica da reacção, e a sua principal arma, continua a ser dividir o Movimento Popular de Massas e dividir o MFA.

E na base do confusionalismo ideológico, é na base do confusionalismo obscurantista que se procura lançar trabalhadores contra trabalhadores e criar situações por onde a reacção possa entrar e comprometer o nosso processo revolucionário. Por isso, a tarefa fundamental deste Congresso é ser ponto de partida para um grande trabalho de unidade entre todos os trabalhadores.

E preciso que o Movimento Sindical Português assumam a-



O ministro do Trabalho quando falava aos trabalhadores

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

O internacionalismo proletário é uma das mais poderosas forças do movimento operário internacional. Na sua prática alimenta-se a esperança e o estímulo da luta contra o imperialismo agressor, contra o capitalismo, origem da exploração e da miséria; na sua vivência, as vitórias dos povos já libertados têm outro significado.

O Congresso dos Sindicatos recebeu testemunhos eloquentes do internacionalismo proletário. O Congresso dos Sindicatos foi, também ele, um pólo de afirmação desta magnífica solidariedade que une os trabalhadores e perante a qual fronteiras geográficas, de língua e de tradição desaparecem para ressaltar a irreversível marcha da Humanidade para uma futuro de verdadeira igualdade e abundância.

O Congresso dos Sindicatos saudou, com veemente aclamação, nos Trabalhadores Chilenos a luta heroica de um povo contra o terror fascista; saudou nos trabalhadores das ex-colónias de Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé, a recente vitória contra o colonialismo por uma sociedade democrática, saudou nos trabalhadores angolanos a coragem de um povo ainda acossado pelo imperialismo; saudou no Povo Cubano, a revolução triunfante, o futuro radioso dos povos oprimidos e dos povos, que, como o nosso, dão os primeiros passos na obra gigantesca da sua libertação e de construção do socialismo.

Reproduzimos os textos de saudações aprovadas.

Saudação aos trabalhadores chilenos

Os Sindicatos Portugueses presentes no Congresso dos Sindicatos saudam os trabalhadores chilenos através da CUT. Manifestam, veementemente, o seu repúdio pelo regime do fantecho Pinochet.

Camaradas, para todos vós, a nossa solidariedade militante. Abaixo a ditadura fascista! Viva o Internacionalismo Proletário! O Chile vencerá!

Saudação aos povos das ex-colónias portuguesas e aos trabalhadores angolanos

Ao abrir, em nome do Secretariado da Intersindical Nacional, o Congresso dos Sindicatos Portugueses, quero saudar: Todos os operários e trabalhadores portugueses e os trabalhadores de todo o Mundo e em especial os das ex-colónias, hoje países livres e independentes, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e os trabalhadores angolanos ainda em luta contra o imperialismo;

(Da saudação inicial ao Congresso)

Saudação ao povo cubano

Ocorrendo, no dia de hoje, o 22.º Aniversário do Assalto ao Quartel-General de Moncada, inicio da arrancaada decisiva do Povo Cubano na formação do primeiro baluarte de socialismo na América.

O Congresso dos Sindicatos Portugueses saudá, fraternalmente, o Povo Cubano, vanguarda da luta revolucionária naquele continente.

O Congresso jelaga no general Otelio Saraiva de Carvalho, presente às comemorações, a transmissão desta mensagem ao Povo Cubano.

Viva Cuba libertada! Viva o Socialismo!

suas responsabilidades e cumprir as suas tarefas no que diz respeito ao desmantelamento da máquina produtiva pondo-a ao serviço das classes trabalhadoras, a diversos níveis, seja no Planeamento, seja nos órgãos do aparelho de Estado que precisa de ser transformado no sentido de agarrar essa máquina produtiva e dar-lhe um outro carácter; no sentido de exercer uma acção de esclarecimento, uma acção de Revolução Cultural do Congresso junto de todos os trabalhadores portugueses de forma a evitar e impedir o seu maneio pelas forças obscurantistas e reacçãoárias.

É preciso que o Movimento Sindical Português demonstre e desenvolva o espírito de classe de todos os trabalhadores portugueses.

Parece-me ser esta a tarefa fundamental, neste momento, do Movimento Sindical. As conclusões que vão daqui sair não podem ser uns simples papéis que não vão ter, depois, execução prática.

Muitas vezes fazem-se congressos; muitas vezes fazem-se reuniões, chega-se a conclusões e posteriormente as pessoas desligam-se delas, continuando a sua vida normal.

As conclusões que saírem daqui têm de ser agarradas, têm de ser assumidas pelos dirigentes sindicais, que são ainda os mais responsáveis. As conclusões que saírem do Congresso têm de chegar a todos os Sindicatos, a todos os trabalhadores.

Urge organizar os trabalhadores, desenvolver os órgãos do Poder Popular, levar os trabalhadores a lutar afinadamente pela concretização contra todos os obstáculos, pela concretização das conclusões a que se chegar aqui.

E, mais adiante, o 1.º tenente Judas acrescentou:

As forças políticas que estiverem do lado dos trabalhadores vão levar à prática a concretização do Poder Popular, levar à prática a concretização das conclusões a que este Congresso chegar.

As forças políticas que não desempenharem a fundo essa tarefa não estão com a Revolução e os trabalhadores, na prática, então, poderão escolher com muito mais clareza. O objectivo fundamental, portanto, é reforçar a unidade dos trabalhadores, desenvolver um Movimento Popular de Massas, ajudar o Movimento das Forças Armadas a compreender a natureza do processo e, com ele, avançarmos rumo ao socialismo.

Vibrantemente aplaudidas pelos trabalhadores, as palavras do 1.º tenente Judas foram sentidas como um estímulo à acção do Movimento Sindical Português, ao qual o Congresso abriu perspectivas de trabalho árduo mas, simultaneamente, a definição muito clara das vias fundamentais a percorrer para mais rapidamente avançar rumo ao socialismo.

Força, força, companheiro Vasco!

Dos trabalhos da terceira jornada do Congresso dos Sindicatos Portugueses, distinguiram-se a aprovação do Documento de Orientação e Acção para um Portugal Novo, após as alterações decididas nas secções e a aprovação, por significativa maioria (85 por cento dos votos do novo Secretariado da Intersindical que fica constituído por Adérito do Nascimento Catalão, rodoviário; Alvaro Fernandes Rana, delegado de propaganda médica; Angelo de Pinto Pereira, metalúrgico; Antero Martins Pinto Guimarães, bancário; António dos Santos Alberto Andrade, Juvelino Ferreira Colaço, vidreiro; Maria Clara Botelho Carreira da Costa, engenheira técnica; Carlos António de Carvalho, metalúrgico; Jaime Marques Machado gráfico; Joaquim Manuel Pires Moreira, trabalhador da indústria química; José António de Matos Alves, trabalhador da construção civil; José Luís Judas, trabalhador de escritório; Manuel Godinho Tagarros, operário agrícola; Manuel Teixeira de Freitas, trabalhador têxtil; Maria Fi-

lomena Carvalho Santos, trabalhadora do comércio.

De salientar entre as diversas intervenções, a Comunicação efectuada pelo representante da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França, organização à qual a Secretaria da Emigração não tem dado qualquer apoio como foi amplamente criticado pelo representante da Emigração. Os trabalhadores emigrados, junto dos quais se encarna a reacção imperialista ao nosso processo revolucionário, são uma força das massas trabalhadoras portuguesas à qual nem sempre tem sido dada a atenção que se impõe. Reafirmando a identidade de objectivos dos trabalhadores emigrados com as massas revolucionárias portuguesas, o representante dos trabalhadores emigrados disse:

A Intersindical, este vosso congresso, tem de ter presente os problemas de cerca de 3 000 000 de imigrantes, na sua maior parte trabalhadores como vós, povo português (...) das regiões onde partiram à aventura escorregada pela política de miséria, de repressão, de guerra colonial exercida pelo fascismo.

Podem os trabalhadores que continuam batendo-se em Portugal contra o fascismo, analisar de formas diversas a saída dos seus irmãos para o estrangeiro. Mas o que não podem é esquecer a ansia que têm os que saíram de regressarem à Pátria, para onde tanto dinheiro mandaram e continuam a mandar possibilitando que os graves problemas financeiros herdados do regime fascista não sejam ainda mais graves.

Eles, que são objecto da mais desenfadada campanha de calúnias contra o nosso país, contra a jovem democracia, contra o MFA, a Intersindical e os partidos e movimentos verdadeiramente progressivos, necessitam da própria definição de uma verdadeira política de emigração, que os defenda onde estão, que encaixe o seu progressivo regresso em função das conquistas que se forem obtendo na consolidação da democracia, da marcha para o socialismo.

A notícia de que o Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, estaria presente na sessão de encerramento do Congresso criou um clima de euforia entre os trabalhadores e fez afluir uma parte considerável de outros trabalhadores, não integrados no Congresso, às portas da Fundação Gulbenkian. O nome do companheiro Vasco, tantas vezes evocado nos momentos de entusiasmo do Congresso, representa não somente uma esperança das massas trabalhadoras mas uma firme certeza de garantia de defesa dos interesses do povo. «Vasco, Otelo, Costa Gomes» foi um dos gritos atoados num ritmo de ardente adesão em diversos momentos do Congresso. Adesão que é também uma exigência de avanço do processo revolucionário.

A saudação ao Primeiro-Ministro e aos restantes elementos do Conselho da Revolução, que o acompanhavam, almirante Rosa Coutinho, major Costa Martins, e os comandantes Ramiro Correia, Martins Guerreiro e Contreiras e o primeiro-tenente Judas, revestiu-se de aspectos emocionantes. A multidão de trabalhadores que enche o anfiteatro maior da Gulbenkian, durante cerca de vinte minutos, expandiram o seu ardente apoio ao MFA, ao Conselho da Revolução e, em especial, a Vasco Gonçalves, entoando com vibração, força, força companheiro Vasco, nós seremos a muralha de aço.

Jovens soldados e marinheiros que acompanhavam os membros do Conselho da Revolução foram também objecto das manifestações de carinho por parte dos trabalhadores e responderam, num bloco sonoro de fardas brancas e verdes: «Povo amigo, o soldado está contigo».

Durante o discurso do general Vasco Gonçalves, que pareceu ultrapassar-se a si próprio e à eloquência que o caracteriza, a emoção que enrouquecia as vozes e deflocava as imagens voltou-se por momentos, num silêncio profundo e ávido. Sentiu-se, profundamente que a lição encerrada nas palavras do nosso Primeiro-Ministro constitui um guia de acção para o futuro e particularmente o destaque que o general Vasco Gonçalves concedeu à necessidade da aliança da classe operária com as classes não monopolistas neste momento do processo revolucionário.

Cada vez mais, os trabalhadores tomam consciência de que quanto mais profunda e ampla é a revolução, que se opera numa sociedade, maior deve ser o número de homens que se comprometem nesta revolução, que são os seus autores no verdadeiro sentido do termo. E os autores da nossa revolução são cada vez mais largas massas populares que, em aliança com o MFA, forjada nos mesmos anseios e esperanças, marcham rumo à clareira, ao sol do socialismo onde não há exploração do homem pelo homem.



PALAVRAS DE VASCO GONÇALVES AOS TRABALHADORES

«Depois de tanto calor humano que tendes posto na vossa aliança Povo-MFA, eu espero ter a serenidade suficiente para dizer qualquer coisa.»

Sei que este congresso, em representação dos trabalhadores portugueses, é uma força fundamental da vanguarda da Revolução Portuguesa.

Desejo saudar-vos a todos e não posso deixar de focar aqui a diferença — bem sei que passaram muitos anos... — mas a diferença formidável que há entre este congresso de unidade e a consciência daquilo que é preciso fazer em Portugal (como tenho observado por aquilo que tenho lido acerca do que aqui tem sido dito e pelas últimas palavras que proferiu aqui o camarada Manuel Lopes); não posso deixar de salientar quão diferentes são os tempos de hoje em relação àqueles em que foi celebrado, na Covilhã, um congresso operário português, em que passaram dois ou três dias a discutir se havia de estar ao lado ou contra a União Soviética; o que é que representava a Revolução Russa e sem mergulharmos profundamente nos problemas e nas questões da sua própria pátria.

Unidade Sindical primeiro golpe no capitalismo monopolista de Estado

Proseguindo: «Isto demonstra que vós amadureceis, dia a dia, a vossa consciência de classe. E é muito importante que tenhais consciência de classe, porque o fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores portugueses é o fortalecimento do patriotismo português. E porque é que o fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores não é unitário na nossa pátria, neste momento? E porque os interesses do futuro de Portugal estão intimamente ligados aquilo que vós fizerdes, no concreto. Ao contrário do que propalam os detractores da classe operária, este congresso demonstrará a nossa unidade, democraticamente assumida. A unidade sindical é fundamental para nós. E a pedra de toque. O primeiro golpe que nós demos no capitalismo monopolista de Estado foi precisamente a aprovação da unidade sindical. O momento que estamos atravessando é muito grave. Todas as revoluções atravessam momentos destes. Essa gente que tantas críticas faz, como se se pudesse ter resolvido, ao fim de quinze meses, os problemas da incompatibilidade social que devem existir aliado; os problemas da crise económica que estamos atravessando; os problemas das contradições todas que tem decorrido, ao longo deste processo, quer no seio das Forças Armadas, quer fora do Movimento das Forças Armadas. Não há nenhuma revolução que não tenha contradições destas, que não passe por fases de estrangulamento.»

Aliança Povo-MFA «Nós não podemos caminhar para o socialismo», continuou o Primeiro-Ministro, «sem os trabalhadores estarem integrados na vanguarda deste processo. Há o movimento das Forças Armadas e um movimento revolucionário autónomo composto pelos trabalhadores, que do campo, quer na cidade. E a esta aliança, a esta união, que cabe o papel de vanguarda neste processo.»

«Mas esta vanguarda revolucionária não pode caminhar isolada para a construção do socialismo. Ela necessita de alianças. E muito importante que tenhamos a consciência disso.»

«E mais adiante: «Esses aliados terão de ser de pequena burguesia, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais, os pequenos e médios agricultores. Esses aliados têm de ser conquistados pela nossa causa. Mas só com medidas, só com

actos materiais do tipo daquelas que aqui foram citadas nós poderemos provar que estamos conscientes de que deveremos caminhar com aliados. Só com essas medidas. Não é conversando, só conversando.»

Seria muito grave que não tivéssemos a consciência disso, que não deveríamos ter aliados nesta marcha para o socialismo. E será na prática quotidiana e será dentro de algum tempo — não é instantaneamente — que esses aliados verão que, de facto, só têm a ganhar com a revolução socialista, que ela lhes dá mais que o capitalismo monopolista de Estado. Pois sabeis bem que esses estratos sociais oscilam entre as classes trabalhadoras e a grande burguesia. Nós precisamos de conquistar esses estratos sociais mas conquistá-los tendo bem a consciência de que nós somos a vanguarda deste processo.

Este processo tem uma vanguarda e tem aliados. E é nessa fusão dessa vanguarda com esses aliados que nós devemos caminhar para o futuro. E é claro que isto tem uma transposição ao nível político, ao nível das organizações políticas. E nós devemos procurar que essa aliança seja feita também ao nível das organizações políticas.

Uma política de alianças

«E nesse sentido que se pode falar também na aliança Povo-MFA. Eu vejo nesta aliança Povo-MFA uma vanguarda constituída pelas classes trabalhadoras e pelo MFA, movimento revolucionário autónomo das Forças Armadas, aliado aos pequenos industriais, aos pequenos comerciantes, aos pequenos e médios agricultores, porque essa gente também era trucidada e explorada pelo capitalismo monopolista de Estado. E num sistema de transição que nós consideramos, de facto, por em prática e executar, essas camadas serão progressivamente conquistadas para a revolução. E, conquistadas para a revolução, terão de futuro, o seu lugar assegurado e chegará o tempo em que a sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem, será atingida.»

«É preciso termos a consciência suficiente de que neste momento nós não poderíamos nacionalizar totalmente a propriedade privada que existe no nosso país. Lá se chegará. Haverá um período intermédio, que teremos de percorrer com os nossos aliados, mas sempre com a consciência de quem deve marcar o passo ao processo. E depois, ao fim desse período intermédio, nós atingiremos a sociedade que procuramos realizar na prática e que aqui foi definida pelo vosso camarada, a sociedade sem classes, uma sociedade em que termine a exploração do homem pelo homem.»

Definir o inimigo Sublinhando que a reacção utiliza as debilidades e problemas que se colocam no actual processo revolucionário para provocar a divisão das forças revolucionárias, afirmou a dado passo: «Eu julgo que já se vai fazendo luz na cabeça dos nossos trabalhadores: que o produto nacional bruto não compreende, não comporta certas reivindicações que são feitas hoje, que têm um ca-

rácter pejudicial, objectivamente contra-revolucionário. Nós vivemos num período em que é preciso, também, transformar a consciência social dos trabalhadores.»

Foi muito importante o papel que os trabalhadores, a Intersindical, que as lutas reivindicativas desempenharam, no tempo do fascismo. Quando nós derrubámos o fascismo, no dia 25 de Abril, havia greve, digamos, na cintura de Lisboa. Havia poderosas lutas da classe operária que eram silenciadas e não vieram nos jornais. Daí se ter desenvolvido imediatamente uma verdadeira revolução social no nosso país depois do 25 de Abril. Não foram só os militares que fizeram o que hoje está feito em Portugal. Foram vocês, foram as classes trabalhadoras, em aliança estreita com os militares, que o fizeram e isso já vinha de trás. Essa luta heróica da Intersindical, por exemplo, e que por vezes tão denegrida é pelos adversários do processo revolucionário, portanto, os nossos inimigos, procuravam meter «cunhas» entre nós, dividir. Além disso que eu referi, quanto a essas reivindicações que são absolutamente incoponíveis pela nossa economia — o que não significa que não sejam justas — enfim essas reivindicações se possam justificar, porque todas as revoluções lançam enormes esperanças na resolução dos problemas.

E evidente que o Povo Português, após o 25 de Abril, teve uma esperança enorme que fossem resolvidos rapidamente os seus problemas, mas isso não é real, isso não é possível, essa esperança está ligada à própria despolíticação das pessoas, ao descobrimiento destes processos. Nós não podemos resolver os problemas rapidamente, com a velocidade que nós desejaríamos que fossem resolvidos. Ora, isso é aproveitado pelas forças da reacção. Também eles procuram desmobilizar os trabalhadores da batalha da produção, introduzem factores de perturbação da reforma agrária e nas nacionalizações, lançam hostes entre os pequenos e médios proprietários, atribuindo ao MFA e às classes trabalhadoras desígnios que nunca passaram pela nossa cabeça. Então, nós temos de nos defender e antes temos de combater isso, porque nós devemos saber que a melhor defesa é o combate. Nós devemos combater os nossos adversários, nós temos até agora avançado combatendo os nossos inimigos e temos de o continuar a fazer. Neste momento, avançar na Revolução é consolidar as conquistas alcançadas, é alargar a nossa base de apoio, mas não devemos estar torturados, nem viciados pela situação em que vivemos, esta situação é vivida por todas as revoluções.

As revoluções não se fazem a compasso de esquadro, não se fazem com ensaios gerais, todos os revolucionários devem ter a consciência que um período revolucionário é conturbado, é um período de crise, que se reflecte até no seio dos nossos lares. Fazendo depois um apelo à calma, à serenidade e, sobretudo, à consciência dos deveres que cabem à vanguarda do processo revolucionário, Vasco Gonçalves referiu ainda os sacrifícios que será indispensável fazer para a construção do socialismo, mas que não serão, sem dúvida, altamente recompensados.

Respondendo à assembleia que havia começado a gritar «Poder popular! Poder popular!», Vasco Gonçalves prosseguiu: «O poder popular não é nenhum papão senão para aqueles que não estão com as massas trabalhadoras. «O poder popular constrói-se a céu aberto, à vista de todos, sem sofisticções na unidade das massas trabalhadoras e das outras suas aliadas com o Movimento das Forças Armadas. O poder popular é assim que se constrói. quotidianamente, é nele que podemos realizar essa unidade e esse alargamento da base.»

Proseguindo alertando para a necessidade de se avançar com cautela neste processo, evitando sectarismos, antes formentando sempre a unidade, condição indispensável de consolidar a Revolução.

Tarefas fundamentais no combate à reacção E mais adiante: «Eu queria, então, apontar aqui muito ligeiramente as tarefas fundamentais que nos cumprem no combate à reacção. Devemos fazer avançar imediatamente medidas de carácter económico que vão ao encontro das aspirações profundas das camadas que deverão ser nossas aliadas e das camadas dos trabalhadores.»

Proseguindo, Vasco Gonçalves acrescentou: «Devemos avançar com a tal revolução cultural. Dizem-nos também: «Andam para aí só com esse paiavredo da revolução cultural.» Isto que nós estamos aqui a fazer, esta reunião que estamos a ter também faz parte da revolução cultural. A revolução cultural não se faz assim: Rapaziada, vamos agora acabar, não vamos agora fazer mais nada, senão discutir as coisas, as horas de trabalho, etc. Não é assim. A revolução cultural também é quotidiana. Tem que ter uma orientação.»

Acentuando a necessidade da revolução cultural, o Primeiro-Ministro disse: «As revoluções culturais não se improvisam. Mas para aqueles que não andam de olhos fechados, eles deverão perceber que, desde o 25 de Abril, começou uma grande revolução cultural no nosso País.»

Vamos modificar o aparelho de Estado. E aqui tem muita importância o papel dos sindicatos. As vossas ideias, as organizações que vocês esboçam, a colaboração que deem para a construção do «controlo» dos trabalhadores sobre as empresas nacionalizadas e particulares. E mesmo sobre as outras.

Tem de se descobrir formas de «controlo» diferentes para as empresas nacionalizadas e para as empresas privadas. Mas todas elas devem estar subordinadas a um plano geral de desenvolvimento do nosso País.

Mas isso deve ser definido. E nós temos ideias sobre como definir isso, de maneira que cada um saiba a missão que lhe está destinada na construção do novo Portugal. Sem ambiguidades e com segurança.

Essas organizações do Poder popular — como há pouco estive a dizer — tem um grande papel também no

combate à reacção. Forjam a grande unidade entre o Movimento das Forças Armadas e as massas trabalhadoras e outras camadas que devem ser nossas aliadas.

As associações dos pequenos e médios empresários, as ligas, as organizações cívicas, tudo isso trabalhando em uníssono, em unidade, será a tal base social do nosso apoio. Serão essas organizações, a unidade dessas organizações.

Unidade caminho da vitória

Dentro dessas tarefas, este congresso e o movimento sindical têm um papel fundamental a desempenhar. Sem o triunfo do movimento sindical, sem a consolidação da nossa unidade, que deveis defender acima de tudo e contra todos, não é possível o triunfo da Revolução portuguesa. Isto é preciso que esteja muito claro na cabeça dos portugueses. Há muita gente a quem custam estas afirmações.

Porque os trabalhadores eram a classe mais desfavorecida, porque ao fim e ao cabo era o extrato social que se encontrava rio-fim da escala social, embora haja trabalhadores até que sejam muito bem pagos. Mas globalmente as classes trabalhadoras estavam no fundo da «escala social. Então como é que se compreende que agora passem essas classes trabalhadoras para a vanguarda?»

O reforço da unidade de todos os trabalhadores, a reconstrução económica, o esclarecimento da importância que tem para a classe operária a aliança com a pequena burguesia e certos sectores mesmo da média burguesia. As conclusões deste congresso devem servir para a unidade de todos os trabalhadores. Vós deveis discutir essas conclusões a todos os níveis da classe trabalhadora, com persistência, com insistência. Porque dessa discussão sairá uma maior consciência de todos os trabalhadores.

Vós, como vanguarda dos trabalhadores, não vos podeis destacar do conjunto da classe trabalhadora. Vós tendes de que levar os vossos camaradas essas ideias de vanguarda, para que a vanguarda seja cada vez maior, mais poderosa. E deveis ter o cuidado de não vos deslocares dessa vanguarda.

E nesse sentido que devemos estar sempre com atenção às relações entre a vanguarda e os estratos que apoiam essa vanguarda. Isso é muito importante e faz parte do «bé-bá-bá» de qual-quer revolução. Não nos afastarmos daqueles que nos apoiam.

O MFA está convosco. E convosco que pensa que deve ser construído o socialismo. (...) O nosso povo não é reacçãoário. Mesmo quando se fala dos homens do Norte e tudo isso. Não tenhamos ilusões. O povo não é reacçãoário. Pode é ser utilizado pelas forças da reacção.

Nós, MFA, estamos, portanto, empenhados em que esta vanguarda se consolide, porque sem uma vanguarda forte nós não construiremos o socialismo.

«A revolução — acentuou — é uma verdadeira abertura de exploração capitalista, uma verdade que nos há-de levar à clareira, ao sol do socialismo, onde não há exploração do homem pelo homem.»

INTERLIVRO
R. PEDRO NUNES 9-A-LISBOA
DICCIONÁRIO POLITECNICO PORTUGUES-RUSSO por Matevev-Asryants cerca de 35 000 termos
LIVROS PARA ESTUDO DA LINGUA RUSSA
VISITE A URSS A FALAR RUSSO
União Literaria especializada em livros soviéticos

SAUDAÇÃO DO NOSSO PARTIDO AO CONGRESSO DOS SINDICATOS

O Comité Central do PCP enviou ao Congresso dos Sindicatos a seguinte saudação

CAMARADAS:
O Partido Comunista Português envia saudações cordiais ao Congresso dos Sindicatos e faz sinceros votos pelo pleno êxito dos seus trabalhos. O PCP saúda também, fraternalmente, todos os congressistas e todos aqueles que por qualquer forma participam no Congresso e, através deles, todos os trabalhadores portugueses.

Após 48 anos de ditadura fascista em que todas as liberdades; inclusive a liberdade sindical, foram totalmente suprimidas, e as massas trabalhadoras portuguesas têm agora a possibilidade de se reunirem num congresso sindical e discutir livremente os seus problemas através dos seus legítimos representantes.

Tal possibilidade deve-se à longa luta da classe operária e das massas trabalhadoras, a longa luta dos antifascistas e democratas portugueses contra a opressão e a exploração, pela liberdade e a independência nacional. Tal possibilidade deve-se também à solidariedade internacional de que o povo português sempre beneficiou na sua luta contra o fascismo. Tal possibilidade deve-se também à solidariedade internacional de que o povo português sempre beneficiou na sua luta contra o fascismo. Tal possibilidade deve-se, finalmente, e de modo decisivo, à acção revolucionária dos capitães do 25 de Abril, acção que teve a colaboração activa do nosso povo.

A história da Intersindical, que agora promove o 1.º Congresso Sindical dos últimos 50 anos, está intimamente ligada à história da luta dos trabalhadores portugueses contra o fascismo. Nascida há quase 5 anos, numa fase de intensa agudização da luta antifascista, ela é o produto da resistência heroica das massas trabalhadoras ao fascismo e ao patronato e do seu combate contra a exploração e pela liberdade sindical.

Depois do 25 de Abril, a Intersindical, os sindicatos filiados, e os trabalhadores sindicalizados desempenharam um papel do mais alto valor na defesa e consolidação das liberdades, no melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, no desenvolvimento do processo revolucionário e na elaboração e realização de reformas económicas e sociais abrindo caminho para o socialismo.

O Partido Comunista Português, que sempre lutou incansavelmente pela conquista das liberdades e sempre esteve à frente das lutas da classe operária e dos outros trabalhadores, que sempre apoiou e defendeu as suas organizações unitárias, incluindo na sua expressão mais elevada — a Intersindical —, congratula-se com a realização do Congresso e faz votos para que dele saiam resoluções e conclusões que reforcem a luta dos trabalhadores pela consolidação das conquistas já alcançadas por firmes passos em frente na construção do novo Portugal.

No momento em que tarefas imensas se põem aos trabalhadores portugueses no quadro do processo revo-

lucionário em curso, como a batalha da produção e a defesa da própria revolução; no momento em que elementos divisionistas intensificam a sua acção na triste e inglória tarefa de dividir os trabalhadores, de lançar trabalhadores contra trabalhadores; no momento em que os mesmos elementos acentuam os seus esforços para destruírem as organizações unitárias independentes dos trabalhadores; no momento em que demagogos e falsos revolucionários, aliados a forças de direita e reaccionárias, agem para a todo o custo travarem o processo revolucionário, e fazerem-no recuar, a realização do Congresso dos Sindicatos tem um particular interesse, pois pode representar um passo importante para o reforço da unidade da classe operária e de todos os trabalhadores interessados no avanço da revolução.

Aos Sindicatos, às Uniões e à Intersindical cabe papel determinante na defesa dos interesses dos trabalhadores (mediatos e mediatos), os quais têm de enquadrar-se na defesa do próprio processo revolucionário. Os interesses dos trabalhadores defendem-se lutando pela satisfação das suas justas reivindicações e defendem-se agindo para que sejam salvaguardadas e consolidadas as conquistas que se vão alcançando. As associações sindicais, como organizações unitárias dos trabalhadores, independentes dos partidos políticos, do Governo e do patronato, independência que lhe é garantida pela unidade, compete também, em cooperação com as forças políticas revolucionárias, agir decididamente, como aliás o têm feito, no combate às forças reaccionárias e à contra-revolução sempre que esta ameaça atacar.

Este primeiro Congresso dos Sindicatos realízase num complexo momento da revolução portuguesa. A reacção lança uma larga ofensiva contra as forças progressistas, contra as organizações independentes e livres dos trabalhadores. Soprada por oportunistas a contra-revolução, incendiando centros de trabalho de partidos progressistas e de organizações sindicais, expulsando de fábricas e empresas delegados sindicais e militantes operários, começa a mostrar a verdadeira face. Tal como no 28 de Setembro e no 11 de Março, os trabalhadores unidos e confiantes fazem firmemente face à reacção, como o mostraram novamente no 19 de Julho.

A reacção não passou e não passará. Os trabalhadores portugueses, o povo português, em estreita aliança com o MFA, assegurarão o prosseguimento do processo revolucionário, rumo ao socialismo, rumo à liquidação da exploração do homem pelo homem.

Viva Portugal democrático a caminho do socialismo!
Viva a unidade das classes trabalhadoras!
Viva a Intersindical!

Lisboa, 24 de Julho de 1975.

O Comité Central do Partido Comunista Português

Aprovado no Congresso DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO E ACÇÃO

Na defesa de um sindicalismo de massas, unitário, democrático e independente, o 1.º Congresso dos Sindicatos, reunido no último fim-de-semana em Lisboa, pela primeira vez em liberdade depois de 50 anos de opressão e obscurantismo, decorreu sem constrangimento de qualquer espécie, num ambiente de completo respeito por todas as opiniões existentes no seio dos trabalhadores portugueses.

Após discussão nas secções, foi aprovado o Documento de Orientação e Acção para um Portugal Novo. Nele merecem grande destaque as necessidades dos trabalhadores, consubstanciadas nas mais urgentes questões de emprego, salários, habitação, previdência, saúde e assistência, higiene e segurança no trabalho, ensino e formação profissional, tempos livres e juventude trabalhadora.

Antes de entrar na análise desses problemas e de para os mesmos propor medidas, o Congresso tem em conta:

— As actuais possibilidades económicas e financeiras do País e o actual estado de desenvolvimento do processo revolucionário, por forma a definir uma direcção segura que afaste os trabalhadores dos caminhos da demagogia e da contra-revolução;

— As necessidades e anseios mais profundos das classes trabalhadoras e dos seus aliados na fase actual do processo revolucionário: pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais;

— A procura de soluções concretas na realização das quais se empenharão os trabalhadores e as suas organizações sindicais e em cooperação com todas as estruturas das organizações do poder popular, reforçando-se assim a aliança revolucionária POVO-MFA.

Combater frontalmente o desemprego

Depois de citar a herança do fascismo, que jogava na emigração e fazia desaparecer, em média, 20 000 postos de trabalho por ano, depois de lembrar a sabotagem económica posterior ao 25 de Abril, a recusa de créditos, a baixa nos investimentos, e a falta de investimento público para substituir a iniciativa privada, o Congresso considera que o combate ao desemprego tem de ser neste momento a principal frente de luta dos trabalhadores.

Mas o combate ao desemprego está estreitamente relacionado o desenvolvimento económico. Assim é apontada a necessidade de criar postos de trabalho em sectores vitais a fim de se resolver não só o problema do desemprego, como também o aumento da produção e a reestruturação dos diversos sectores económicos, de modo a assegurar o efectivo direito ao trabalho, que deve ser consagrado constitucionalmente.

A reestruturação dos sectores em crise, como a indústria hoteleira, a construção civil e a indústria têxtil, é para o Congresso um campo em que têm de ser tomadas medidas imediatas, pois sem elas não só não é possível avançar na resolução dos problemas políticos, económicos e sociais, como ficam criadas as condições para o avanço da reacção.

Definir uma política de emprego é preocupação do Congresso, que se manifesta pela proibição do despedimento sem justa causa, pela proibição do clock-out, pelo direito à assistência material do Estado em caso de desemprego involuntário, pelo estabelecimento de um horário de trabalho nacional que leve à redução do número de horas extraordinárias, principalmente quando feitas de forma sistemática, criando assim novos postos de trabalho, pela eliminação progressiva de todas as situações de pluriemprego, tendo em atenção um critério de justiça social.

Pelo desenvolvimento económico na batalha da produção

A participação dos trabalhadores na defesa do processo revolucionário para a realização dos objectivos comuns, nos quais se inclui o combate ao desemprego e a resolução dos problemas mais urgentes para a melhoria das condições de vida de todo o Povo português, tem hoje um pólo central para onde devem convergir todos os esforços. É esse pólo a batalha da produção intimamente ligada ao «controlo» do que produz e deve passar a produzir as mais amplas massas de trabalhadores, operários, quadros técnicos e administrativos.

O Congresso considera que a batalha da produção engloba motores políticos e económicos. Do ponto de vista político o mais importante é a mobilização e consciencialização dos trabalhadores sobre o seu papel na transformação e alteração das relações de produção. Do ponto de vista económico, engloba a reorientação da economia, que se pretende pôr ao serviço dos trabalhadores, e o «controlo» da produção.

Assim, a batalha da produção e o seu «controlo» são encarados pelos trabalhadores sindicalistas do Congresso, no seu documento final amplamente debatido, como pontos essenciais no avanço do processo revolucionário, visando objectivos a curto e a longo prazo, permitindo equacionar os problemas em que são colocados, criando bases para a alteração das relações de produção capitalistas, alargando-se os estreitos horizontes em que são colocados, criando bases para a alteração das relações de produção capitalistas.

Segundo o Congresso, a batalha da produção deve ter os seguintes pontos-chave: aumento quantitativo e qualitativo da produção; melhor aproveitamento das estruturas existentes, nomeadamente instalações e equipamento; diminuição do desperdício, de matérias-primas e combustíveis utilizados; política de compras orientada para a produção nacional com encomendas centralizadas por actividade ou, em alguns casos, por sector, desenvolvimento da produção de bens essenciais passíveis de serem criados no País; racionalização do processo produtivo com principal incidência em sectores de produção de bens supérfluos de forma a colocá-los ao serviço da produção de bens essenciais.

Depois de definirem claramente que a actividade do «controlo» nunca pode ser exercida com prejuízo da produção, os congressistas deliberaram que os sindicatos, enquanto organizações democráticas e unitárias dos trabalhadores, não devem ter responsabilidade exclusiva no processo de «controlo» da produção, antes devem manter a sua independência nomeadamente no campo reivindicativo e organizativo, apesar de deverem levar em conta as situações concretas da economia e das suas possibilidades.

«A Reforma Agrária é condição indispensável para a política económica e social do nosso País

No plano político — lembra o Congresso — a reforma agrária leva ao avanço da Revolução pela liquidação do poder dos grandes latifundiários, aliados históricos do fascismo e da reacção. No plano económico, permite o aumento da produção e diminuição da importação de produtos agrícolas. No plano social, garante a melhoria

TRABALHADORES PORTUGUESES E ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS SAUDARAM NO CONGRESSO A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

O apoio massivo ao Congresso, a nível nacional, ficou bem patente através das numerosas saudações de organizações sindicais, de comissões de trabalhadores e das organizações políticas progressistas e de outras organizações de massas.

Eis a relação de algumas das mensagens de apoio enviadas ao Congresso: Sindicato dos Chapelheiros do Norte, directores dos Sindicatos das Indústrias Transformadoras de Angra do Heroísmo — Açores, Sindicato da Construção Civil de Braga, Sindicato de Panificação de Coimbra, Sindicato dos Escritórios do Porto, Sindicato dos Transportes Rodoviários de Lisboa, Direcção e Lista A do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, Comissão de Trabalhadores da Tipografia Eboralto — Diário do Sul — Évora, Trabalhadores da Indústria de Mármores de Estremoz, Trabalhadores da Firma Manuel Miquelina — Grândola, Trabalhadores, Moradores da Zona Bonjardim — freguesia de Santo Ildefonso, Trabalhadores Electricistas dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Funcionários da Intersindical Nacional, Trabalhadores dos Escritórios do Porto, Grupo de Trabalho da Intersindical da Construção Civil, Secretariado Provisório

das condições de vida da população dos campos, assegurando o direito ao trabalho e a um salário digno.

Defendendo o papel que cabe aos pequenos agricultores numa sociedade em transformação a caminho do socialismo, o documento lembra que a reforma agrária permitirá salvar da falência esses pequenos e médios produtores, transformando a nossa agricultura atrasada numa agricultura próspera, base necessária para o desenvolvimento e independência da economia nacional.

Depois de referir que a reforma agrária, nas zonas do país onde predominam a pequena exploração agrícola, leva ao desenvolvimento de formas organizativas que devem permitir um correcto dimensionamento da exploração agrícola de tipo familiar, o Congresso dos Sindicatos pronuncia-se por uma série de medidas, designadamente o «controlo» dos meios de produção e das culturas, impedindo actos de sabotagem, a nacionalização das principais empresas que intervevem a montante e a jusante da produção agrícola, a criação de cooperativas de comercialização e industrialização, leis de crédito e seguro agrícola e rural e leis de tributação, mediante a imposição de um sistema progressivo, isentando os camponeses pobres e aplicando o princípio de «paga mais quem mais tiver».

Ainda sobre a reforma agrária, o Congresso propõe que se criem novas unidades de produção, designadamente em cooperativas, herdades colectivas e herdades do Estado, definindo depois as tarefas que os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas devem levar por diante na defesa dos interesses socioeconómicos dos trabalhadores, na sua mobilização para as grandes tarefas políticas do momento, na participação nos órgãos do Estado, nos Conselhos Regionais da Reforma Agrária, na elaboração do Plano Económico de Transição, na gestão da Previdência.

Salários, Habitação, Previdência, Saúde...

O Congresso realça a inserção da política salarial no processo revolucionário e a subordinação daquela aos objectivos superiores do estabelecimento de um poder político que exprima os interesses da classe operária e de todas as camadas trabalhadoras. Com esta posição que é da imensa maioria dos trabalhadores portugueses, o Congresso põe em relevo a necessidade de se ter em conta que, hoje, as reivindicações de carácter económico não têm o mesmo significado e alcance que tinham no tempo do fascismo. Hoje, as reivindicações de ordem política, no sentido do avanço da Revolução, sobrepõem-se às de ordem económica. Na verdade, depois das nacionalizações e das medidas de reforma agrária, a antiga relação trabalhadores-capital transformou-se, em muitos casos, ou está em vias de transformar-se numa relação trabalhadores-colectividade.

A atitude dos trabalhadores face ao processo produtivo, tendo em conta as alterações já efectuadas no sentido da democratização económica, caminha para a definição da sua actividade produtiva, não como meio de alienação e exploração — salienta o Congresso — mas como uma alavanca ao alcance dos trabalhadores, capaz de impulsionar e decidir da sua libertação económica e social.

O documento de orientação e acção para um Portugal Novo dedica depois grande atenção aos problemas da previdência, habitação, saúde e assistência, higiene e segurança no trabalho, ensino e formação profissional, tempos livres e juventude trabalhadora.

O Congresso recorda e sublinha a necessidade de se reconhecer o direito à habitação a cada agregado familiar, englobando o conceito de habitação não só o alojamento, como ainda os equipamentos sociais (hospitais, escolas, lojas, transportes, etc.) e infra-estruturas técnicas (água, electricidade, etc.).

Faça as indicações do sector privado, o Congresso adianta uma série de medidas de grande importância na construção civil, no sentido de se avançar urgentemente para a Reforma Urbana, nomeadamente através de nacionalizações e da criação de um fundo de habitação social.

Lembrando que as carências habitacionais que afectam o Povo não poderão ser resolvidas a curto prazo, o documento acrescenta, todavia, que a atribuição de alojamentos de renda económica aos agregados familiares deverá ter em conta os que habitam em barracas ou bairros de lata, os que vivem em regime de sublocação, os que tenham maior número de filhos e os que tenham menos recursos económicos.

Pronunciando-se por uma política de Segurança Social para o nosso país, o Congresso enuncia os princípios fundamentais mínimos nesse sentido, cobrindo praticamente todas as «carências e injustiças» que se verificam nesse sector. O mesmo sucede no que respeita à saúde e à assistência, cujos problemas não se podem desligar do contexto político-económico que o País atravessa e dos condicionamentos socioeconómicos das massas trabalhadoras. De entre as medidas propostas salientamos a que implica o «controlo» do Estado nas empresas que exercem a sua actividade no campo da indústria química-farmacéutica e do equipamento médico. De salientar é também a melhoria progressiva da rede nacional de esgotos, de água potável canalizada e de electrificação a par da elaboração de um plano de construção e equipamento hospitalar para colmatar as maiores deficiências da assistência dos hospitais distritais com bom nível técnico de prestação de cuidados médicos diferenciados.

O extenso e minucioso documento aprovado no Congresso dedica ainda largo espaço à organização sindical, à participação dos trabalhadores na defesa do processo revolucionário, às relações internacionais e à unidade sindical — suporte do processo democrático revolucionário.

Quanto à verticalização dos sindicatos os objectivos a alcançar têm em vista transformar os sindicatos existentes em sindicatos que englobem não só todos os trabalhadores como que exerçam a sua actividade na mesma empresa, como também os que trabalham nas empresas do mesmo ramo de actividade económica.

Já compreendida e aceite pela grande massa dos trabalhadores a verticalização sindical é tarefa prioritária das organizações sindicais determinada pela necessidade urgente de a organização sindical acompanhar o processo revolucionário que vivemos.

Depois de se deter na informação sindical e na formação dos militantes, o Congresso termina o seu Documento afirmando que o objectivo estratégico do Movimento Sindical é a unidade dos trabalhadores na luta pela defesa dos seus interesses — condição indispensável para o seu triunfo. A Unidade do Movimento Sindical Português não é apenas uma tradição. É uma necessidade histórica. Nenhum desenvolvimento económico é possível, nenhuma reivindicação será satisfeita, nenhum progresso social haverá — frisa o Congresso — se os trabalhadores não estiverem unidos e coesos em torno dos sindicatos que os representam e na defesa dos objectivos concretos e nacionais que orientam a sua luta.

As organizações políticas verdadeiramente revolucionárias não podiam ignorar a demonstração de unidade e força do movimento sindical patenteada no Congresso dos Sindicatos. As suas palavras de estímulo foram ovacionadas e entusiasticamente no Congresso. E mesmo o combate das forças verdadeiramente revolucionárias do nosso país, que não podem deixar de combater pela unidade dos trabalhadores, instrumento poderoso da vitória do processo revolucionário. Os que combatem a unidade e a unidade são inimigos da revolução. aliados conscientes ou inconscientes do capitalismo e das forças contra-revolucionárias.

Da Frente Socialista Popular — PSP — do Movimento de Esquerda, Socialista — MES do Movimento Democrático Português — MDP/CDE — e do nosso Partido chegaram ao Congresso calorosas mensagens onde, mais uma vez, é realçado o papel da unidade dos trabalhadores. Também o Secretariado Nacional do Pro-Únido Nacional da Comissão de Estudantes do Trabalho, a União da Juventude Comunista, a União da Juventude Estudantil — UJEC — e o Movimento Democrático de Mulheres saudaram ao Congresso dos Sindicatos Portugueses.

«A coesão dos trabalhadores e a sua unidade serão a melhor garantia de alcançarmos um verdadeiro socialismo. E trabalhadores conscientes cultural e politicamente não mais se deixarão manobrar por divisionistas que buscam a todo o custo sustentar o processo revolucionário. O Instituto dos Trabalhadores saúda calorosamente os sindicatos reunidos num Congresso que será, seguramente, a consagração da unidade da classe operária.»

Também os estudantes portugueses, através das suas associações, manifestaram em mensagens de firme apoio a sua unidade com os trabalhadores. Estão neste caso a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, a Direcção da Associação de Estudantes das Faculdades de Medicina e do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL PRESENTE NO CONGRESSO

A expressão do internacionalismo proletário fez-se sentir amplamente no Congresso dos Sindicatos Portugueses. Os representantes dos trabalhadores presentes no Congresso sentiram mais uma vez que a classe operária portuguesa e restantes trabalhadoras não estão só e que a sua luta tem um profundo alcance internacional. À saudação das organizações de classe de trabalhadores de todo o Mundo respondeu o Congresso dos Sindicatos com a firme e fortalecida reafirmação da unidade da classe trabalhadora, com o seu decisivo empenhamento na construção de um Portugal novo, rumo ao socialismo.

Entre as organizações sindicais internacionais que saudaram o Congresso destacamos: Central dos Trabalhadores de Cuba, CUT (Chile), Confederação Geral do Trabalho do Peru, Federação dos Sindicatos do Vietnam-Hanoi, Federação dos Sindicatos Livres — Vietnam do Sul, Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, Conselho Central dos Sindicatos Búlgaros, FDGB-RDA, Conselho Central dos Sindicatos Checos, Trabalhadores Venezuelanos, Federação Sindical Mundial — FSM, União Internacional dos Serviços Públicos da Federação Sindical Mundial (FSM), União Internacional dos Sindicatos de Alimentação, Tabaco, Hoteleiros, Restaurantes (FSM), Confederação Geral do Trabalho — CGT — França e União Marroquina do Trabalho.

Na impossibilidade de publicar o texto das diversas organizações sindicais internacionais, salientamos extractos de algumas saudações.

Da Central dos Trabalhadores de Cuba
Camaradas delegados primeiro Congresso Nacional Intersindical Nacional!

A Central dos Trabalhadores de Cuba e os seus vinte e três sindicatos nacionais fazem chegar-vos o nosso fraterno abraço por ocasião da celebração importante e transcendente reunião da classe operária portuguesa que é o primeiro Congresso Nacional da Intersindical. O movimento sindical cubano segue com verdadeira atenção e fraterna solidariedade o desenvolvimento do processo revolucionário da vossa pátria. A classe operária cubana fiéis intérpretes dos princípios internacionalismo proletário sente viva simpatia pelos esforços que desenvolve a classe operária lusitana para forjar bem-estar futuro, sem exploração capitalista, a paz e segurança de todo o povo. Sabemos dos esforços dessa organização irmã fortemente empenhada em garantir um futuro livre, paz e independência. Desejamos êxito e adopção de decisões estamos certos servirão a fortalecer a unidade da classe operária e traçar linhas de acção, consigam libertar-vos da exploração do homem e do domínio dos monopólios e empresas multinacionais fazendo avançar ainda mais

o processo revolucionário português.

Da CUT — Chile

Expressamos o nosso apoio pela unidade da classe operária e o fortalecimento do processo revolucionário. Desejamos o maior êxito ao vosso congresso. Viva a amizade dos trabalhadores do Chile e Portugal. Viva a Intersindical de Portugal fraternalmente.

Do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos

Em nome dos trabalhadores soviéticos, o Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos saúda, calorosa e fraternalmente, os delegados no Congresso Nacional Intersindical e deseja-vos pleno sucesso e trabalho frutífero. Depois da queda do regime fascista, os trabalhadores mostraram apoiar decididamente a plataforma transformação democrática proposta pelo Movimento das Forças Armadas assim como a firme intenção de contribuir a sua realização. Trabalhadores Soviéticos e seus Sindicatos apreciam altamente relações de amizade e cooperação existentes entre as nossas duas organizações e exprimem a sua solidariedade

fratema com a luta dos trabalhadores portugueses. Para defesa das liberdades conquistadas e transformações democráticas no país, desejamos calorosamente à Intersindical e à classe operária portuguesa novos êxitos na luta pela consolidação da democracia, do autêntico progresso social e o reforço das suas fileiras.

Viva o Internacionalismo Proletário! Viva a Paz e Amizade dos Trabalhadores de todo o Mundo!

Federação Sindicatos do Vietnam

Trabalhadores e Sindicatos do Vietnam seguem com grande atenção a situação de tensão em Portugal e exprimem a sua viva indignação perante actos de sabotagem da Revolução pelo Partido Socialista e forças reaccionárias portuguesas.

Saudamos declaração da Intersindical portuguesa chamando trabalhadores e povo português a combater decididamente todos os actos contra-revolucionários das forças reaccionárias portuguesas. Exprimimos simpatia e apoio pelas medidas activas tomadas pelo Conselho da Revolução Portuguesa para impedir actos contra-revolucionários citados. Temos firme convicção que pela sua justa causa, o Movimento das Forças Armadas, Governo e outras organizações democráticas e progressistas de Portugal saberão levar até ao fim a causa revolucionária do povo português.

Saudações, solidariedade militante.

Da CGT Francesa

A CGT segue atentamente a acção levada a cabo pelos militantes dos sindicatos de Portugal para fazer do movimento sindical do vosso país, uma força activa no desenvolvimento do processo revolucionário, apoiando-se para isso, no Movimento das Forças Armadas e no povo.

A CGT não só segue atentamente, mas apoia também com firmeza a vossa luta para que os trabalhadores portugueses realizem uma grande Central Nacional unificada, independente e unicamente ao serviço dos trabalhadores, pela defesa dos seus interesses, por uma orientação sindical de classe e de massas.

A pesada herança de dezenas de anos de fascismo, obriga os trabalhadores e o povo português a desenvolver a sua acção contra todas as tentativas de divisão no seio do movimento sindical, contra os actos contra-revolucionários de toda e qualquer natureza, contra as manobras, as intrigas e pressões visando separar o MFA dos trabalhadores e do povo de Portugal.

A CGT apoia a vossa acção constante a fim de reforçar a unidade entre todos os que não querem o regresso do fascismo e da violência anticomunista, entre todos os que querem viver na liberdade reconquistada para assim poder edificar um regime democrático, operar transformações económicas e sociais fundamentais em favor dos trabalhadores, liquidar o domínio dos monopólios nacionais e estrangeiros sobre a economia nacional, e realizar as bases de uma economia socialista.

A CGT denuncia o conluio internacional fomentado contra a vossa jovem democracia; a este respeito, a CGT condena a atitude do Governo francês que em Bruxelas se opôs à atribuição de uma ajuda económica ao Portugal democrático.

Convicta de que o vosso primeiro congresso reflectirá as profundas aspirações de unidade e os sentimentos solidários dos trabalhadores portugueses, a CGT deseja-vos pleno sucesso nos trabalhos de um congresso cujas decisões contribuirão para o avanço da libertação social dos trabalhadores em luta pela democracia, a liberdade, contra os monopólios e os seus cúmplices, contra o imperialismo, pelas reivindicações e o progresso social em favor do povo português.

Viva o vosso Congresso Sindical Nacional! Viva a gloriosa Intersindical! Viva a luta unida dos trabalhadores e do povo português! Viva a solidariedade entre os trabalhadores da França e de Portugal! Viva a unidade dos trabalhadores do Mundo inteiro!

CONGRESSO REAFIRMA A ALIANÇA POVO/MFA

A estreita aliança entre as massas trabalhadoras e as Forças Armadas foi uma constante afirmação da imensa maioria dos representantes das organizações sindicais do Congresso dos Sindicatos Portugueses. Das diversas moções que atentam o apoio das massas trabalhadoras destacamos algumas que são expressão do empenhamento cada vez mais decisivo do povo no processo revolucionário em curso.

● Sindicatos, Uniões e Federações, Comissões Sindicais e de Trabalhadores presentes no III Congresso dos Sindicatos reiteraram incondicional apoio ao MFA, Conselho da Revolução, Generais Costa Gomes, Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho.

Manifestam total confiança ao companheiro Vasco Gonçalves para a formação de um Governo que interprete correctamente o nosso processo revolucionário e esteja efectivamente ao serviço da Classe Trabalhadora.

● Os trabalhadores organizados, reunidos no primeiro Congresso dos seus Sindicatos, após o Glorioso Movimento das Forças Armadas ter esmagado o Estado Corporativo fascista que oprimiu o povo português durante 48 anos stop Saudam os trabalhadores fardados reunidos,

também hoje, na sua Assembleia do MFA, da qual aguardam medidas de continuidade e reforçada aliança para garantia de plenas liberdades democráticas, na construção, firme e decisiva, da ambicionada sociedade socialista em Portugal, para fim da exploração do homem pelo homem e na libertação total dos povos oprimidos stop.

(Aprovado por aclamação) Considerando que a actual situação política é o reflexo da actuação de duas forças antagónicas: REACÇÃO-REVOLUÇÃO;

Considerando que o próprio MFA já optou decididamente pelo caminho da revolução e que só este é capaz de conduzir à sociedade socialista;

Considerando que a reacção, vestida das mais variadas formas, continua a reprimir a revolução a nível do país e com particular incidência no distrito de Aveiro, onde tudo se passa sem que pouco mais que nada se oponha, mesmo depois do comunicado do COPCON onde se prescrevem medidas severas ao contra-revolucionário;

A CRESCENTE INTERVENÇÃO DOS TRABALHADORES E A SOCIALIZAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

O texto que a seguir apresenta é o produto do debate e da reflexão realizado no seio da Organização dos Economistas do Porto do Partido Comunista Português. Trata-se de um importante contributo para a discussão e a resolução dos problemas levantados pela necessária intervenção da classe operária e de todos os trabalhadores na vida económica nacional.

1. Desde o 25 de Abril a luta de classes tem tomado uma agudização crescente. A luta dos trabalhadores contra a sabotagem económica e as prepotências da grande capital, pela sobrevivência das empresas e manutenção do emprego, tem conduzido em muitos casos à tomada total da empresa pelos trabalhadores, situação que tem constituído ponto de partida para diversas soluções.

Aproveitando esta situação de facto forças políticas anarquistas e social-democratas procuram expandir as teorias autogestionárias apontando um pseudocaminho para o socialismo. Fazem-no procurando empolar artificialmente as situações de autogestão e despojar as situações de facto do seu conteúdo profundamente revolucionário.

2. As teorias autogestionárias procuram aproveitar-se de algumas justas aspirações das classes trabalhadoras: tomarem nas suas mãos os seus próprios destinos.

Contudo, aparentando levar a uma maior intervenção dos trabalhadores na vida económica-social, conduzem a uma situação contrária na medida que correspondem a uma sobrestimação da luta económica e a uma subestimação da luta de classes e da luta política que conduz, nomeadamente, a um Estado dos trabalhadores. Fazem esquecer que é a natureza de classe do poder político que caracteriza o grau de democracia de uma sociedade. «Transferem» a luta de classes para um antagonismo entre governantes e governados.

Em muitos e muitos casos aparecem como forma de combate às organizações sindicais, aos partidos revolucionários. É uma das máscaras do «socialismo em liberdade», a panaceia contra o socialismo dito «centralizado», «burocrático», «autoritário» e «estatal».

Numa sociedade capitalista não podem existir «ilhas socialistas», pois aquela existirá enquanto existir como forma dominante a propriedade privada dos meios de produção e a dominação política do grande capital. Não é o tipo de gestão em si que determina o seu carácter democrático mas sim a natureza de classe do poder político. O socialismo autogestionário em economia demarcado não será mais que um «socialismo» de fachada, forçado a submeter-se às regras de jogo ditadas pelo capitalismo mundial, acabando por aparecer a classe operária subalternizada na gestão, que termina por ficar nas mãos de elites desligadas dos reais interesses dessa mesma classe.

Igualmente falar em autogestão socialista apresenta um significado contraditório, pois numa sociedade socialista o que existe é uma correlação de graus de decisão entre a empresa e o poder central. Mais, os «modelos» defendidos mostram que uma demasiada capacidade de decisão da empresa em relação ao poder central conduz ao reduzido desenvolvimento económico e ao agravamento de desigualdades entre empresas e regiões, a fenómenos, embora limitados, característicos de economias capitalistas, à utilização do seu próprio interesse do poder de facto de certas empresas.

3. A importante luta dos trabalhadores do nosso país contra a sabotagem económica, as prepotências dos capitalistas, o combate pelo controlo da produção, pela batalha da produção, pela sobrevivência das empresas de utilidade social, pela manutenção de postos de trabalho, pelo aproveitamento dos equipamentos e da terra, constitui um dos marcos fundamentais do processo revolucionário e um dos grandes do avanço para o socialismo.

Esta luta dos trabalhadores, em que os operários de alguns sectores com maiores tradições de luta e os assalariados agrícolas do Sul têm estado na vanguarda, é parte integrante da luta de classes.

A luta dos trabalhadores levou em vários casos a uma fuga dos capitalistas ou à necessidade imperiosa de os afastar da empresa. A tomada total desta pelos trabalhadores constitui em alguns casos a única solução de avanço e um contributo à luta do povo português.

Em tais situações críticas verificam-se alguns casos, particularmente nas empresas mais importantes, uma inte-

diata nacionalização ou intervenção do Estado. Em inúmeras destas situações a pesada máquina do Estado não tem dado a pronta resposta que exige o avanço do processo revolucionário, tendo os próprios trabalhadores que superar essas debilidades tomando conta da empresa.

Nos casos mais positivos essa situação aparece como transitória até à intervenção do Estado. Noutros aparece desligada de tal. Debatendo-se, neste caso, com um vasto conjunto de problemas procuram minorá-lo pela constituição de uma nova empresa em que a propriedade dos meios de produção passa a propriedade dos trabalhadores da empresa.

Estas situações colocam uma série de questões que exigem a nossa reflexão.

4. «Lenine considerava que qualquer legalização, directa ou indirecta, da propriedade dos operários de uma determinada fábrica ou de uma determinada profissão sobre a sua própria produção constituía uma enorme adulteração dos princípios fundamentais do poder dos sovietes e um abandono total do socialismo».

Por um lado é a propriedade social dos meios de produção, o que exige um Estado dos trabalhadores, que constitui, juntamente com o desenvolvimento das forças produtivas e uma nova organização da economia, uma das bases do caminho para o socialismo. A tal não correspondem as situações atrás referidas.

Além disso, no processo de passagem ao socialismo a classe operária, os trabalhadores em geral, constituem a vanguarda, carácter que lhe é conferido pela sua posição de exclusivos proprietários da sua força de trabalho. A sua nova posição face aos meios de produção nas situações de autogestão e cooperativas de produção de trabalhadores que envolvam propriedade desses mesmos meios pelos trabalhadores da empresa constitui uma alteração de situação de classe e uma possível posição diferente desses segmentos da classe trabalhadora no processo revolucionário.

Se é verdade que é particularmente em pequenas e médias empresas que as situações referidas se verificam geralmente, se é verdade que elas se encontram condicionadas pela política dos sectores nacionalizados, também o é que a massividade dessas situações em que as empresas continuam a funcionar atomizadas, com predomínio dos interesses específicos, nos parâmetros de economia de mercado, pode levar ao aproveitamento por forças políticas oportunistas, utilizando-as como armas contra o poder central e o planeamento, contra a imposição dos interesses gerais sobre os interesses particulares.

5. A crítica referida no ponto anterior não pode ser entendida de forma alguma como abrangendo as cooperativas em geral. Tudo depende de que cooperativa se trata, de que classes sociais estão envolvidas na sua constituição, quais os seus objectivos.

Umas existirão e embora não tenham um papel relevante no actual processo revolucionário podem ter um campo de acção com interesse, quer sob a forma em que estão actualmente estruturadas — ex. cooperativas de consumo — quer depois de um fatuoso — ex. cooperativas de neamento de métodos de habitação. Outras podem permitir resolver alguns problemas, embora a sua constituição apresente dificuldades — ex. cooperativas de artesãos.

Finalmente, outras têm um importantíssimo papel no processo histórico de passagem ao socialismo, como sejam as cooperativas agrícolas, quer de produção quer de comercialização, e as cooperativas de trabalho.

6. Pode-se sintetizar o conjunto das reflexões sobre os casos atrás referidos reafirmando o carácter positivo da luta dos trabalhadores contra as sabotagens económicas e pela sobrevivência das empresas que tenham uma função a preencher na transição ao socialismo e na construção deste nomeadamente se estiverem a tomada da empresa pelos trabalhadores até porque estes sabem que têm que tomar nas suas mãos as situações sem cair em expectativas face a possíveis intervenções do Estado em relação às quais este se manifesta imperante. Contudo, seria preferível orientar a sua luta na procura de uma articulação com o Estado.

Para que essa acção recíproca se efective interessa reafirmar a intervenção do Estado no processo revolucionário o que passa por uma coligação governamental inequivocamente empenhada no avanço rumo ao socialismo, um profundo saneamento e diferente estruturação em muitos pontos do aparelho do Estado.

Também a planificação da economia, entendida com

uma nova forma de organização económica, conducente a uma coordenação de esforços face aos objectivos e prioridades, inseridos na transição ao socialismo, definidos para o conjunto da economia, tem um importante papel a desempenhar, particularmente se articulado com o controlo organizado da produção pelos trabalhadores.

Quando afastados os capita-

listas da gestão ou propriedade de uma empresa será da propriedade dos meios de produção se transferir para o Estado, como forma de passagem a propriedade social, mantendo os trabalhadores a iniciativa, nomeadamente organizando-se em cooperativas de gestão e de trabalho.

Que todos nos empenhem na consolidação da democracia a caminho do socialismo!

OPINIÕES E PROFECIAS DE MÁRIO SOARES

A direcção do Partido Socialista está profundamente descontente com a evolução da situação política. Provoada com as suas atitudes divisionistas e os seus últimos uma crise política, que chegou a assumir aspectos graves e esperava que o seu desenlace fosse outro.

A «marcha sobre Lisboa» fracassou e a reacção foi violenta quando, numa escalada de violência, tratava de ocupar o espaço político que o PS lhe abriu com os seus ataques ao MFA e ao Primeiro-Ministro e com a sua campanha anticomunista.

Esse descontentamento dos dirigentes do PS ante o rumo do processo traduz-se, no momento em que se constitui o V Governo Provisório, num comportamento que se caracteriza pela insistência na ofensiva contra o nosso Partido e em redobradas críticas contra a Intersindical, o Primeiro-Ministro e, em última análise, o MFA. Essa e apanha e desenvolve-se, como sempre, na frente interna e na frente externa.

Em Lisboa, o dr. Mário Soares deu uma conferência de imprensa nos salões do Hotel Altis. Nele retomou os temas que lhe são gratos. Reafirmou que em Portugal as liberdades «começam a ser cercadas» e que não há liberdade de expressão e opinião no País. O simples facto de as suas palavras terem sido amplamente divulgadas pela imprensa desmente aliás essa acusação gratuita e caluniosa aos órgãos de Informação.)

O Congresso dos Sindicatos foi para o secretário-geral do PS uma manobra antidemocrática. Não explicou, porém, de que manobra se tratava, em que consistia, contra quem era dirigida. Não usou dar a sua interpretação pessoal do significado das entusiásticas ovacões com que os trabalhadores reunidos no Congresso receberam os membros do Conselho da Revolução e o Primeiro-Ministro. Os soldados revolucionários cujas decisões são apontadas como ilegítimas pela direcção do PS. O dr. Mário Soares sabia que o novo Governo estava já praticamente formado. Mas exprimiu-se como se nada pudesse fazer-se ao nível do Estado sem o aval do PS «Esse Governo — disse — tem de ser criado em redor de uma personalidade (sic) que deve ser um militar que corra à sua volta o acordo e a adesão das massas po-

pulares e das forças políticas maioritárias. E para que fosse bem entendido o significado da fórmula providencial do Governo da Salvação Nacional, salientou que o actual Primeiro-Ministro não era a personalidade indicada para o chefiar. Na linguagem eleitoralista do PS, as massas populares e as forças maioritárias são representadas — anote-se — pelos deputados do PS, do PPD e do CDS, membros da Constituinte.

Como era de esperar, o dr. Mário Soares falou dos casos «República» e «Rádio Renascença». Como novidade dirigiu as suas primeiras críticas ao prof. Teixeira Ribeiro, então indigitado para vice-primeiro-ministro. Um tema novo.

O secretário-geral do PS está também muito preocupado com o ritmo da nossa revolução mas não no sentido manifestado pelo Presidente Costa Gomes. Considera-o «demasiado acelerado» e não podemos esquecer-nos de que é necessário estabelecer uma relação com a Europa. A Europa capitalista, a Europa dos monopólios, bem entendido, a Europa de Giscard, de Wilson, de Schmidt, de Palme, de Kreisky, a Europa que recusa ajuda económica ao Portugal livre e desencadeia contra nós uma campanha de calúnias. Essa é a Europa com a qual os dirigentes do PS consideram indispensável o estabelecimento de relações de dependência. A esse respeito, aliás, o dr. Mário Soares antecipou a informação de que dentro de dias o seu partido divulgará o texto de um projecto de alternativa, de natureza económica (e portanto relacionado com a Europa) elaborado pelos órgãos superiores do PS. Aguardemos.

Como, no dizer do dr. Mário Soares, o PS é o partido das melhores cabeças, será certamente um trabalho digno de atenção.

O dr. Mário Soares condenou também o clima de agitação e violência, afirmando que «se esses actos se generalizarem farão cair Portugal numa situação caótica que só é favorável às forças da contra-revolução». Estamos, nesse ponto, de pleno acordo. Infelizmente, o dr. Mário Soares, ao condenar a violência, esqueceu-se de duas coisas: 1. — Não apontou os responsáveis pelos actos de vandalismo praticados pela reacção; não citou o nome do partido que abriu o caminho à escalada da reacção. 2. — Não caracterizou o inimigo principal. Foi tão ambíguo que colocou praticamente no mesmo pé os marginais que assaltaram e incendiaram Centros de Trabalho do nosso Partido e aqueles que acusou (referia-se ao COPCON?) de «perseguções a elementos do MRPP».

O complemento da entrevista no Hotel Altis foi outra entrevista, também concedida pelo secretário-geral do PS, ao semanário «Der Spiegel» (mais de um milhão de exemplares de tiragem) da República Federal Alemã. Na Alemanha o tom é mais agressivo. Falando para a Europa dos monopólios, o dr. Mário Soares referiu-se, segundo os resumos divulgados pelas agências noticiosas, à ruptura (sic) «entre o PS e os comunistas». E transformou-se também, sem procuração, em porta-voz do MFA. Afirmou categoricamente que «o MFA está perfeitamente cónsulo de uma nitida perda de popularidade junto das massas populares». O dr. Mário Soares aludiu a «condagens», garantiu que «ninguém tem dúvidas a tal respeito».

Para o dr. Mário Soares só há uma solução: o seu Governo de Salvação Nacional. Um Governo que seja o espelho da maioria da Constituinte. Com o PS, com o PPD, com o CDS. Um Governo de direita.

CORTICEIROS DO CENTRO E DO SUL NA SUA 1ª CONFERÊNCIA UNITÁRIA

Promovida pelo nosso Partido vai realizar-se no próximo domingo, com início, às 10 horas, na delegação do INATEL, em Setúbal, a primeira Conferência dos Corticeiros do Centro e do Sul do país.

Aberta a todos os trabalhadores e pequenos industriais da cortiça, aos sindicatos corticeiros, às Ligas dos Pequenos e Médios Agricultores e Cooperativas de Produção Agrícola, sem olhar à cor política de cada um, a Conferência tem por objectivo a realização de um amplo debate que possibilite o apontar de medidas que permitam à indústria corticeira vencer a crise em que se encontra, enquadrando-a na perspectiva da sociedade socialista que pretendemos construir.

Esta iniciativa do PCP surge na sequência de inúmeras reuniões de corticeiros realizadas no distrito de Setúbal, um dos mais importantes no campo de transformação da cortiça, onde têm sido discutidos os mais diversos problemas que afectam o sector e analisado as suas causas.

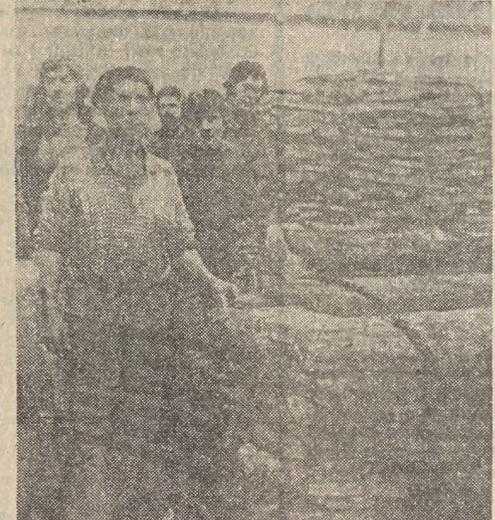
Actual crise que afecta a indústria corticeira — que a não ser resolvida virá a atingir cerca de 25 000 trabalhadores espalhados por setecentas empresas — e que se vem arrastando desde o ano passado, deve-se fundamentalmente ao boicote dos grandes industriais que, dado que controlam os circuitos de comer-

cialização internos e externos, têm vindo, a sabotar sistematicamente não só a exportação do produto para os países socialistas com também a provocar a paralisação da aqui-

laboração reduzida ou mesmo paralisadas — é provocado pelo boicote económico que está a ser feito pela França, Inglaterra, Alemanha Federal, Suécia e Estados Unidos, principais compradores de cortiça antes do 25 de Abril e que, actualmente, cancelaram todas as encomendas, sem se incomodarem, claro, com o desemprego que assim ameaça milhares de trabalhadores.

Desde já, uma ideia que parece começar a ganhar muitos corticeiros e que será debatida na Conferência é a da nacionalização das grandes que respeita às mais pequenas, de unidades cooperativas, o que permitiria acabar com a concorrência, melhorar as condições de trabalho que em muitas empresas são ainda rudimentares e, ainda, terminar definitivamente com os intermediários, classe parasita que vive da especulação do preço dos produtos.

A participação, nesta Conferência de Corticeiros, que se debruçará sobre problemas de produção, fabricação e comercialização, não representa, evidentemente, qualquer compromisso partidário dos participantes. Significará, isso sim, o testemunho da vontade de participar no processo revolucionário, de contribuir para a resolução de problemas que afectam a economia nacional, de participar activamente na construção da sociedade justa por que todos aspiramos, a sociedade sem exploração do homem pelo homem, a sociedade socialista.



A falta de escoamento da cortiça é uma das razões da crise

Sabotagem interna e boicote internacional

A actual crise que afecta a indústria corticeira — que a não ser resolvida virá a atingir cerca de 25 000 trabalhadores espalhados por setecentas empresas — e que se vem arrastando desde o ano passado, deve-se fundamentalmente ao boicote dos grandes industriais que, dado que controlam os circuitos de comer-

cialização internos e externos, têm vindo, a sabotar sistematicamente não só a exportação do produto para os países socialistas com também a provocar a paralisação da aqui-

laboração reduzida ou mesmo paralisadas — é provocado pelo boicote económico que está a ser feito pela França, Inglaterra, Alemanha Federal, Suécia e Estados Unidos, principais compradores de cortiça antes do 25 de Abril e que, actualmente, cancelaram todas as encomendas, sem se incomodarem, claro, com o desemprego que assim ameaça milhares de trabalhadores.

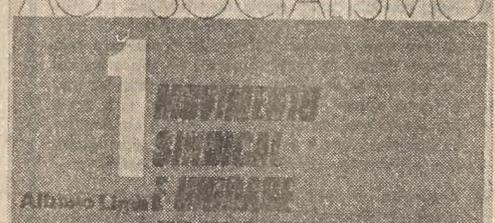
CAMPAÑA DE FUNDOS PARA O PCP

Abraão Rodrigues Coimbra	100\$00	Democracia (8, 9)	950\$00
Adriana Medina Gonçalves	1 250\$00	Ermelinda Augusta	12 000\$00
Alcochete (Março)	250\$00	Homenagem ao Prof. Ferreira de Macedo	3 000\$00
Alexandre A. Costa	116\$00	Pela consolidação das conquistas democráticas	1 000\$00
À memória de António Aug. Peixoto	200\$00	Pelo 54.º aniversário do P. C. P.	200\$00
idem	200\$00	Pelo 54.º Aniv. Viva	1 000\$00
À memória de José dos Santos Colaço	100\$00	Pelo fortalecimento do Partido	38 000\$00
À memória de José Salgueiro Santos	200\$00	Viva o P. C. P.	1 654\$50
Amigos do Partido (Março/Abril)	14 355\$00	54.º Aniversário do P.	10 000\$00
Aníbal Cruz	100\$00	Idem	1 950\$00
Aníbal Duarte	20\$00	Idem	3 422\$00
Andrino	500\$00	Idem	8 753\$90
Andrino	100\$00		
Andrino	20\$00		
Andrino de Moçambique	500\$00		
António Gonçalves	1 250\$00		
António Respião	1 049\$50		
António Vales, Júlio Vales, Joaquim Patrício, José Mestre	1 620\$00		
Artur Garcia Zambujo	68\$00		
Artur Lima (Abril)	8 000\$00		
idem (Maio)	1 200\$00		
idem (Julho)	120\$00		
Auto-Reconstrutora (Março/Abril)	5 400\$00		
Base de Algueirão (homenagem aos mortos do PCP)	2 893\$50		
Bancário do Toxta	1 000\$00		
Caneca de vidro	300\$00		
Célula da Cidália	4 275\$00		
Célula da Socorroex	3 168\$50		
Célula dos Trabalhadores de Escritório de Estabelecimentos			
Manuel da Silva Torrado	700\$00		
Centro de Trabalho da Molla	7 288\$50		
Com a Classe Operária pela Liberdade e o Socialismo	950\$00		
Comerciantes (Março/Abril)	5 150\$00		
CUP - Têxteis (Março/Abril)	145 952\$50		
C. P. (Março/Abril)	11 277\$50		
MOMPOR (Março/Abril)	11 889\$00		
Noé Oliveira Carvalho Mocho Anta	220\$00		
Palhais (freguesias — Março/Abril)	3 380\$00		
Por uma Armada Progressiva	500\$00		
Reformados (Março/Abril)	1 990\$00		
Simpaticente Comunista «C. N.»	2 000\$00		
Simpaticente Oficial de Exército	150\$00		
Sotócio (Março/Abril)	880\$00		
Tomás Ferreira Rato	125\$00		
Trabalhadores da A. G. P. L.	6 700\$00		
Trabalhadores da SOMOSA (Palhais/Março)	505\$00		
Trabalhadores da Canifa	200\$00		
Trabalhadores da Siemens apoiam o PCP!	1 170\$00		
Um Amigo do Povo	1 000\$00		
idem	2 000\$00		
Um bancário A. N.	600\$00		
Um comunista dos GTT	500\$00		
Um dia de trabalho	120\$00		
idem	100\$00		
idem	250\$00		
idem (Helena)	350\$00		
Um simpaticente	300\$00		
U. F. A. (Março/Abril)	8 276\$00		
Vitorino Santos Vicente	444\$50		
Velho militante de Lousada	400\$00		
Yong (Março/Abril)	1 302\$50		
Total	312 193\$60		

UMA NOVA COLEÇÃO AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO

«RUMO AO SOCIALISMO»

dar um contributo à discussão e análise dos problemas fundamentais da revolução portuguesa, na via do socialismo. Nele se publicará, além de estudos dos vários aspectos da construção do socialismo, os resultados práticos das experiências dos trabalhadores, nos vários ramos da produção, sob os mais diversos aspectos: controlo operário, participação na gestão, organização da produção, etc.



Campaña de Fundos para o P. (Al.)	1 977\$70
Gabriel Pedro (BB)	8 009\$30
«Cuba Livre»	604\$00
Um casal de emigrantes amigos do Partido pela instauração de uma democracia socialista (J)	422\$80
Campaña de fundos (eleições) (J)	120\$80
Gabriel Pedro (BB)	867\$80
Camaradas de Essonne	1 238\$20
Campaña para as eleições	1 812\$00
Campaña «Emigrado Português» (França)	30 200\$00
Campaña de fundos 159/160 (MF)	3 273\$70
M. Pasteur (242)	4 681\$00
Amigos do P. C. P. (C.)	755\$00
Sorgues (C.)	453\$00
D. R. Nantes	302\$00
Camaradas portugueses residentes em St. Denis	7 321\$20
Em memória de Gabriel Pedro e de sua filha Maria Gabriela Pedro	500\$00
Departamento 91 (França)	19 315\$00
José Moreira Pereira (França)	80\$00
De um emigrante em França, refugiado do fascismo	182\$00
João Ramos Ventura (França)	1 000\$00
Amigo da Suécia	10 000\$00
Antimonopolista	3 000\$00
Camarada	243\$20
Camarada da Alemanha	500\$00
Camarada de França	1 087\$50
Camaradas de C. (13)	3 105\$00
Camaradas de C. (14)	3 391\$50
Democracia (5, 6, 7)	1 459\$20

MOVIMENTO SINDICAL E UNIDADE NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO PORTUGUÊS

Albano Lima Preço 40\$00

Primeiro volume desta nova coleção, Movimento Sindical e Unidade no Processo Revolucionário Português é uma análise das questões fundamentais do movimento sindical português, hoje. Nele se estudam problemas como a unicidade e o pluralismo; a central sindical única; as tentativas de divisão do movimento sindical. História ainda os principais acontecimentos relacionados com a questão da unicidade, e desmistifica as manobras divisionistas, apontando a sua natureza e objectivos de classe, contrários aos interesses dos trabalhadores. Em anexo, inclui os principais documentos relacionados com o tema, incluindo legislação sobre os sindicatos, entre a qual o decreto de legalização do Intersindical e a Lei das Associações Sindicais.

O «AVANTE!» É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

informação

- O Comité Central do Partido Comunista da Holanda agradeceu ao nosso Partido o acolhimento dispensado à delegação que esteve no nosso país, encabeçada pelo presidente do Partido, camarada Henk Hoekstra. Na sequência dessa visita, e no intuito de esclarecer o povo holandês da situação política que actualmente se vive no nosso país, foi publicado um manifesto, distribuído às dezenas de milhar pelas fábricas e escritórios da Holanda.
- «Nesta fase vital da revolução portuguesa, o Partido Comunista da Irlanda envia as suas saudações de solidariedade ao lutador Partido Comunista Português — este o teor de um telegrama enviado ao nosso Partido pelo Partido Comunista da Irlanda.
- «Todo aquele que do coração deseje a Liberdade e a Democracia para o Povo estará profundamente inquieto por certos «dirigentes socialistas» serem aplaudidos por aqueles que apenas desejam assegurar as vetustas estruturas do domínio dos interesses dos consórcios e dos latifundiários», sublinha o «National Zeitung», órgão do Partido Nacional Democrático da RDA, numa análise à actual situação política em Portugal.
- Foi traçado um plano a curto prazo de intercâmbio cultural entre Portugal e a URSS, nomeadamente no sector do teatro, música, danças populares, cinema e televisão.
- As Repúblicas da Gâmbia e da Guiné-Bissau reafirmaram total apoio aos dirigentes de Portugal, no termo de uma visita de três dias do presidente Dawda Jawara a Bissau. O comunicado final acrescenta que, seguindo com grande satisfação o processo de descolonização e de democratização em Portugal, os dois Governos renderam particular homenagem ao Povo Português e ao Movimento das Forças Armadas.
- O jornal «Unidad», órgão do Partido Comunista Peruano, num dos seus últimos números, insere nas suas páginas um longo artigo sobre Portugal, da autoria do camarada Gustavo Espinoza, secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru, que esteve no nosso país nos últimos dias do mês de Junho, tendo contactado em particular com trabalhadores e dirigentes da Intersindical Nacional. O camarada Gustavo Espinoza apela para a solidariedade militante de todos os povos ao nosso país, e afirma: «A noite do fascismo nunca mais se fechará sobre este povo irmão. Nossos irmãos, os trabalhadores portugueses, garantem-no plenamente. A nós compete-nos ajudá-los.»
- Segundo revelam indicadores da actividade agrícola agora publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, a produção de diversos cereais, nomeadamente o trigo, o centeio, a cevada, a aveia, o grão-de-bico e o milho excedia, no final do passado mês de Junho, os níveis alcançados nos últimos anos — o que constitui um avanço nítido na batalha da produção nos campos.
- A Comissão de Paz Vietnamita enviou uma mensagem ao MFA, às forças progressistas do nosso país, ao nosso Partido, em que exprime a sua solidariedade com a luta do nosso povo, e afirma: «O povo vietnamita, amante da paz, aprecia altamente os esforços do Conselho Revolucionário e do Governo Provisório de Portugal para desmantelar todas as conspirações reacçãoárias.»
- A Associação França-Portugal denuncia, num comunicado, os «nostálgicos do regime de Salazar que tentam dar novos golpes à jovem democracia portuguesa», e condena «este vasto empreendimento dos inimigos de Portugal libertado e dos seus cúmplices.»
- O ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans-Dietrich Genscher, declarou numa entrevista em que acusou o nosso Partido de mobilizar «todas as suas forças para impedir a implantação em Portugal, de uma democracia viável e forte», que o seu Governo pretende favorecer, no nosso país, uma evolução que conduza à «democracia», sem no entanto intervir nos assuntos internos do nosso país. O sr. Genscher oferece-nos assim o passatempo de uma difícil charada — como influir numa orientação política, sem ela intervir?
- Num comício do PS realizado em Viseu, foi afirmado que «a revolução do 25 de Abril foi traída nos seus ideais». Afirmações como esta não podem deixar de comprometer, ao fim e ao cabo, os que as proferem. A memória popular não é curta, como muitos o desejariam. E o povo português está ainda bem recordado de que foi exactamente um traidor à revolução portuguesa que pronunciou palavras idênticas a estas.
- A convite do presidente do Soviète de Moscovo, Vladimir Promyslov, foi recebida em Moscovo uma delegação do município de Lisboa. O presidente do Soviète de Moscovo afirmou, no almoço oferecido à delegação portuguesa: «A União Soviética acompanha com a maior simpatia os acontecimentos em Portugal, entendendo, todavia, que ninguém tem o direito de se emiscuir nos assuntos internos do País, que constituem matéria da exclusiva competência do próprio povo português.»
- Referindo-se ao aproveitamento que está a ser feito do grande número de estudantes que não teve aproveitamento escolar nas provas escritas dos últimos exames, a União dos Estudantes Comunistas afirma em comunicado: «A reacção e os seus grupos fantoches, que foram e são os grandes responsáveis pelo baixo nível de aproveitamento dos estudantes durante este ano lectivo, pelo clima de instabilidade e agitação em que mantiveram as escolas, aparecem, agora, a tentar aproveitar-se do que será, em muitos casos, consequência directa da sua actividade.»
- Foi publicado um diploma legal que prevê pena maior, oscilando de dois a doze anos, para os antigos membros do Governo responsáveis pelas actividades criminosas da PIDE, para os funcionários «médicos» e «professores» da PIDE, colaboradores, utilizadores dos serviços da PIDE, e para todos que, actualmente, exerçam quaisquer actividades visando a perturbação, por meios violentos, do processo revolucionário iniciado no 25 de Abril.

As mãos sujas do imperialismo nos Açores

O apoio externo à escalada da reacção nos Açores assumiu na última semana características muito especiais. Os órgãos mais influentes da imprensa norte-americana começaram a dedicar uma atenção permanente ao «tema Açores». A campanha desenvolve-se em duas frentes. Por um lado, grandes diários como o «The York Times» e o «Washington Post» publicam extensas reportagens sobre as condições de vida no arquipélago. Pintam um quadro de atraso e miséria. Falam dos Açores como nunca fala-



TEREI DE ARRANJAR ESPAÇO PARA MAIS UMA ESTRELINHA!

ram do Vietnam. O mais famoso colunista da imprensa americana, James Reston — definido por Nixon como um homem mais poderoso politicamente do que o presidente dos EUA —, deslocou-se à Ponta Delgada e tem escrito editoriais em que apresenta os Açores como uma verdadeira colónia, uma terra de opressão e revolta cujos habitantes, abandonados pelo Governo de Lisboa, recebem um tratamento de «cidadãos de segunda classe». A imprensa estadual adopta um tom agressivo. Para reforçar a ideia de «colónia» e confiados na ignorância geográfica e histórica dos leitores, há jornais, como o «Ashland Daily Independent», de Kentucky, que têm o descaro de escrever que os açorianos tem «a sua própria língua». Outros revelam, sem rodeios, o jogo do imperialismo. Sugerem a transformação dos Açores num novo Porto Rico, isto é, numa colónia dos Estados Unidos, e exaltam as vantagens do «estatuto de Estado Livre associado».

Paralelamente, os elementos mais reacçãoários da colónia açoriana principiaram a organizar manifestações e comícios em que apoiam as teses da «independência». No passado dia 10 realizou-se uma «marcha» de 1000 açorianos sobre Washington, organizada pela chamada Frente de Libertação dos Açores (FLA) e por um tal Comité 75. Foram ao Senado — onde falaram com o senador Clairbone Pell — e no Departamento de Estado foram recebidos por um funcionário a quem apresentaram as suas «queixas e reivindicações». Um porta-voz da secretaria de Estado desmentiu o que o referido funcionário representasse o sr. Kissinger. Esse o motivo, ao que se informa, pelo qual o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal não apresentou um protesto oficial. A afronta a Portugal, no entanto, foi clara. O que menos interessa no caso é o nome e o cargo do funcionário. Ao aceitar o diálogo com separatistas açorianos, o Departamento de Estado violou as regras diplomáticas que diz respeitar e deu um poderoso estímulo às manobras reacçãoárias que se desenvolvem em São Miguel e na Terceira. Torna-se oportuno recordar que, em circunstâncias muito diferentes, quando o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral das Nações Unidas haviam já condenado o colonialismo português em mais de uma dezena de resoluções, o Governo norte-americano recusou sempre quaisquer contactos com os legítimos, esses sim, representantes dos povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Agora, adopta uma política de sorrisos e palavras amigas em relação aos porta-vozes da reacção açoriana e dá alento às veleidades separatistas desse punhado de traidores.

Basta relacionar a campanha da imprensa americana, os artigos do sr. James Reston e as manifestações organizadas pelos provocadores da FLA para se ter o quadro da situação. É sintomático que todas essas manobras e o súbito interesse do Departamento de Estado pela pobreza dos açorianos coincidam com as dificuldades encontradas por Washington para discutir o futuro da base aérea americana nas Lajes. Num momento em que a crise no Médio Oriente se agrava, os EUA sabem que o Governo e o povo revolucionários de Portugal não permitirão em hipótese alguma que essa base seja utilizada para abastecimento dos aviões da USAF em caso de nova agressão de Israel às nações árabes. O imperialismo americano, que nunca respeitou a soberania de pequenos países e só reconhece a lei da força, pretende que a base das Lajes é «vital para a segurança estratégica dos EUA». E os factos demonstram que está a agir de maneira provocatória. Quem financiou a marcha de protesto dos reacçãoários açorianos em Washington? Quem, no Departamento de Estado, é responsável pela audiência concedida a essa camarilha de fascistas? Que papel está a desempenhar na campanha separatista a CIA?

São perguntas a que o Governo dos EUA deveria responder. Os Açores não serão transformados em colónia dos EUA, não serão um novo Porto Rico. Derrotado no Vietnam, no Laos, no Camboja, em Cuba, no Peru, o imperialismo americano recusa-se a entender as lições da História. A reacção é sempre apátrida, é uma aliada natural do imperialismo em todo o mundo. Mas não pode ser confundida com o povo dos Açores, com o povo de Portugal empenhados numa grande Revolução a caminho do socialismo.

O estranho conceito de legitimidade do PS

O Secretariado do Partido Socialista tomou posição num extenso comunicado sobre as decisões tomadas pela última Assembleia do MFA. Desaprova-as e submete-as a duras críticas. Pergunta, concretamente, com que legitimidade a Assembleia do MFA «criou um triunvirato e o dotou de poderes constituintes? Quem lhe conferiu poderes para ir tão longe?»

Na opinião da direcção do PS foram tomadas posições contraditórias «nas costas do Povo Português e sem lhe dar quaisquer explicações convincentes». A transformação do Conselho da Revolução em órgão consultivo é também para os dirigentes do PS «uma decisão inconstitucional».

O urgente para o PS é «fazer recuar a demagogia e a irresponsabilidade, única forma de restabelecer a confiança interna e externa». O PS diz-se preocupado com o prestígio do MFA e afirma querer defendê-lo. E está alarmado com «o isolamento internacional, em especial relativamente a Europa».

A solução para todos esses males, no entender do Secretariado do PS seria a constituição de um «Governo de Salvação Nacional». Um tal Governo teria condições para «estimular as experiências autogestionárias onde tenham espontaneamente surgido».

É um panorama realmente muito sombrio o que os senhores dirigentes do PS esboçam no seu documento alarmista. Dir-se-ia que a nota foi elaborada por alguns dos sábios juristas da Ordem dos Advogados, tal a semelhança das ideias mestras. Depreende-se do longo arrazoado que não são as revoluções quem cria a sua própria legitimidade, mas os códigos, decretos e leis quem legitima os processos revolucionários.

O PS e os seus aliados da maioria reacçãoária forjada em São Bento violaram abertamente a Plataforma de Acordo com o MFA. Impuseram um «período de antes da ordem do dia», transformaram a Constituinte numa caricatura de Parlamento burguês, pretendem um Governo que seja um reflexo da composição partidária da Constituinte. Tudo isso seria legal, constitucional, legítimo. Em contrapartida, a institucionalização da Aliança Povo-MFA é ilegítima, a transformação do Conselho da Revolução em órgão consultivo é inconstitucional e as decisões da Assembleia do MFA constituem a seus olhos uma aberração.

Quem está em contradição com o seu Programa? O MFA ou o PS? Quem fez e continua a fazer o jogo da reacção, abrindo as portas à demagogia e à irresponsabilidade? Quem criou condições para a onda de violência reacçãoária das últimas semanas, através de apelos para marchas sobre Lisboa e o Porto? Quem, no comício da Fonte Luminosa, gritou que «o Povo não está com o MFA»? Quem dirige «ultimatos» ao Conselho da Revolução? Quem destruiu a coligação governamental? Quem insulta o Primeiro-Ministro? Quem promove e estimula no estrangeiro campanhas contra a Revolução Portuguesa? Quem, por palavras e actos, tem contribuído decisivamente para o boicote da Europa capitalista ao Portugal livre?

A direcção do PS tem o direito de rasgar o seu Programa e de lutar pela defesa do capitalismo. Tem o direito de estimular aquilo a que chama «as experiências autogestionárias». Mas não tem o direito de atribuir ao MFA, ao Conselho da Revolução e aos partidos progressistas a responsabilidade por situações de crise que ela própria tem fomentado. Mais cedo ou mais tarde terá de pôr as cartas na mesa. Ficará então bem claro que o conceito de «legitimidade» do PS é incompatível com o conceito de legitimidade Revolucionária do MFA e do movimento popular de massas. O primeiro é burguês; o segundo, revolucionário. Ficará também muito claro que as «experiências autogestionárias» a que alude o PS nada tiveram de espontâneas. Foram estimuladas pelo PS e pelos seus aliados para preservar estruturas capitalistas, para criar obstáculos ao avanço da Reforma Agrária, para dificultar o trabalho revolucionário nas empresas nacionalizadas, para sabotar, numa palavra, a batalha da produção.

O PS, em vez de analisar as causas da crise política, contribui para o seu agravamento. Discute a «legitimidade» das decisões do MFA e do Conselho da Revolução em vez de se colocar ao lado das forças progressistas que lutam para defender e consolidar as conquistas realizadas pelo Povo Português. Com as suas atitudes abre um largo espaço político aos bandos fascistas e provocatórios que desafiam a ordem democrática e revolucionária. Favorece, numa palavra, o inimigo principal — a reacção — em vez de o combater.

«O inimigo principal — como salienta a nota da Comissão Política do CC do nosso Partido — continua a ser o fascista e a reacção de direita, o grande capital monopolista e os grandes agrários.» É contra ele que se devem concentrar esforços e energias.

A direcção do PS simula ignorar essa realidade. Lança a fórmula de um «Governo de Salvação Nacional». Com um pouco de imaginação poderia ter encontrado outra menos desacreditada. Essa tem um odor a velharias reacçãoárias. Esteve em moda nos tempos da Revolução Francesa. Na altura tinha cores progressistas. Mas os tempos mudaram. Quando os generais da «Argélia Francesa» a retomaram e os políticos da Quarta República, em França, a empunharam em 1958, já estava bolorenta.

Que pretende, afinal, a direcção do PS? Que deseje salvar? O capitalismo?

As misteriosas viagens e contactos de Spínola

O ex-general António de Spínola acaba de passar 15 dias na Europa. Sabia-se já que deixara secretamente o Hotel Astória, no Rio de Janeiro, e que embarcava para a Europa no aeroporto do Galeão, sob a protecção da polícia política brasileira, sem cumprir as habituais formalidades burocráticas. Durante vários dias, a imprensa brasileira não publicou uma palavra a respeito dessa misteriosa viagem. Do Brasil chegavam, entretanto, informações de que Spínola se havia encontrado na Suíça com o fascista Carlos Lacerda, seu editor e íntimo amigo. Posteriormente, a «Tribuna de Imprensa» — único diário do Brasil que se mostra solidário com a Revolução Portuguesa — publicou uma pequena nota na qual se afirmava que o ex-general traidor mantivera contactos com representantes do Partido Socialista. Essa notícia foi imediatamente desmentida pelo próprio secretário-geral do PS, dr. Mário Soares, que a definiu como «uma calúnia» contra o seu partido.

Agora, interrogado pela agência France Presse, no Rio de Janeiro, Spínola confirmou laconicamente a sua «tournee» europeia. «Voltei no sábado, declarei de uma viagem de quinze dias à Europa, mas nada mais vos posso dizer.»

A «Tribuna de Imprensa» reagiu, simultaneamente, ao desmentido do secretário-geral do PS. A toda a largura da primeira página, o diário carioca escreve: «Mário Soares erra ao desmentir a «Tribuna de Imprensa»; o general Spínola conversou com emissários socialistas.» Noutra página, o seu director, Hélio Fernandes, depois de refutar as declarações do secretário-geral do PS, afirma: «Tudo o que eu disse antontem é rigorosamente verdadeiro e vou acrescentar mais alguns detalhes (que aliás já forneci ontem mesmo em dois telefonemas que recebi de Lisboa): o general António de Spínola, viajou do Brasil para Paris, descendo inicialmente em Genebra. A sua agenda de encontros já estava deliberadamente preenchida pelo sr. Carlos Lacerda (o novo ídolo do ex-general português) e entre esses encontros estavam emissários de vários grupos portugueses. E como não poderia deixar de acontecer, o general recebeu emissários do Partido Socialista (PS) e do Partido Popular Democrático (PPD). E mais: quando saiu do Brasil, o ex-general-presidente já sabia que se encontraria com emissários do PS e do PPD.» «Se o sr. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, sabia ou não da ida dos emissários, o problema não é meu, nem eu disse isso. Mas que eles se apresentaram como emissários do Partido Socialista, não há dúvida. O sr. general Spínola, contrariando Carlos Lacerda, só não admitiu conversas com os grupos chamados de «ultras», que inclusive colaboraram com o seu Governo. Mas apesar da insistência do ex-governador da Guiné-Bissau, o sr. Spínola manteve-se inflexível nesse ponto e não admitiu conversar com os «ultras» (radicais de direita, como o sr. Carlos Lacerda).

«Quanto ao resto, é o que eu disse: o general foi e voltou totalmente incógnito, sem monóculo, sem bengala, sem lenço e sem documentos. Passaporte verde, óculos escuros, todas as facilidades, inclusive a de ir de carro até à pista, e entrar directo no avião. Para terminar, um informe e não informação: o general Spínola teria ido até à



SE PERDER OUTRA VEZ, TEREI COMPANHEIROS ILUSTRES...

Espanha, mas isso eu não consegui confirmar, mas que falou com a Espanha pelo telefone, disso não tenho dúvida. Falou até com um ex-capitão, dos mais activos contra o actual Governo de Portugal.»

O secretário-geral do PS, ao tomar conhecimento das novas afirmações de Hélio Fernandes, informou que processará aquele jornalista. Hélio Fernandes respondeu que o dr. Mário Soares merece o «Prémio Nobel da Demagogia».

Há vários factos inquietantes na misteriosa viagem do ex-general Spínola. Em primeiro lugar a cooperação com que o ex-presidente contou. O Governo brasileiro deu-lhe um passaporte especial e facilidades que jamais dispensou a qualquer exilado político. Nos aeroportos brasileiros só embarcam sigilosamente, sob protecção oficial, pessoas que gozam da simpatia e dos favores do Governo do general Geisel. Na Europa aconteceu a mesma coisa. Spínola desembarcou incógnito. Mas não para toda a gente. É significativo que nos últimos dias a revista ultra-reacçãoária «Le Point» — que acaba de publicar extensa reportagem sobre Portugal no âmbito da campanha de calúnias contra a nossa Revolução desencadeada em França — tenha feito imprimir autocolantes com a efigie de Spínola para distribuição entre os emigrantes portugueses. Algumas foram introduzidas por debaixo das portas das residências de compatriotas nossos. Não menos significativo é o facto de jornais de São Paulo terem noticiado que 3 dos 15 ex-oficiais exilados no Brasil após o 11 de Março tenham deixado o país com destino desconhecido. Por outro lado, ao regressar da Europa, Spínola manteve o seu primeiro encontro com Tomás e Caetano.

De todas essas viagens e encontros misteriosos ressalta com clareza uma evidência: Spínola veio à Europa tecer os fios de mais uma conspiração contra-revolucionária, de mais uma conspiração fascista. E nas suas andanças contou com a protecção de governos que mantêm com o Portugal livre relações diplomáticas.

Quanto aos encontros de Spínola na Europa, as versões são muitas. Mas há certas coincidências. Segundo a agência austriaca APA, o ex-general teria efectivamente conferenciado com representantes do PS. Segundo o influente «Guardian», de Londres — cujas críticas à nossa Revolução se tornaram ultimamente violentas —, o ex-general teria dito aos seus interlocutores (mas na Suíça) que no fim de Agosto estaria novamente em Lisboa «à cabeça de um novo Governo Português».

Engana-se. Se entrar em Portugal irá para o lugar que lhe cabe: a cadeia. A reacção não passará! O que não se pode pôr em dúvida é o facto de ter estabelecido contactos com elementos contra-revolucionários. Para isso veio à Europa. A sua obsessão é essa: conspirar. Contra a democracia, contra a Revolução. Como um fascista. Limita-se, aliás a repetir o que fez desde o 25 de Abril, o que fez após o 28 de Setembro, quando na quinta de Massamá, recebia para longas conversas, além de fascistas confessos, emissários de certos partidos políticos. Preocupava-se tanto com os pormenores que até pensava na voz em que deveria ler a mensagem que havia redigido para anunciar aos portugueses a sua volta a Belém. E não faltavam candidatos com credenciais «democráticas»...

informação

- O Partido de Vanguarda Popular (PAP), organização dos comunistas porto-riquenhos, acaba de alcançar uma grande vitória. A Assembleia Legislativa da Costa Rica decidiu a anulação da 2.ª alínea do artigo 98.º da Constituição, que interdita os partidos de esquerda. Em virtude dessa decisão, o PAP passou à legalidade. Na reunião consagrada à legalização do partido, o secretário-geral do CC do PAP declarou: «Apesar da feroz repressão de que o partido foi vítima, durante mais de 40 anos, retomamos a nossa actividade legal mais unidos do que nunca.»
- A municipalidade social-democrata de Dusseldorf decidiu opor-se à decisão do tribunal administrativo, que permitia ao órgão central do Partido Comunista Alemão organizar a sua festa anual, como em 1974, nas margens do Reno. Um exemplo da liberdade preconizada pela social-democracia.
- Sentindo estreitar a sua base social de apoio, a ditadura do Brasil tem vindo a empreender uma ofensiva contra o Partido Comunista Brasileiro. Assim, nos últimos três anos, membros do CC do PCB foram atingidos pela Polícia brasileira: 7 assassinados, 8 presos ou desaparecidos (entre estes, membros do Secretariado).
- O Congresso dos Estudantes Universitários da América Central condenou a posição de sabotagem e divisionismo assumida pelos Estados Unidos contra o povo e o Governo panamenhos e anunciou uma jornada de solidariedade com o Panamá. A CEUCA apóia a posição anti-imperialista do povo e do Governo do Panamá pela devolução da zona do canal e o desmantelamento das bases militares norte-americanas.
- Os mineiros cubanos anunciaram a execução, a mais de cem por cento, dos seus planos de produção, nomeadamente na indústria de níquel, que deve transformar-se, num futuro próximo, no sector de base da economia nacional.
- Várias organizações peruanas denunciaram a repressão de que tem sido vítima a Central Operária Boliviana e lançam um apelo para salvar a vida de militantes e dirigentes desta organização, actualmente presos.
- Numa experiência destinada a salvar milhares de hectares de florestas, começou-se a vender livros em troca de quilos de papel velho. Esta experiência de recuperação foi tentada com êxito em dez cidades soviéticas, incluindo Moscovo e Leninegrado.
- «A Junta Militar chilena violou todos e cada um dos direitos do homem» — esta uma das primeiras conclusões da Comissão das Nações Unidas sobre os Direitos do Homem. Proibida de entrar no Chile por Pinochet, a Comissão prossegue as suas investigações. Entretanto, as prisões continuam. As forças repressivas da Junta Militar chilena prenderam sete dirigentes mineiros.
- Há cerca de quatro milhões e meio de desempregados na área do Mercado Comum — mais cinquenta por cento do que no ano passado — e o número continua a crescer, segundo revela um estudo económico da CEE recentemente publicado.
- O povo do Vietnam irá, em breve, votar acerca da reunificação do país, separado pelas guerras que lhe foram impostas pelo imperialismo — anunciou a camarada Nguyen Thi Binh, ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório Revolucionário do Vietnam do Sul.
- «A partir de hoje, em Moçambique, deixa de haver rendas de terra. A terra é do povo. Não haverá, também, escolas privadas. E os médicos e os advogados não poderão mais exercer a sua actividade privada» — afirmou o camarada Samora Machel, presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, numa importante reunião de trabalho realizada no Estádio da Machava.
- A SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), movimento patriótico da Namíbia, denuncia os demagógicos projectos de conversações constitucionais do Governo da África do Sul sobre o futuro do território, acrescentando que são «baseados no racismo e tribalismo».
- Em Barcelona, um operário foi atingido a tiro quando a Polícia franquista abriu fogo numa reunião ao ar livre, convocada pelo movimento sindical, considerado ilegal pelo Governo fascista espanhol.
- A «Pravda», num comentário dedicado ao primeiro aniversário da restauração da democracia na Grécia, denuncia as forças que propagam, naquele país, a tese da «ameaça soviética», retardando assim a supressão das bases militares da NATO estabelecidas em território grego. A «Pravda» acrescenta que «certos elementos pretendem utilizar as suas asserções da pretensa ameaça soviética para travar as transformações democráticas».
- O camarada Lufs Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista Chileno, foi operado. Esta notícia agrava ainda mais as justificadas apreensões sobre a saúde e a vida deste destacado dirigente do movimento comunista mundial e chama-nos a atenção para a necessidade de reforçar a nossa luta pela sua libertação.
- O Conselho de Ministros da República Popular de Moçambique esteve reunido sob a presidência de Samora Machel. O comunicado distribuído analisa diversos problemas, referindo nomeadamente que «revolucionar o aparelho de Estado é uma das tarefas fundamentais do Governo». É feita uma análise à situação económica e financeira e realçada a necessidade de as tarefas de defesa nacional se vincularem profundamente à reconstrução nacional.
- Reflectindo a aguda crise no Partido Democrata-Cristão de Itália e a própria política que tem vindo a ser seguida, a nível governamental, neste país, Amintore Fanfani, conhecido pelo seu aceso anticomunismo, foi demitido do seu cargo de secretário-geral dos democratas-cristãos italianos.
- Prossequindo a sua política de agressão e provocação, Israel atravessou a fronteira do Líbano, tendo aprisionado sete pessoas no território desse país.
- O Governo de União Nacional do Laos cortou relações diplomáticas com a Coreia do Sul.
- Morreram de fome 51 índios da província de Voro, nas Honduras.

O imperialismo americano sofre uma grave derrota na Turquia

«Não há qualquer base legal para a continuação dos acordos bilaterais de defesa entre os Estados Unidos e a Turquia. As instalações de defesa conjuntas devem cessar a partir de amanhã todas as actividades» — afirma-se no comunicado do Governo turco em que é determinado que os Estados Unidos cessem as suas operações nas bases militares do país. Foi assim dada ordem de suspensão de actividades das 27 bases americanas existentes em território turco, que ficarão doravante sob comando turco. Uma excepção foi admitida, na ocupação turca das bases americanas instaladas no seu país — a base de Incirlik, no Sudoeste, onde os Estados Unidos mantêm uma força de ataque nuclear constituída por aviões Phantom. Esta base permanecerá, sob comando conjunto, ao serviço da NATO. Os 7000 militares ameri-



canos, que ficam assim paralisados naquele país, serão provavelmente evacuados.

Imediatamente após a determinação governamental, a Turquia começou a assumir o «controlo» das bases militares dos Estados Unidos no seu território.

«A decisão da Turquia de ocupar as bases norte-americanas no seu território, afectará a posição da Aliança Atlântica no Mediterrâneo Oriental.» Esta afirmação incolor de um funcionário da NATO, diz-nos da imensa importância do gesto altamente positivo do Governo turco. O que está em causa não é, evidentemente, o «perigo» do desequilíbrio de forças em presença, como virá naturalmente a ser apontado pelos diversos porta-vozes do mundo capitalista. As bases norte-americanas na Turquia, tinham uma função muito determinada. Uma função perfeitamente idêntica à das outras bases, sob comando norte-americano ou da NATO, espalhadas por todas as zonas estratégicas, em particular cingindo a URSS e o mundo socialista de um anel agressivo, de uma ameaça permanente de guerra e de provocação. Não está em causa a defesa dos povos do mundo capitalista. Muito pelo contrário. Não está sequer em causa a defesa do «Occidente», pois o mundo socialista, as forças progressistas internacionais, não preconizam a sua liquidação, como sistema de exploração do homem pelo homem, através de uma criminoso guerra mundial, de resultados incalculavelmente trágicos. As bases que envolvem os países socialistas e se espalham pelos vários pontos estratégicos da Terra, são bases agressivas. Bases montadas para um trabalho sistemático de provocação. Bases destinadas a manter viva uma grande tensão mundial, a nível político e militar, um clima de «guerra fria» altamente favorável aos desígnios agressivos do imperialismo e que só a verdadeira batalha da paz desencadeada pelo mundo socialista e por todas as forças progressistas tem vindo a conseguir superar. A recente decisão do Governo turco de ocupação das bases norte-americanas no seu território constitui, objectivamente, uma nova fissura aberta na política provocatória do imperialismo e, como tal, uma contribuição para o estabelecimento do necessário clima de distensão internacional. Daí a sua extraordinária importância.

A deterioração das relações entre a Turquia e os Estados Unidos, data da complexa situação gerada em Chipre. Contraopondo-se à clara política da URSS, de apoio a uma inequívoca solução nacional para Chipre, a ser debatida e encarada pela totalidade do seu povo, os EUA desenvolveram uma política profundamente ambígua, e descaradamente evadida de um claro apoio à Grécia fascista dos coronéis. Esta posição dos EUA tornou claro perante o povo turco, o tipo de «aliado» que tinham comodamente instalado no seu território. Um «aliado» que se limitava a utilizar, na Turquia, como em muitos outros sítios, uma terra e um povo, para a prossecução dos seus próprios objectivos. A importante decisão tomada pelo Governo turco, pode ser justamente considerada, uma vitória do povo da Turquia, uma medida histórica que se insere na luta geral dos povos pela paz mundial.

Nova derrota da reacção peruana

Pequenas notícias, inseridas nos jornais diários, vêm-nos periodicamente do Peru. Notícias que nos falam de um povo que está a fazer a sua revolução, que está a destruir as estruturas do capitalismo, que tenta avançar no caminho difícil e cheio de escolhos do socialismo. Notícias que nos falam das suas vitórias, e dos entraves que a reacção e o imperialismo sempre colocam aos que avançam decididamente na senda da liquidação da exploração do homem pelo homem. Os problemas que enfrentam os povos empenhados na batalha da sua libertação, são de uma forma geral idênticos. Na diversidade de situações e contextos concretos, marcados nomeadamente por diferentes evoluções históricas, os traços comuns não deixam de ressaltar — a luta de classes é, em qualquer parte do

mundo dividido em classes, a determinante. Uma determinante que confere uma certa uniformidade aos meandros da batalha entre as forças da reacção e do progresso.

O povo peruano viveu há dias mais um aniversário da sua independência. Aniversário que foi também a comemoração da recente vitória sobre as forças da reacção que, no mês de Julho desencadearam uma grande ofensiva. A escalada da reacção, prontamente esmagada, utilizou, como é normal, problemas reais. Uma revolução cercada, uma revolução em que obrigatoriamente se continua ainda a reflectir a profunda crise geral do sistema capitalista, não pode avançar sem uma política de austeridade e de sacrifícios. Assim, e para fazer face às dificuldades da economia nacional, foram suprimidos subsídios que tornavam artificiais os preços de certos produtos e serviços. Os aumentos salariais decretados foram relativamente modestos. Os trabalhadores compreenderam entretanto o alcance das medidas preconizadas. E apoiaram-nas. «Um proletário sem outro ideal que o da redução da jornada de trabalho e do aumento salarial nunca será capaz de uma empresa histórica» — declarou recentemente o general Jorge Fernandez Maldonado, ministro peruano da Energia e Minas, no acto da tomada de posse das instalações da Marcona Mining Company, recentemente nacionalizada. O povo peruano já demonstrou muitas vezes estar à altura da grandiosa empresa histórica que se lhe coloca neste momento. E aceitou os novos sacrifícios. No entanto, as forças da reacção subestimaram a determinação e a capacidade do povo peruano. Subestimação aliás normal e lógica dentro dos padrões de moral dos senhores do capital. A reacção lançou-se numa escalada contra-revolucionária. Manobrou na zona sul do país, a zona mais atrasada. Nessa acção concertada se uniram os apristas, defensores da «democracia» e do «pluralismo», e até do «socialismo», e diversos grupelhos pseudo-revolucionários. A Marcona Mining Company, a mais importante produtora de ferro do Peru, hoje nacionalizada, orientou e financiou a intentona reacção. A intentona reacção, que tentou naturalmente aparecer com um cunho popular, foi esmagada.

Nem só do interior se tenta pôr em causa o avanço da revolução no Peru. As divisórias das fronteiras não são muros estanques. A reacção interna conta sempre com os seus apoios internacionais. Em entrevista no palácio do Governo com dirigentes juvenis camponeses, o presidente Juan Velasco Alvarado declarou que os inimigos internos e externos sabotam o processo revolucionário, porque temem que este se aprofunde. E acrescentou que os inimigos da revolução «tentam através da imprensa estrangeira pôr-nos em confrontação com os países vizinhos», tendo mostrado o sugestivo título de uma publicação estrangeira — «O Peru em pé de guerra». A jornalista responsável pela notícia foi expulsa do país.

A revolução peruana avança inexoravelmente, a despeito dos múltiplos golpes que a reacção tem logicamente tentado. Quanto mais avança a revolução, maior é a desesperada resistência das forças da reacção. É uma batalha de vida e de morte. Nada conseguirá, no entanto, deter o povo peruano. Como afirmou o general Fernandez Maldonado: «Quando se trata de definir posições face ao imperialismo, nada detém o povo peruano e a sua revolução emancipadora». E todo o acto revolucionário é uma definição face ao imperialismo.

Golpe de Estado na Nigéria

O general Yakubu Gowon foi deposto na terça-feira do cargo de presidente da República da Nigéria. A notícia foi dada através da rádio de Lagos pelo coronel Namvan Garda, comandante da própria Guarda Presidencial, o que faz supor que o golpe de Estado conta com forte apoio das Forças Armadas. Para substituir Gowon na chefia do Estado foi designado o brigadeiro Murtala Mohamed.

Em Lagos foi decretado o toque de recolher, mas não houve derramamento de sangue. Segundo uma nota oficial, a deposição de Gowon resultou dos acontecimentos «dos últimos meses». Trata-se de uma referência à vaga de agitação existente no país desde Outubro do ano passado, quando se anunciou que as Forças Armadas não abandonariam as responsabilidades do poder no prazo previsto. Várias universidades foram encerradas e houve greves de estudantes, camionistas, médicos e bancários, quando reivindicações salariais consideradas irrealistas pelo Governo não foram atendidas. O sector público não foi atingido por essas greves, mas no sector privado criaram graves problemas económicos. Os sindicatos, infiltrados por agentes provocadores, contribuíram nessa fase decisivamente para a amplitude assumida pela campanha contra o Governo.

Gowon recebeu a notícia da sua deposição em Kampala, no Uganda, quando participava na cimeira da Organização da Unidade Africana. O seu prestígio no continente fortalecera-se durante a guerra civil por ter conseguido, após um sangrento conflito de dois anos e meio, preservar a unidade nacional, impedindo a secessão de Biafra.

É muito cedo para se analisar o significado do golpe de Estado na Nigéria. Mas terá certamente importantes repercussões em todo o continente. A Nigéria é o gigante da África. Numa área um pouco superior a 900 000 km², concentram-se mais de 70 milhões de habitantes. Até há poucos anos era um país pobre, dividido por rivalidades entre várias nacionalidades, situação que o imperialismo britânico estimulou durante o período colonial. Com a descoberta e a exploração de fabulosos jazigos de petróleo, o panorama modificou-se. A Nigéria tornou-se rapidamente o segundo produtor de petróleo da África, superada apenas pela Líbia. Actualmente exporta quase meio milhão de barris diários, no valor de 600 000 contos também diários. Essa riqueza fabulosa não tornou, porém, o país mais independente. Os mecanismos da dependência foram reforçados. O povo continuou a ser um dos mais atrasados e explorados da África. O petróleo nigeriano proporcionou lucros gigantescos à Exxon (ex-Standard Oil), à Shell e a outras empresas do grupo das «Sete Irmãs». As contradições de interesses entre alguns desses monopólios foram aliás a razão determinante da amplitude e da duração da guerra de secessão de Biafra. As intrigas separatistas nasceram na alta administração desses «trusts» petrolíferos. Foram eles quem forneceram o dinheiro e as armas que alimentaram a guerra, que levaram à morte centenas de milhares de nigerianos.

Não se pode prever o rumo dos acontecimentos na Nigéria. Mas uma coisa é certa. O imperialismo desempenhou certamente um papel nos bastidores, através dos monopólios do petróleo. A Nigéria é presentemente

o maior fornecedor de petróleo dos Estados Unidos. Esse simples facto explica muita coisa.

Vitória de Cuba, derrota do imperialismo

Por 16 votos, 2 abstenções (Nicarágua e Brasil) e 3 votos contra (Chile, Uruguai e Paraguai), a chamado Organização dos Estados Americanos (OEA) pôs fim ao bloqueio imposto a Cuba há onze anos.

O cerco económico à Revolução cubana — uma das medidas com que o imperialismo americano tentou cortar a marcha do povo de Cuba rumo ao socialismo — foi finalmente levantado. Um compromisso formal de catorze países, maioria necessária para a aprovação desta resolução, fora já previamente estabelecido. O Chile, o Paraguai e o Uruguai, evidenciando mais uma vez o seu carácter profundamente reacçãoário, votaram contra esta resolução. Entretanto, nove membros da OEA haviam já reatado relações com Cuba.

O bloqueio económico ao povo cubano foi imposto pelos EUA em 1964. A abolição desta medida arbitrária e prepotente, onze anos depois, a forma como a jovem revolução cubana soube resistir e superar os efeitos de tal bloqueio, encerram importantes lições que importa não ignorar nem esquecer.

Em 1964 os EUA puderam impor impunemente um bloqueio, que se viram forçados a levantar em 1975. Trata-se de uma estrondosa derrota do imperialismo americano. Uma derrota que se insere no conjunto de muitas outras que se têm sucedido nos últimos tempos, e mesmo em particular nestes últimos anos. Sem dúvida que, ainda hoje, o mundo do capital recorre ao bloqueio económico, como forma de intromissão nos problemas internos dos outros países, como arma contra-revolucionária, a travar o passo das revoluções, dos processos de real emancipação dos povos. Mas tem cada vez maior dificuldade em fazê-lo. Cuba é um exemplo. Agita ainda o espantinho do comunismo, o velho arsenal da guerra fria. Mas vê-se com frequência obrigado a recuos sérios. E a mascarar os seus propósitos de intuições «progressistas». Faz bloqueios pela calada, afirmando mesmo não os estar a fazer. Declara cortes de auxílio e de encomendas, por se sentir coibido de negociar com países que não defendem a verdadeira «democracia», a «liberdade» historicamente aceita. O sofisma em nada altera a realidade. Mas ver-se obrigado a recorrer-lhe não deixa de ser significativo. A luta dos povos pelo progresso, pela paz, pela liberdade, pelo socialismo, o fortalecimento do mundo socialista, desequilibraram o conjunto mundial de forças em desfavor do imperialismo. Esta, a realidade actual, diversa da de 64, com que o imperialismo tem de contar.

O exemplo de Cuba é um exemplo particularmente importante para todos os povos que lutam pela sua libertação, e que por isso entram necessariamente em choque com as forças do imperialismo, vêm-se ainda sujeitos às suas manobras. A economia cubana dependia quase em absoluto dos Estados Unidos. Mas Washington fez mais do que cortar todo o tipo de relações com Cuba. Impôs a todo o continente americano, na sua maioria sofrendo de uma dependência praticamente colonial, que se abstivesse de quaisquer relações com Cuba revolucionária. E todo o continente americano fechou as suas portas a Havana. Haveria de rebelar-se depois, patenteando a profunda solidariedade de todos os povos da América Latina por uma revolução que é a esperança e o espelho do seu próprio futuro. Mas não cedeu. O raciocínio de um burocrata — que não o de um revolucionário — teria condenado Cuba à morte. Mas Cuba não morreu. Mãos fraternas de solidariedade estenderam-se dos países socialistas, de todas as forças e Governos progressistas do Mundo. Como pátria do socialismo vivo, a URSS destacou-se no auxílio sistemá-



tico ao primeiro baluarte da liberdade no continente americano. O povo cubano lutou denodadamente, com as armas do trabalho, com austeridade e sacrifícios, para erguer e diversificar a sua economia depauperada e colonial. Cuba não morreu. Venceu. Hoje, os EUA vêm-se obrigados a concordar com o levantamento do cerco económico. Uma bem útil lição, a não esquecer.

AS EDIÇÕES «AVANTE!»
PRESENTES NA
FEIRA POPULAR
VISITE O NOSSO PAVILHÃO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



1.º ENCONTRO

DOS TRABALHADORES DAS HERDADES COLECTIVAS DO DISTRITO DE BEJA



BEJA DOMINGO, 3 de AGOSTO às 10 HORAS

na ESCOLA INDUSTRIAL

1.º ENCONTRO DOS TRABALHADORES DAS HERDADES COLECTIVAS

Por iniciativa da Comissão Distrital de Beja do PCP, vai realizar-se no próximo domingo, dia 3 de Agosto, no Ginásio da Escola Industrial e Comercial de Beja, com início às 10 horas, o 1.º Encontro dos Trabalhadores das Herdades Colectivas e das Novas Cooperativas Agrícolas.

novas cooperativas (experiências e dificuldades, formas de as resolver, etc.), são alguns dos temas a tratar durante o Encontro. Entre outros, serão convidados para participar neste 1.º Encontro Unitário o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja; a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Beja; representantes do MFA; o governador civil de Beja; os representantes do Conselho Regional da Reforma Agrária do Distrito de Beja.

OS TRABALHADORES RURAIS FORJAM O SEU SINDICATO

Como em várias outras zonas do Norte, os assalariados rurais da região demarcada do Vinho do Porto dão os primeiros passos com vista à sua organização de classe. Por iniciativa da União dos Sindicatos de Vila Real, realizou-se no Pinhão uma reunião de trabalhadores rurais do concelho. Compareceram nesta reunião assalariados agrícolas das freguesias circunvizinhas, tais como: Casal de Lioivos, casais do Douro, São Cristóvão, Vale de Mendiz e Valença do Douro. Ajudaram a orientar a reunião elementos do SADA, com sede na Régua.

cinco trabalhadores que fundarão como Comissão Pró-Sindicato. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito do Porto ganha força. Conforme fora resolvido em anterior Assembleia, realizou-se no domingo passado a IV Assembleia dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito do Porto, no Salão Paroquial de Penafiel, com o objectivo de avançar na formação do sindicato, nomeadamente discutindo já os estatutos da classe.

Apareceram também alguns proprietários expondo a situação difícil em que se encontram neste momento, dizendo que não poderiam pagar salários muito elevados, pois seriam incompatíveis com as suas possibilidades. Assim, ao longo da discussão que se gerou, ficou assente que os pequenos e médios agricultores terão também de se organizar e os salários deverão ser estabelecidos por proposta do Sindicato mediante o acordo com a representação dos pequenos e médios agricultores. Ficou constituída uma Comissão Pró-Sindicato. Com os mesmos objectivos, realizou-se também uma reunião no concelho de Sabrosa. Compareceram mais de 50 trabalhadores rurais, que mostraram muito interesse nesta iniciativa, dizendo que já há muito a esperavam. Com grande participação dos presentes, foram analisados diversos aspectos sobre a formação do seu sindicato, tendo-se debatido problemas referentes a salários, horário de trabalho e desemprego. Entretanto, os trabalhadores denunciaram a existência de várias propriedades quase abandonadas, tendo vindo a verificar-se uma redução de produção de ano para ano, devido ao desprezo a que os seus proprietários as deixam, o que vem contribuir para o desemprego com que já vão sendo ameaçados. Também aqui se elegeram

TRABALHADORES AVANÇAM NA REFORMA AGRÁRIA

Finalmente, os trabalhadores de Boleizão recusaram as propostas de sociedade feitas pelo latifundiário da Quinta de São Pedro, propriedade com mais de 2000 hectares de extensão. A decisão de ocupar a herdade foi tomada pelos trabalhadores depois de discutirem e assentarem medidas no seu Sindicato de acordo com a vontade expressa pelo povo da aldeia e não se desistindo iludido pelas promessas enganadoras do latifundiário. A herdade vem de uma herança deixada por D. Diogo Passanha, latifundiário alentejano que ainda não há muitos anos, na Quinta de São Vicente, em Ferreira do Alentejo, prendia em cárcere privado os filhos dos camponeses que iam ao montado buscar um talgo de azeitona no olival apanhar azeitona, para matarem a fome. É uma das muitas herdades dessa herança, herança de muitos seculares arruinados nas terras ao quarto e de muitos trabalhadores que ficaram mendigos depois de 30 e 40 anos de trabalho consecutivo, a maior parte de sol a sol, nas terras da aristocrática casa do D. Diogo. Quem passar por Ferreira poderá, neste caso, saber pela voz dos camponeses quem era tal gente que nas praças de jornas rebaixava ainda mais as jornas dos trabalhadores. E quem quiser perguntar mais, saberá que foram eles — os grandes agrários — que sempre impediram qualquer tendência para a indústria ou os meios que a

Indústria da Construção Naval ENCONTRO DE TRABALHADORES APONTA SOLUÇÕES PARA A CRISE

Com a presença de representantes das células da Companhia Portuguesa de Pesca, Lisnave, Lisnave, ENI, Gaslimpo, Sociedade de Reparação de Navios, Arsenal do Alfeite, Parry & Son, Sealgarde e Mullam Iberica, efectuou-se no passado dia 26, em Almada, promovido pelo Partido Comunista Português, o 1.º Encontro dos seus organismos nas empresas de Reparação e Construção Naval. Registrando ampla participação e depois de lidas as intervenções dos representantes de cada empresa foi apresentado a assistência um relatório que, depois de focar as intervenções lidas anteriormente e que foram resultado de amplas reuniões de trabalhadores das respectivas empresas que assim participaram na elaboração das teses apresentadas, afirmava:

As empresas de reparação e construção naval, aliás como todas as empresas no mundo capitalista, tinham em vista no nosso país um fim único e comum: explorar de maneira mais eficiente a mais-valia produzida pelos trabalhadores, principalmente pela classe operária, que eram levados a viver completamente alheios dos problemas da própria empresa onde trabalhavam. Não tinham acesso ao conhecimento em qualquer participação de gestão ou de organização, nem podiam conhecer a situação financeira ou económica das próprias empresas, empresas que existiam afinal porque eles próprios, os trabalhadores, lhes davam vida. Aos empresários só interessava o lucro. Nem sequer lhes interessava se tal ou tal empresa era benéfica, era útil à economia do seu país e ao povo que no seu país vivia e trabalhava.

A assistência social, a segurança no trabalho, certas actualizações de salários, etc., eram alguns dos meios utilizados para, mantendo os trabalhadores com um nível de saúde razoável e um poder de compra mínimo, deles poderem continuar a arrancar a mais-valia que sugavam. Como nada de sério preocupava os senhores do capital, as empresas eram mal exploradas, mal geridas, algumas quase abandonadas. Bastava que dessem os lucros que os sócios e administradores achassem suficientes para si.

No Governo do País estavam os mesmos representantes, os mesmos detentores do grande capital e da alta finança, de modo que a sua falta de respeito pelo povo, a sua inserção dentro da classe exploradora, a grande burguesia, nunca os levou a aplicar uma política económica que interessasse realmente ao nosso país. Não havia planificação e cada empresa salvava-se e explorava como podia. As pequenas e médias empresas eram esmagadas pela concorrência, lançando trabalhadores no desemprego ou vivendo com as dificuldades que nós, trabalhadores, bem conhecemos. Além disso, o capital monopolista não conhece fronteiras no mundo capitalista. Muitas empresas em Portugal eram, e são, exploradas por grupos estrangeiros, e dos relatórios apresentados é exemplo frisante o caso da Lisnave e suas subempresas. Se a burguesia nacional despreza os interesses do nosso povo, o que dizer da burguesia internacional? É assim que no geral das empresas aqui representadas se verifica má gestão, dificuldades financeiras, subaproveitamento das potencialidades e desemprego interno em algumas delas. Isto era assim já antes do 25 de Abril de 1974.

Boicote económico e má gestão. E prossegue o relatório: Do 25 de Abril para cá as coisas, no geral, pioraram dado que os principais clientes que fazem andar a indústria de reparação e construção naval no nosso país são clientes estrangeiros; armadores capitalistas dos países capitalistas da Europa e do Japão, principalmente, que atravessam uma crise, acompanhando a crise geral do capitalismo, especialmente no que está ligado à indústria dos combustíveis. Além disso, esses senhores do capital financeiro não estão interessados que em Portugal nasça e se desenvolva um regime socialista, motivo pelo qual passaram ao boicote económico declarado contra o nosso país. O boicote económico exterior e algum levado a cabo pelas próprias administrações das empresas é, pois, outro aspecto mais ou menos geral verificado através dos relatórios aqui apresentados. Na Lisnave, como ouvimos ler, o desemprego interno quase quadruplicou no 1.º semestre deste ano relativamente ao 1.º semestre de 1974, tendo atingido no 1.º trimestre de 1975 quase 400 mil h/h de desemprego. Além da má gestão, do subaproveitamento das potencialidades das empresas (por exemplo a ENI, com uma boa gestão, poderia aumentar a sua rentabilidade de 100 por cento), do subemprego e do desemprego, das más instalações sociais, da má assistência médica e segurança no trabalho, há casos de sobreexploração dignos de realçar, como os das subempresas ENI e Gaslimpo. Outros casos, camaradas, convém analisar: Por exemplo, o Alfeite poderia fornecer umas 3 a 4 centenas de postos de trabalho, pois tem paradas a maioria das suas carceiras de construção, tem algumas máquinas principais mal aproveitadas, mas tem, por outro lado, falta de meios de elevação. Podendo dedicar-se à construção naval, dedica 55 a 60 por cento da sua actividade à reparação. Quase todas as empresas aqui representadas importam materiais fundamentais. Convém aqui discutirmos sobre a reconversão da indústria do nosso país de modo a satisfazer estas necessidades. Uma palavra especial tem de ser dita sobre a Siderurgia Nacional. Há que pô-la a produzir os aços de que necessitamos para as nossas próprias indústrias.

Uma indústria ao serviço da economia nacional. Salientando a necessidade que a indústria da construção e reparação naval deve estar, no nosso país, não ao serviço do capital nacional ou estrangeiro mas a servir o desenvolvimento da economia do País, de todo o povo agora empenhado em varrer de vez a exploração do homem pelo homem e em construir uma sociedade socialista e recordando que há que firmar amizades indestrutíveis com os países socialistas e com os países subdesenvolvidos e estabelecer com eles contratos reci-

procamente vantajosos, em todos os campos da indústria, do comércio, da educação, da saúde, etc., o relatório termina afirmando: Também o campo da construção e reparação naval tem de estar incluído mas, para isso, há que caminhar por dois caminhos paralelos que no futuro se encontrarão: 1.º — Reconverter a nossa indústria naval de modo a poder construir novas unidades para o nosso próprio país (a nossa frota pesqueira, por exemplo, é mais do que modesta) e para satisfazer encomendas do mercado exterior cuja prospeção não admite desfalecimentos. Reconverter também hog parte da nossa indústria básica (siderurgia, nomeadamente) de modo a libertarmos-nos de encargos para com os países capitalistas que procuram entravar o nosso processo revolucionário criando-nos problemas graves no campo económico. 2.º — Na base do qual está a possibilidade de levar a cabo o programa exposto: a nacionalização do comércio externo, a nacionalização da indústria de construção e reparação naval e de todas as indústrias de que depende.

Tudo isto condicionado a criação prévia de um organismo nacional de reconversão, unificação e controlo do sector da construção e reparação naval, organismo esse onde as comissões de trabalhadores terão uma presença actuante fundamental. No final e após ampla discussão das teses apresentadas foram aprovadas as seguintes conclusões: 1.º — A indústria naval é um dos principais factores da economia do nosso país. Basta dizer que só um dos estaleiros, embora o maior, contribui com cerca de 1 por cento para o nosso PNB. 2.º — A indústria naval encontra-se dispersa por várias empresas, algumas delas antiquadas e necessitando de imediata substituição de equipamento. 3.º — Em todas as empresas se verifica má gestão, desorganização da produção, subaproveitamento das capacidades e desemprego interno. 4.º — O avanço da revolução agudiza o boicote com que o capitalismo nacional e internacional tem atingido o nosso país com principal incidência neste ramo. A dependência de todas as empresas relativamente ao estrangeiro em materiais, mercados e tecnologia e a de algumas empresas relativamente a outras maiores agrava a situação de todas e consequentemente a economia nacional. Nesta ordem de ideias, os camaradas aqui presentes aprovam as seguintes propostas:

1.º — Constituição de um organismo de planeamento central da indústria naval, que coordene toda a actividade deste sector, onde estejam presentes representantes das Comissões de Trabalhadores de todas as empresas do ramo, e que avance medidas que sirvam os interesses de todos os trabalhadores do País em geral. 2.º — O estudo urgente dos modos possíveis de nacionalização dos estaleiros com o objectivo de contribuir para o derrube definitivo do poder dos monopólios no nosso país. 3.º — A criação de uma comissão que estude a integração das subempresas nas empresas-mães, terminando com as manobras capitalistas que só resultam na desunião dos trabalhadores e no seu prejuízo e acabando com a sobreexploração. 4.º — O estudo aprofundado sobre a situação de dependência estrangeira de materiais e tecnologia. 5.º — O lançamento do controlo operário em todas as empresas.

Estas palavras simples e fortes, demonstrando uma forte consciência de classe, ouviram-se em toda a secção. Os 300 operários da Alumínia escutam atentamente. No final da sua intervenção uma salva de palmas de todos os camaradas. E a sessão de esclarecimento do MFA prossegue. No seguimento do diálogo que ali travamos com alguns trabalhadores antes do início da sessão, uma operária da secção de acessórios referiu as lutas travadas pelo operário da Alumínia durante a clandestinidade. O orgulho lê-se nos seus olhos. Primeiro, uma luta em Novembro de 1973, enquadrada no potente movimento de massas que se estendeu por todo o país. De facto, reagindo energicamente contra a superexploração de que são vítimas por parte do patronato — como refere o «Avante!» clandestino de Dezembro de 1973 — e enfrentando a impositiva necessidade de fazer frente à continuação e galopante subida do custo de vida, assim como milhares de trabalhadores se lançam na luta pela conquista de aumentos de salários e pela satisfação de outras reivindicações, os operários da Alumínia recorreram à greve, para que a administração não lhes retrasse regalias já anteriormente conquistadas, e para que recebessem um aumento de salários de mil escudos.

— Por muito que lhes custasse e embora nos tivessem ameaçado, o que é certo é que depois de 4 dias de greve, conseguimos aquilo a que tínhamos direito — referiu-nos aquela operária, que adianta: A confiança e a unidade foi sempre a nossa força. Para nos falar acerca dos problemas que se têm levantado na vida da empresa e das formas de organização que os trabalhadores da Alumínia têm encontrado, falámos com o operário Francisco Santos, membro da Comissão de Trabalhadores.

MANOBRAS REACCIONÁRIAS EM AVEIRO

A experiência histórica demonstra que as forças da reacção se encarnam, de modo particularmente violento, contra as organizações de trabalhadores e contra o movimento sindical. Não tendo força para minar o interior das associações sindicais verdadeiramente representativas dos trabalhadores, a reacção esmera-se em manobras capazes de as desprestigiar perante as massas. A União dos Sindicatos de Aveiro é, neste momento, alvo de mais um ignóbil golpe das forças contra-revolucionárias. O esclarecimento imediato efectuado por esta organização sindical e, mais do que isso, a confiança que a sua actuação merece às massas trabalhadoras tornaram inoperante mais esta jogada da reacção. Em comunicado a todos os trabalhadores, a União dos



Na Alumínia (Porto)

NA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO A CERTEZA DA VITÓRIA

Firme, o operário sobe ao estrado, e fala, em nome do Comité de Defesa da Revolução dos trabalhadores da Alumínia, para todos os outros operários da firma que, em fato-macaco, mãos sujas, encostados às máquinas, atentos o escutam: — Os trabalhadores da Alumínia, que já estiveram a trabalhar três dias por semana e actualmente têm a secção de garrafas quase parada, sabem bem quem lhes cortou as encomendas. Nós sabemos que há falta de garrafas e que até há empresas, que correm o risco de perderem clientes por não terem garrafas, mas não retribuem encomendas. Não desanimamos, estamos conscientes que o socialismo não se constrói sem dificuldades. Sabemos que nos espera dias de sacrifícios, mas estamos na firme disposição de caminhar em estreita aliança com o MFA, rumo ao socialismo.

Estas palavras simples e fortes, demonstrando uma forte consciência de classe, ouviram-se em toda a secção. Os 300 operários da Alumínia escutam atentamente. No final da sua intervenção uma salva de palmas de todos os camaradas. E a sessão de esclarecimento do MFA prossegue. No seguimento do diálogo que ali travamos com alguns trabalhadores antes do início da sessão, uma operária da secção de acessórios referiu as lutas travadas pelo operário da Alumínia durante a clandestinidade. O orgulho lê-se nos seus olhos. Primeiro, uma luta em Novembro de 1973, enquadrada no potente movimento de massas que se estendeu por todo o país. De facto, reagindo energicamente contra a superexploração de que são vítimas por parte do patronato — como refere o «Avante!» clandestino de Dezembro de 1973 — e enfrentando a impositiva necessidade de fazer frente à continuação e galopante subida do custo de vida, assim como milhares de trabalhadores se lançam na luta pela conquista de aumentos de salários e pela satisfação de outras reivindicações, os operários da Alumínia recorreram à greve, para que a administração não lhes retrasse regalias já anteriormente conquistadas, e para que recebessem um aumento de salários de mil escudos.

— Por muito que lhes custasse e embora nos tivessem ameaçado, o que é certo é que depois de 4 dias de greve, conseguimos aquilo a que tínhamos direito — referiu-nos aquela operária, que adianta: A confiança e a unidade foi sempre a nossa força. Para nos falar acerca dos problemas que se têm levantado na vida da empresa e das formas de organização que os trabalhadores da Alumínia têm encontrado, falámos com o operário Francisco Santos, membro da Comissão de Trabalhadores.

Restam acrescentar que, mais uma vez, a reacção abre, amplamente, o seu jogo. Ao pretender abrir brechas na estreita aliança entre as massas trabalhadoras e o Movimento das Forças Armadas, as forças contra-revolucionárias demonstram qual é o seu principal inimigo. Esta clareza que evidenciam nos seus criminosos objectivos é a origem da sua própria derrota. Mais firmemente do que nunca o povo trabalhador está com o Movimento das Forças Armadas na edificação de um Portugal novo, rumo ao socialismo.

feito a nossa sede, na noite do dia 19-7-1975. A União dos Sindicatos de Aveiro reitera, firmemente, a sua incondicional adesão ao MFA, Conselho Superior da Revolução, COPCON, Primeiro-Ministro e Presidente da República. Resta acrescentar que, mais uma vez, a reacção abre, amplamente, o seu jogo. Ao pretender abrir brechas na estreita aliança entre as massas trabalhadoras e o Movimento das Forças Armadas, as forças contra-revolucionárias demonstram qual é o seu principal inimigo. Esta clareza que evidenciam nos seus criminosos objectivos é a origem da sua própria derrota. Mais firmemente do que nunca o povo trabalhador está com o Movimento das Forças Armadas na edificação de um Portugal novo, rumo ao socialismo.